



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Pandemia, adolescência e políticas sociais: processos de vulneração da vida e precarização do trabalho

Sabrina Maria Souza Tavares

São Carlos - SP

2025

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Pandemia, adolescência e políticas sociais: processos de vulneração da vida e precarização do trabalho

Sabrina Maria Souza Tavares

Dissertação apresentada à banca examinadora de Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Comportamento e Cognição

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

São Carlos – SP

2025

BANCA EXAMINADORA

Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (UFSCar)

Dra. Juliana Prates Santana (UFBA)

Dra. Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB)

Apoio financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Número do processo: 23038.008233/2021-61.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por toda graça e amor derramados sobre mim. Sua mão sempre me conduz aos melhores caminhos e somente Nele encontro paz e força para lutar.

Agradeço a minha família por todo encorajamento, confiança e amor.

Agradeço ao meu marido e companheiro de vida, Marcos, meu maior incentivador desde a graduação. Quem me ouviu falar deste trabalho por milhares de vezes com paciência e amor. Obrigada por todo o cuidado, apoio e comida gostosa. Seu cuidado me fortalece.

Agradeço ao meu querido orientador Alex, quem me acolheu gentilmente desde o primeiro contato. O seu cuidado e sensibilidade com as palavras me transmitiram sempre muita coragem e incentivo para desenvolver este trabalho. Sou eternamente grata pela confiança depositada em mim e pelos aprendizados que levarei comigo.

Agradeço às professoras Fatima Pereira e Juliana Santana pelas contribuições valiosas para a qualificação e defesa desta Dissertação. Vocês são grandes referências. Sem dúvidas, não poderia ter escolhido melhor!

Agradeço aos meus colegas de pesquisa, com quem dividi angústias, viagens acadêmicas, experiências e aprendizados. O Mestrado ficou mais doce com vocês.

Agradeço aos amigos/as que a cidade de São Carlos me presenteou. Nossos laços permanecerão além da distância e do tempo. Obrigada por terem me ensinado tanto!

Agradeço a todas as professoras e professores que desenvolveram e executaram este projeto de pesquisa. São exemplos de uma ciência comprometida com a sociedade.

Agradeço à CAPES, o fomento e apoio ofertados para esta pesquisa foram imprescindíveis para a sua realização. Agradeço em nome de todos/as pesquisadores e trabalhadores da ciência brasileira.

Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente (Marx, 2011, p. 41).

Tavares, S. M. S. (2025). *Pandemia, adolescência e políticas sociais: processos de vulneração da vida e precarização do trabalho*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 129p.

RESUMO GERAL

O advento da pandemia de COVID-19 emergiu em um contexto de crise estrutural do capitalismo no Brasil. Diante de múltiplos desmontes das políticas sociais e descasos em relação ao combate e proteção contra o coronavírus, os/as adolescentes que viviam em situação de vulneração e violação de direitos ficaram ainda mais desprotegidos com a adoção das medidas de isolamento social, fechamento das escolas e serviços de convivência, o que potencializou os riscos de violências e impactos nos processos de desenvolvimento. Esta dissertação é decorrente de um estudo multicêntrico, de abrangência nacional, que visou implementar e avaliar uma formação continuada voltada aos profissionais das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, que trabalharam diretamente com adolescentes em situação de vulnerabilidade social durante e após a pandemia. A presente Dissertação foi estruturada no formato de dois artigos. O objetivo do Artigo 1 foi investigar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes em políticas sociais, os impactos da pandemia na vida de adolescentes vulnerados. Fundamentada epistemologicamente na Psicologia Histórico-Cultural (PHC), tratou-se de um estudo misto, cujo recorte foi de uma pesquisa-intervenção, com delineamento transversal e caráter exploratório-descritivo. No entanto, apenas os dados qualitativos serão apresentados, analisados e discutidos nesta dissertação. A coleta de dados se deu através de uma atividade de Relato de Caso e um questionário de caracterização sociodemográfica e laboral. Os dados foram analisados a partir da Análise Temática, com o auxílio do software *Atlas ti*. Participaram da pesquisa 329 profissionais de todo o território nacional, sendo a maioria mulheres (88,4%), brancas (49,7%) do Sudeste (43,5%), com idades entre 30 e 39 anos (37%), casadas (39,2%) e com renda individual de 1 a 3 salários-mínimos (41,3%). Com relação à caracterização laboral, a maioria atuava na política da Assistência Social (59,7%), seguido pela política de Saúde (23,3%) e Educação (16,9%), com vínculo estatutário (48,6%), eram formadas em Serviço Social (38,3%), com Pós-graduação *lato sensu* completa (41,9%), tempo de formação acima de 10 anos (44,1%) e que possuíam uma jornada de trabalho semanal de 40h (47,4%). Em síntese, o Artigo 1 revelou que a pandemia agravou as condições de vida das famílias e dos/as adolescentes, com aumento do desemprego, insegurança alimentar, fechamento das escolas e intensificação das situações de violência intrafamiliar, sobretudo abusos sexuais, além do trabalho infantil, uso de substâncias psicoativas e sofrimento psíquico dos/as adolescentes. Constatou-se, ainda, uma visão descontextualizada dos/as profissionais acerca das necessidades e vivências dos/as adolescentes e suas famílias, culpabilizando-os pelos desafios e vulnerações enfrentadas. O Artigo 2, por sua vez, objetivou compreender os desafios enfrentados pelos/as profissionais atuantes nas políticas sociais nos atendimentos e/ou acompanhamentos de adolescentes em situação de vulneração durante e após a pandemia. Os resultados apontaram que os vínculos entre os/as profissionais e adolescentes foram fragilizados e/ou rompidos em decorrência do fechamento dos equipamentos e substituição pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) para os atendimentos, levando à baixa adesão aos encaminhamentos

propostos e fragmentação do trabalho em rede. Os/as trabalhadores/as alertaram sobre a falta de formação continuada/capacitação para lidar com os desafios advindos do contexto pandêmico, ressaltando a urgente necessidade de formações que os auxiliem a trabalhar de modo intersetorial e a partir de diretrizes transdisciplinares. Isto posto, a pandemia significou o recrudescimento da precarização das condições de vida dos/as adolescentes, bem como do trabalho dos/as profissionais atuantes nas políticas, que foram responsabilizados pela proteção social ao mesmo tempo em que sofriam perdas de direitos trabalhistas e desmontes das políticas sociais.

Palavras-chave: adolescência, pandemia, psicologia histórico-cultural, vulneração, políticas sociais.

Tavares, S. M. S. (2025). *Pandemia, adolescência e políticas sociais: processos de vulneração da vida e precarização do trabalho*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 129p.

ABSTRACT

The outbreak of the COVID-19 pandemic emerged within a context of structural crisis of capitalism in Brazil. Amid widespread dismantling of social policies and neglect regarding the containment and protection against the coronavirus, adolescents already living in conditions of vulnerability and rights violations became even more unprotected due to the implementation of social isolation measures, the closure of schools, and suspension of social support services. These measures intensified the risks of violence and negatively impacted their developmental processes. This dissertation derives from a nationwide, multicenter study that aimed to implement and evaluate a continuing education program for professionals in the fields of Social Assistance, Education, and Health who worked directly with socially vulnerable adolescents during and after the pandemic. The dissertation is structured in the format of two academic articles. The objective of Article 1 was to investigate, from the perspectives of professionals working in social policies, the impacts of the pandemic on the lives of vulnerable adolescents. Epistemologically grounded in Historical-Cultural Psychology, it is a mixed-methods study, with a cross-sectional and exploratory-descriptive design, derived from an intervention research project. However, only the qualitative data are presented, analyzed, and discussed in this dissertation. Data collection involved a Case Report activity and a socio-demographic and occupational characterization questionnaire. Thematic Analysis was employed for data analysis, supported by the *Atlas.ti* software. A total of 329 professionals from across the national territory participated in the study, the majority being women (88.4%), white (49.7%), from the Southeast region (43.5%), aged between 30 and 39 years (37%), married (39.2%), and with an individual income of one to three minimum wages (41.3%). Regarding professional characteristics, most participants worked in the field of Social Assistance (59.7%), followed by Health (23.3%) and Education (16.9%). Most had statutory employment ties (48.6%), held degrees in Social Work (38.3%), had completed a *lato sensu* postgraduate program (41.9%), had over ten years of professional experience (44.1%), and a 40-hour workweek (47.4%). In summary, Article 1 revealed that the pandemic worsened the living conditions of families and adolescents, with increased unemployment, food insecurity, school closures, and intensified intrafamilial violence, particularly sexual abuse, as well as child labor, psychoactive substance use, and psychological distress among adolescents. Furthermore, a decontextualized view among professionals was observed, often blaming adolescents and their families for the challenges and vulnerabilities they faced. Article 2, in turn, aimed to understand the challenges faced by professionals working in social policies in providing care and support to adolescents in situations of vulnerability during and after the pandemic. The findings indicated that professional-adolescent bonds were weakened or severed due to the closure of facilities and the replacement of in-person services with Digital Information and Communication Technologies (DICTs), leading to low adherence to proposed interventions and a fragmentation of intersectoral work. The professionals emphasized the lack of ongoing training and capacity-building to address the challenges brought on by the pandemic, highlighting the urgent need for educational initiatives that support intersectoral and transdisciplinary approaches. In this context, the pandemic represented a deepening of both the precarious living conditions of adolescents and the working conditions of professionals, who were made responsible for ensuring social protection while simultaneously experiencing losses of labor rights and the dismantling of social policies.

Keywords: adolescence, pandemic, cultural-historical psychology, vulnerability, social policies.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Atividade Assíncrona da Formação Continuada

ANEXO B – Relato de Caso na Íntegra

ANEXO C – Aprovação do Comitê de Ética

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO: Associação Brasileira de Saúde Coletiva

APS: Atenção Primária à Saúde

AS: Assistência Social

AT: Análise Temática

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPSi: Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

CensoPsi: Censo da Psicologia Brasileira

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centros de Referência Especializada em Assistência Social

EAITT: Escala de Autoavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EPIs: Equipamentos de proteção individual

ERC: Escala de Reação ao Curso

ERDI: Escala de Reação ao Desempenho do Instrutor

ESPII: Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

FGV: Fundação Getúlio Vargas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NASF-AB: Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Atenção Básica

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONG: Organização Não Governamental

PAS: Política de Assistência Social

PDPG: Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação

PHC: Psicologia Histórico-Cultural

PNAD contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

SM: Salário Mínimo

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUS: Sistema Único de Saúde

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDICs: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TI: Trabalho Infantil

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNODC: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

RESUMO GERAL.....	6
ABSTRACT.....	7
APRESENTAÇÃO	13
ARTIGO 1: REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA PARA ADOLESCENTES EM VULNERAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS ATUANTES EM POLÍTICAS SOCIAIS.....	23
RESUMO.....	23
ABSTRACT.....	24
INTRODUÇÃO	25
MÉTODO	31
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
ARTIGO 2: DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS SOCIAIS JUNTO A ADOLESCENTES EM VULNERAÇÃO DURANTE E APÓS A PANDEMIA DE COVID-19.....	72
RESUMO.....	72
ABSTRACT.....	73
INTRODUÇÃO	74
MÉTODO	78
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	113
ANEXO A - ATIVIDADE ASSÍNCRONA DA FORMAÇÃO CONTINUADA.....	117
ANEXO B - RELATO DE CASO NA ÍNTEGRA.....	120
ANEXO C - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	122

Apresentação

Desde o início da graduação, realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), me interessei¹ por uma Psicologia atenta às questões sociais, aos (as) trabalhadores (as), aos processos de desenvolvimento da infância e adolescência, sempre com uma esperança de que o mundo pudesse ser diferente. Com a chegada da disciplina de Psicologia e Políticas Públicas, minhas motivações foram renovadas e continuei curiosa e com um enorme desejo de aprender.

A partir de então, participei de projetos de pesquisas sobre o Trabalho Infantil (TI) e Medidas Socioeducativas, extensão de Formação Continuada para Profissionais da Educação sobre o Enfrentamento ao Trabalho Infantil e monitoria de Psicologia e Políticas Públicas. Realizei Estágio Supervisionado, a partir da Psicologia Social do Trabalho, em uma Organização Não Governamental (ONG), que desenvolvia projetos educacionais e culturais, através da arte, para crianças e adolescentes em situação de vulneração social, onde desenvolvi intervenções com os (as) profissionais da equipe da ONG.

Para além da experiência acadêmica, as minhas vivências, o lugar de onde eu sou e as pessoas que me formaram têm uma enorme influência na minha escolha em estudar sobre o desenvolvimento de adolescentes que têm os seus direitos violados e as suas condições de vida cerceadas. Por isso, a realização desta pesquisa é a representação de todos esses afetos e do desejo de poder contribuir com a ciência, mas, sobretudo, com transformações concretas na vida dos adolescentes para que, um dia, eles tenham oportunidades de escolhas melhores.

Este estudo compõe uma pesquisa multicêntrica, de abrangência nacional, nomeada: **“Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”**, financiada pela CAPES (Edital N° 12/2021; processo número

¹ Nessa primeira parte do texto, por se tratar de uma contextualização da minha trajetória acadêmica e profissional, optei em escrever em primeira pessoa.

23038.008233/2021-61), referente ao Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia, e pelo CNPq (Edital Universal Nº 18/2021; processo número 406975/2021-3). A pesquisa multicêntrica é composta por 2 estudos, tendo como **objetivo central** mapear os impactos da pandemia ao desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social (**Estudo 1**), assim como implementar e avaliar uma formação continuada voltada aos profissionais das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, que trabalham diretamente com os adolescentes em situação de vulnerabilidade social (**Estudo 2**).

A pesquisa é coordenada pelo Professor Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e contou com o envolvimento e participação de pesquisadoras(es) de Universidades localizadas nas cinco regiões do Brasil, sendo elas: no Nordeste, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade de Fortaleza (UNIFOR); no Norte, a Universidade Federal do Tocantins (UFT); no Sudeste, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); no Centro-Oeste, a Universidade de Brasília (UnB); e no Sul, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS) e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A presente dissertação é fruto do **Estudo 2**, realizado através de uma pesquisa-intervenção e desenvolvido por meio de uma formação continuada destinada a profissionais das políticas públicas que atuam diretamente com adolescentes em situação de vulnerabilidade, com um recorte específico para os dados qualitativos provenientes de uma Atividade de Relato de Caso e do Questionário de Caracterização Sociodemográfica.

A Formação foi intitulada “Adolescência e Promoção de Resiliência: Formação continuada para profissionais da saúde, educação e assistência social no pós-pandemia” e ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2023. Contou com a participação de 986

pessoas, no entanto, apenas 329 participaram efetivamente da intervenção, atendendo aos critérios de responder ao pré-teste, ao pós-teste e cumprir, no mínimo, 75% de frequência. O curso da formação foi realizado na modalidade online, através de videoconferências ao vivo pelo *Youtube*. A comunicação com os/as participantes ocorria via e-mail institucional e através de uma comunidade do WhatsApp, criada especificamente para o curso, além das interações pelo chat durante as aulas ao vivo. Como as aulas foram disponibilizadas gratuitamente após o período de pós-teste, até maio de 2025 a formação acumulava 7.711 acessos no YouTube, evidenciando o interesse gerado pela iniciativa.

A formação foi destinada para profissionais das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social que atuavam com adolescentes em contextos diversos, como escolas públicas, acolhimentos institucionais, em serviços que atendiam adolescentes em situação de rua, centro de atenção psicossocial infanto-juvenil (CAPSi), medidas socioeducativas, unidades básicas de saúde e hospitais. A carga horária total foi de 30 horas, divididas entre 15 horas de encontros síncronos e 15 horas de atividades assíncronas, incluindo leituras. Os encontros síncronos ocorreram nas quartas-feiras, nos dias 04, 11 e 18 de outubro, bem como 01 e 08 de novembro, sempre das 14h às 16h. Foi garantido certificado para os participantes que alcançaram pelo menos 75% de presença.

As inscrições permaneceram abertas por quase um mês, entre 11 de setembro e 01 de outubro de 2023. No ato da inscrição, os participantes recebiam uma carta-convite que poderia ser utilizada para solicitar dispensa no trabalho. A formalização definitiva da inscrição e a posterior emissão do certificado estavam condicionadas ao cumprimento de três exigências: responder ao pré-teste enviado entre 02 e 03 de outubro, participar de pelo menos 75% dos módulos (com registro em lista de presença) e realizar o pós-teste enviado no último módulo. A Tabela 1 indica as datas das aulas, os temas dos módulos e os/as profissionais convidados/as, respectivamente.

TABELA 1. Organização do Curso de Formação Continuada.

DATAS	MÓDULOS	CONVIDADOS (AS)
04/10/2023	Módulo 1: Adolescência e Vulnerabilidade Social	Prof ^a Dr ^a Juliana Santana Prates (UFBA)
11/10/2023	Módulo 2 - Processos de luto e ressignificação das experiências de perdas dos adolescentes na pandemia	Prof ^a Dr ^a Silvia Lordello (UNB)
18/10/2023	Módulo 3 - Saúde mental e protagonismo os adolescentes no pós-pandemia na Assistência Social	Prof ^a Dr ^a Ilana Paiva (UFRN); Dr ^a Dalízia Amaral; Manoel Torquato
18/10/2023	Módulo 3 - Saúde mental e protagonismo dos adolescentes no pós-pandemia na Educação	Prof ^a Dr ^a Camélia Murgó (UNOESTE)
18/10/2023	Módulo 3 - Saúde mental e protagonismo dos adolescentes no pós-pandemia na Saúde	Prof ^a Dr ^a Sheila Giardini Murta (UnB)
25/10/2023	Módulo 4 – Atividade Assíncrona	Leitura e realização da <i>Atividade de Relato de Caso</i>
01/11/2023	Módulo 5 - Promoção de resiliência dos adolescentes no pós-pandemia	Prof ^a Dr ^a Normanda Araújo de Moraes (UNIFOR)
08/11/2023	Módulo 6 - Profissionais da rede de proteção e seu papel de tutores de resiliência	Prof ^o Dr ^o Alex Pessoa (UFSCar)

Fonte: Elaborada pelos autores.

A pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2) impactou mundialmente o modo de vida das populações, a nível sanitário, histórico, cultural, social e econômico. Com o primeiro caso confirmado na cidade de Wuhan, na China, no final de 2019, identificou-se a rápida disseminação do vírus por países da Ásia, Europa e Américas. No final de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou um estado de “surto do novo coronavírus” enquanto uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), mais alto nível de alerta de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Em março de 2020, a COVID-19 passou a ser caracterizada como uma pandemia pela OMS devido ao seu alastramento geográfico no mundo (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020).

A OMS, em maio de 2022, apontou que a taxa de excesso de mortalidade no mundo associada, direta ou indiretamente, à pandemia de COVID-19, entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, foi de, aproximadamente, 14,9 milhões. A renda média dos países foi identificada como um determinante importante nas taxas de mortalidade, pois constatou-se que os países de média-renda respondiam por 81% das 14,9 milhões de mortes (53% em países de baixa-média renda e 28% de média e alta renda) em um período de 24 meses (Organização Pan-Americana da Saúde, 2022). Em relação aos dados da pandemia de COVID-19, somente no Brasil, constatou-se que, entre março de 2020 e dezembro de 2023, o número de casos acumulados foi maior que 38 milhões e o número de óbitos acumulado no Brasil foi de 708.638 (Brasil, 2023).

Diante da rápida disseminação e contaminação pelo coronavírus no mundo, os países adotaram intervenções para reduzir a transmissão e controlar a evolução da pandemia. Uma das principais medidas adotadas foi o *lockdown*, estado de distanciamento social considerada pela OMS como estratégia fundamental para a contenção do rápido avanço dos casos e óbitos ocasionados pela COVID-19 (Silva et al., 2020). Nesse sentido, outras medidas de proteção adotadas foram a higienização das mãos, uso de máscaras respiratórias, o distanciamento social, o fechamento de escolas e universidades, a proibição de aglomerações e restrição de viagens, além da conscientização das pessoas para a permanência em suas casas (Aquino et al., 2020).

No entanto, tal proteção não alcançou da mesma forma pessoas que viviam em situação de desigualdades sociais. No Brasil, de acordo com Aquino et al. (2020), o enorme contingente de pessoas em situação de pobreza e o crescimento das pessoas em situação de rua e/ou privadas de liberdade eram questões que o Estado deveria agir de modo a promover a proteção social e, assim, combater a disseminação do coronavírus.

Contrariamente, observou-se a sobrecarga dos sistemas de saúde e os impactos sociais e econômicos nas unidades de federação e capitais do país. Houveram altas taxas de mortalidade e aumento dos casos registrados no estado do Norte e Nordeste, em virtude de uma ausência do Estado no que dizia respeito à proteção social e uma forte presença negacionista durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), ao disseminar dúvidas e desinformações quanto às medidas de restrição e prevenção, opondo-se ao que a ciência apresentava (Siqueira et al., 2022).

Um estudo sobre Covid e Classes Econômicas, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), identificou que as pessoas mais pobres, que recebiam menos de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, apresentaram taxas menores de isolamento social, ficando isolados rigorosamente apenas 6,15% desse grupo, enquanto 40,7% ficou em casa e só saiu por necessidade básica, nível inferior à média da população geral (Neri, 2020). Outro estudo que investigou os impactos da pandemia para a desigualdade de renda e a vulnerabilidade social nas principais regiões metropolitanas brasileiras sugeriu que a perda da atividade econômica para os trabalhadores manuais, a quem o trabalho remoto não foi uma possibilidade, significou o agravamento da pobreza (Bógus & Magalhães, 2022).

A necessidade de subsistência das pessoas e o enorme incentivo dos governantes aliados ao negacionismo e à valorização da lógica do capital durante o governo Bolsonaro, fez com que os trabalhadores voltassem aos postos de trabalho, ainda que com perdas de direitos e em condições precarizadas (Silva et al., 2024). Por isso, Silva et al. (2024) afirmaram que, no Brasil, as mortes foram fabricadas dentro de uma lógica da necropolítica em que se decidia quem “deve viver” e quem “se pode deixar morrer”.

Ao analisar a pandemia enquanto um período histórico, que emergiu em um contexto de crise estrutural do capitalismo (Mészáros, 2002), percebe-se como dimensões políticas e ideológicas estiveram no cerne das questões de aprofundamento das desigualdades,

inseguranças, mortes e restrição/perda de direitos sociais que grande parcela da população vivenciou (Silva et al., 2024).

Os impactos da pandemia foram aprofundados à medida que soluções políticas de extrema direita e neoliberais foram tomadas a fim de priorizar a economia em detrimento da vida (Pinto & Cerqueira, 2020). No Brasil, o alastramento da pandemia aliado à racionalidade neoliberal intensificou as desigualdades sociais e econômicas preexistentes, impactando diretamente as condições materiais de vida, desde o aumento da precarização do trabalho, com grandes perdas dos direitos trabalhistas e previdenciários (Santos et al., 2020), à pauperização, insegurança alimentar até o desmonte nas áreas da saúde, educação e assistência social (Paula et al., 2023).

De acordo com Behring & Souza (2020), o Brasil tem enfrentado um período de ultraneoliberalismo, uma forma de radicalização do neoliberalismo², que assume posições ainda mais rígidas de privatização e mercantilização da vida, em que o Estado se ausenta da função de garantidor de direitos sociais e se faz presente aos interesses financeiros. Na pandemia, isso se expressou pela dificuldade de garantir políticas emergenciais universais que alcançassem as reais necessidades das populações em vulneração e pela ênfase em medidas focalizadas e de curto prazo.

Em termos das políticas públicas, a pandemia escancarou a desvalorização da política de assistência social enquanto um direito social, mantendo práticas assistencialistas por um governo que não reconhecia o caráter essencial da política para a proteção social (Silva, 2021). Consoante a isso, a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da UNICEF denunciou que houve significativa redução e estagnação de investimentos em algumas ações e programas voltados para a proteção da população infanto-juvenil nos anos de

² Conforme Behring (2019), trata-se de um projeto político-ideológico de redução Estatal sobre as políticas sociais, com mercantilização dos direitos sociais e responsabilização individual pela proteção social, que visa a hegemonia do capital financeiro em relação ao fundo público.

2020 e 2021, considerados essenciais para o enfrentamento da pobreza, evasão escolar e situações de violência (Rocha & Rezende, 2022).

Neste cenário, o advento da pandemia representou a intensificação das múltiplas desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, implicando no desrespeito aos direitos civis, sociais, políticos e, sobretudo, aos direitos humanos (Iamamoto, 2018). Serviu, portanto, como terreno propício para a produção de processos excludentes e contraditórios, que exclui parte da sociedade para “incluir-la” de modo precário, instável e marginal, conforme Martins (1997) acerca do conceito de exclusão social. Diante disso, adolescentes que já viviam sob condições de vida precarizadas ficaram ainda mais vulneráveis aos impactos acarretados pela pandemia.

Alinhada às proposições do campo da Saúde Pública e das políticas de Proteção Social, a categoria da **vulnerabilidade**, neste trabalho, é compreendida a partir de sua dimensão multideterminada, forjada nas condições concretas de vida sob ordem do capital (Carmo & Guizarddi, 2018). Opõe-se, portanto, à noção naturalizada de vulnerabilidade que localiza o risco nos indivíduos, e não nos contextos de desigualdade e injustiça social onde esses sujeitos vivem e se desenvolvem.

Nesse sentido, a vulnerabilidade pode ser compreendida enquanto um processo de vulnerabilização que se origina no social, sendo fruto de ações políticas e econômicas (Dimenstein & Cirilo Neto, 2020), notado no cerceamento das oportunidades, direitos e proteção. Complementarmente, o termo **vulneração**, adotado pela Bioética, define que os sujeitos, sob condições objetivas de violação de direitos fundamentais, **são vulnerados**, diferente de ‘em vulnerabilidade’, mera potencialidade da existência humana (Santana & Vezedek, 2020; Schramm, 2006).

A Fundação Getúlio Vargas Social (FGV) realizou uma pesquisa durante a pandemia que demonstrou que, no ano de 2021, havia 62,9 milhões de brasileiros vivendo com menos de 500 reais *per capita*, ou seja, quase 30% da população total do Brasil, correspondendo a quase

10 milhões a mais em relação a 2019. Concluiu-se que 2021 foi o ano de máxima pobreza em relação à série histórica desde 2012 (Neri, 2022). Outra pesquisa, realizada também pela FGV (2022) durante a pandemia, denunciou que o Brasil atingiu o recorde de 36% de sua população em situação de insegurança alimentar, apresentando correlação com a renda, baixo nível de escolaridade e com o gênero (Neri, 2022).

Complementarmente, a pesquisa supracitada também apontou que famílias com crianças em casa enfrentaram mais insegurança alimentar, com chances 21,1% maiores para famílias com crianças abaixo dos 15 anos de idade em detrimento das que não possuem crianças. Ainda, indicou que as mulheres (47%) foram as mais afetadas pela falta de dinheiro para comprar comida para si e suas famílias, o que acarretou em riscos para as crianças e adolescentes visto que, em sua maioria, são elas as pessoas mais próximas fisicamente e responsáveis pelas crianças e adolescentes (Neri, 2022).

O cenário de exclusão escolar no Brasil também foi intensificado pela pandemia. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelou que 13,9% das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares no primeiro ano da pandemia (2020), sendo a maioria pessoas pretas, pardas e indígenas (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021). De acordo com Guzzo et al. (2021), a exclusão dessas crianças e adolescentes da escola está fortemente relacionada com a intensificação da pobreza, marcada pela ausência de infraestrutura necessária para o acesso às plataformas para a participação nas atividades escolares remotas e o desemprego de familiares. Evidencia-se, então, uma “exclusão incluyente”, que incorre na produção e aprofundamento das desigualdades, quando inclui, de forma precarizada, os adolescentes ao ensino remoto.

No entanto, essa realidade não atingiu somente o desenvolvimento escolar, mas também o acesso à alimentação oferecida na escola (a merenda escolar), ação essencial no combate à fome e na diminuição da insegurança alimentar, além do afastamento dos espaços escolares,

instituições que essencialmente devem servir de espaços de defesa e proteção desta população. Diante dessa realidade, as crianças e adolescentes encontraram-se cada vez mais expostas a situações de violências e violações de direitos, intrafamiliar e extrafamiliar, como violência sexual, psicológica, física, negligência e trabalho infantil (TI) (Banati et al., 2020; Campbell, 2020; IBGE, 2023; Mahlangu et al., 2022; Marques et al., 2020; Picornell-Lucas, 2020; Ribeiro et al., 2023; UNICEF, 2020)

No início da pandemia, em 2020, pesquisas relacionadas aos impactos da pandemia para os adolescentes estiveram voltadas para a investigação das mudanças no estilo de vida, mudanças de hábitos, pioras na saúde física e mental e as suas relações sociais, como apontou o estudo “ConVid Adolescentes” (Fiocruz, 2020). As pesquisas denunciavam os riscos e potenciais impactos da pandemia no empobrecimento das famílias e, conseqüentemente, dos adolescentes, no abandono e evasão escolar e na intensificação das violências e violações de direitos para os adolescentes que já viviam sob condições de vida precarizadas e vulneradoras (Marques et al., 2020; Moreira, 2020; Picornell-Lucas, 2020; UNICEF, 2020). Diante disso, levantou-se como hipótese deste estudo que a pandemia de COVID-19 não apenas intensificou a realidade de violação de direitos e vulneração desses adolescentes, como afetou os seus processos de desenvolvimento integral.

Isto posto, o objetivo deste estudo **foi analisar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes nas políticas sociais, os impactos da pandemia na vida dos adolescentes que vivem em vulneração no Brasil (Artigo 1)**. Complementarmente, **objetivou-se compreender os desafios enfrentados pelos (as) profissionais na condução de atendimentos/acompanhamentos aos adolescentes durante e após a pandemia (Artigo 2)**.

Artigo 1 – Repercussões Psicossociais da Pandemia para Adolescentes em Vulneração no Brasil: Uma Análise a Partir da Perspectiva de Profissionais Atuantes em Políticas

Sociais

Resumo

A pandemia de COVID-19 foi um evento histórico que impactou a vida das populações em múltiplas dimensões, afetando de modo particular famílias e adolescentes que já viviam sob condições precarizadas e de vulneração. Diante disso, este estudo buscou analisar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes nas políticas sociais, os impactos da pandemia na vida de adolescentes vulnerados. A partir das matrizes teóricas Psicologia Histórico-Cultural, este trabalho é fruto de um estudo multicêntrico que implementou e avaliou uma formação continuada voltada aos profissionais das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde que trabalhavam diretamente com adolescentes em situação de vulnerabilidade. O presente artigo, recorte da pesquisa-intervenção, é de abordagem qualitativa, com delineamento transversal e caráter exploratório-descritivo. A coleta de dados foi realizada pelo *Google Forms* e utilizou-se da Análise Temática e o software *Atlas ti.* para o tratamento dos dados. Participaram da pesquisa 329 profissionais de todo o território nacional, sendo a maioria mulheres (88,4%), autodeclaradas brancas (49,7%), do Sudeste (43,5%), com idades entre 30 e 39 anos (37%), casadas (39,2%), que atuavam na Assistência Social (59,7%) e possuíam vínculo estatutário (48,6%). Os resultados apontaram o agravamento das condições de vida das famílias, com aumento do desemprego, insegurança alimentar, fechamento das escolas e intensificação das situações de violência intrafamiliar, sobretudo abusos sexuais. Observou-se, ainda, uma tendência à culpabilização das famílias e adolescentes pelas vulnerações vivenciadas, desconsiderando os determinantes estruturais dessas condições. A intensificação do sofrimento psíquico entre adolescentes foi associada às experiências de luto, exclusão escolar e violações de direitos, levando-os, de acordo com os/as participantes, ao uso de substâncias psicoativas como forma de enfrentamento. Data a constatação da intensificação das vulnerabilidades dos/as adolescentes, esse estudo sugere a necessidade de ações de acompanhamento desses grupos, bem como da criação de políticas que sejam capazes de reduzir os efeitos deletérios da pandemia.

Palavras-chave: adolescentes, vulneração, políticas sociais, desenvolvimento, pandemia.

Abstract

The COVID-19 pandemic was a historical event that impacted populations' lives in multiple dimensions, particularly affecting families and adolescents already living under precarious and vulnerable conditions. In this context, the present study aimed to analyze, from the perspectives of professionals working in social policies, the impacts of the pandemic on the lives of vulnerable adolescents. Grounded in the theoretical framework of Historical-Cultural Psychology, this work is part of a multicenter study that implemented and evaluated a continuing education program directed at professionals in the fields of Social Assistance, Education, and Health who work directly with adolescents in situations of vulnerability. This article, an excerpt from the broader intervention-research, adopts a qualitative approach with a cross-sectional and exploratory-descriptive design. Data were collected via Google Forms and analyzed using Thematic Analysis supported by Atlas.ti software. The study included 329 professionals from across the country, the majority of whom were women (88.4%), self-identified as white (49.7%), from the Southeast region (43.5%), aged between 30 and 39 years (37%), married (39.2%), working in Social Assistance (59.7%), and holding statutory employment positions (48.6%). The findings indicate a worsening of families' living conditions, marked by increased unemployment, food insecurity, school closures, and intensified intrafamilial violence, particularly sexual abuse. A trend of blaming families and adolescents for the vulnerabilities experienced was also observed, disregarding the structural determinants of these conditions. The intensification of psychological suffering among adolescents was associated with experiences of grief, school exclusion, and rights violations, which, according to participants, led some to resort to psychoactive substance use as a coping mechanism. Given the exacerbation of adolescents' vulnerabilities, the study underscores the need for follow-up actions targeting these groups, as well as the development of public policies capable of mitigating the pandemic's deleterious effects.

Keywords: adolescents, vulnerability, social policies, development, pandemic.

Introdução

A pandemia de COVID-19 configurou-se enquanto um evento catastrófico e histórico que afetou a vida das populações em múltiplas dimensões, com expressões particulares a depender da cultura e das relações sociais estabelecidas. Esta crise sanitária promoveu impactos singulares às famílias e adolescentes que já se encontravam em condições precarizadas de vida, empobrecidos e vulnerados. Assim, buscou-se analisar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes nas políticas sociais, os impactos da pandemia na vida de adolescentes que viviam em vulneração no Brasil. Para isto, adotou-se como fundamentação teórica a Psicologia Histórico-Cultural (PHC), por considerar suas contribuições para os estudos acerca do desenvolvimento humano situado na história, cultura e sociedade.

Vigotski (1996/2001), em seus escritos acerca do pensamento e linguagem, afirmou que a palavra é a unidade de análise do pensamento, sendo a fala uma expressão decomposta e recriada do pensamento. Nesse sentido, a palavra não exprime exatamente o que se pensa, mas antes passa pelos sentidos e significados que o sujeito atribui a ela. Desse modo, o movimento do pensamento diferencia-se do discurso por causa dos processos de sentidos e significados diversos que se articulam no funcionamento psíquico de cada sujeito.

Assim como o psiquismo é forjado socialmente, os sentidos são construídos dialeticamente através da história e vivências de cada sujeito, por isso, são mais flexíveis e mutáveis que os significados, pois podem mudar a depender do contexto, dos afetos, das vivências e das interações sociais (Vigotski, 1996/2001). Portanto, o sentido se constitui através da complexidade dos aspectos psicológicos que a palavra desperta na consciência. Sendo assim, analisar os impactos da pandemia na vida dos/as adolescentes através das perspectivas dos/as trabalhadores/as é considerar os sentidos permeados por afetos e vivências que darão significados às palavras expressas.

Por outro lado, a investigação dos impactos da pandemia na vida dos/as adolescentes, a partir dos sentidos e significados dos/as profissionais, implica, também, em compreender de que maneira ocorre o desenvolvimento humano a fim de que seja possível localizar tais impactos na sociedade, na cultura e história, mas também nos sujeitos e em seus processos de subjetivação. Em relação a isso, a PHC afirma que o desenvolvimento humano é uma síntese dialética que se constitui pelos aspectos filogenéticos e ontogenéticos dos sujeitos, partindo das leis biológicas para a construção social de novas qualidades do desenvolvimento (Leontiev, 1978; Vigotski, 1984/2014). Nesse sentido, os sujeitos são o resultado das relações sociais e mediações que estabelecem na cultura e ao longo da história, produzindo os modos de vida e sendo constituídos por eles dialeticamente (Vigotski, 2018).

Assim, nesta pesquisa a adolescência é entendida como uma categoria social que se transforma a depender das condições objetivas de vida, não sendo universal e linear, mas complexa, dinâmica e condicionada ao seu tempo e à cultura. Vigotski (1984/2014) definiu o período da adolescência como um dos momentos mais críticos do desenvolvimento, não apenas pela maturação biológica, mas pela mudança nas formas de se relacionar com o mundo, com o surgimento de novas atividades principais e formas de agir. Nesse período, o psiquismo dos adolescentes é atravessado por mudanças substanciais, definida como formação de conceitos, com novas qualidades, tornando-se mais intelectualizado, abstrato e complexo. Tais mudanças acontecem tanto na história social da humanidade quanto no desenvolvimento psicológico de cada sujeito (Vigotski, 2007).

Nesse sentido, a escola exerce um papel fundamental no processo de formação de conceitos da adolescência, oportunizada através da atividade de estudo. A transformação do pensamento concreto, pautado nos conceitos cotidianos, para o pensamento abstrato, que é caracterizado pelos conceitos científicos, se torna possível através do ensino escolar, cujas mediações entre os conhecimentos promoverão novas qualidades do pensamento dos

adolescentes, influenciando na forma de enxergar o mundo e a si mesmo, na compreensão de suas relações, na orientação dos seus interesses e motivações, bem como na construção da personalidade (Asbahr, 2016; Anjos & Duarte, 2016; Elkonin, 1987). A partir do desenvolvimento do pensamento conceitual, marco primordial do desenvolvimento do psiquismo, a personalidade do adolescente é formada e estruturada. Assim, novos interesses, motivações e necessidades surgem, ainda que de modo particular, mas sempre construídos a partir da realidade concreta, histórica e do lugar (posição) que esse adolescente ocupa na sociedade. Portanto, a personalidade não está dada, mas se constitui nas circunstâncias objetivas de vida, transformando as visões sobre si e sobre o mundo (Leontiev, 1978).

Conforme afirmou Leontiev (2010), em cada geração há um modo de vida e de sujeitos, que possuem condições específicas e que, por sua vez, mobilizam o desenvolvimento do psiquismo em todas as suas funções e qualidades. A forma de pensamento, ações, vontades, motivações e interesses dos sujeitos são desenvolvidos a partir do seu contexto concreto de vida. Nesse sentido, entende-se que a pandemia afetou de modo desigual e com maiores agravantes o desenvolvimento dos adolescentes que já viviam em contextos de violação de direitos, pois somou-se à vulneração socioeconômica, à insegurança alimentar, ao fechamento das escolas e interrupção da merenda escolar, à dificuldade de permanecer em isolamento social, manutenção de emprego e renda dos pais, dificuldade de acesso ao sistema de saúde, sucateamento do sistema único de saúde (SUS) e condições de infraestrutura precarizadas (Bega & Souza, 2021; Farias & Leite Junior, 2021; UNICEF, 2020).

No primeiro ano da pandemia, em 2020, mais de 5 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos ficaram sem acesso à educação no Brasil. Desses, 3,7 milhões estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa (UNICEF, 2021). Conforme Bavaresco et al. (2021), a pandemia transformou as casas em escolas e retirou os adolescentes do centro do processo de

aprendizagem. A rápida implementação do ensino remoto como alternativa ao isolamento social ignorou as condições objetivas de vida das famílias e as suas necessidades, assim, não contemplou da mesma forma a realidade dos adolescentes vulnerados e gerou uma exclusão digital e exclusão escolar (Chaves et al., 2023; Ferraz et al., 2024; Fialho & Neves, 2022; Vieira et al., 2021).

A exclusão digital e escolar a qual adolescentes foram submetidos pode ter inibido as mediações necessárias, realizadas pela educação escolar, para o desenvolvimento de formas de pensamento mais complexas, construção das suas motivações e da personalidade, além das mediações exercidas pelos seus pares. A pesquisa de Lima (2022) demonstrou os sentidos atribuídos pelos (as) adolescentes à escola antes e durante a pandemia, evidenciando, sobretudo, o seu importante papel para a socialização, vida em comunidade, convivência com os pares, mas também para formação, mediações no processo de ensino-aprendizagem e a construção dos aprendizados.

O cenário de exclusão digital e escolar, somado ao contexto de vulneração socioeconômica, pode ter contribuído para que os adolescentes deixassem de priorizar os estudos e voltassem as suas motivações para a inserção em atividades de trabalho, a fim de suprir as necessidades de subsistência da família e de si mesmos. De acordo com a UNICEF (2021), até o final de 2022, mais 8,9 milhões de crianças e adolescentes estariam em risco de ingressar no trabalho infantil devido aos impactos da pandemia de Covid-19. A PNAD Contínua, por sua vez, embora não tenha coletado dados sobre o TI nos anos de 2020 e 2021, apontou que, em 2022, os casos aumentaram 4,9% em relação aos anos anteriores (IBGE, 2023).

Ainda, estudos apontam que o trabalho infantil afeta o processo de desenvolvimento psicossocial de adolescentes, ao afastá-los da escola e limitar o aprendizado dos conhecimentos científicos. Além disso, são “adultizados” precocemente, têm prejuízos na saúde mental, na

autoimagem e autoestima, bem como podem levar ao envolvimento em atos infracionais e, conseqüentemente, o encarceramento em medidas socioeducativas (Alberto, 2002; Alberto & Santos, 2011; Alberto et al., 2020).

Além das conseqüências decorrentes da crise econômica e estrutural que exacerbaram as desigualdades sociais, estudos indicaram a intensificação das violências intrafamiliares em decorrência do isolamento social e do fechamento dos espaços protetivos, além da falta de medidas eficazes e concretas por parte do Estado para o enfrentamento dessas ameaças para os adolescentes (Picornell-Lucas, 2020). Nesse sentido, fatores como o desemprego, o aumento do consumo de álcool e drogas, o estresse familiar e a sobrecarga de funções contribuíram para maiores ocorrências de negligência, violência física e psicológica, além da intensificação e invisibilização das situações de abuso sexual contra adolescentes que já vivenciavam tal realidade de abusos no contexto anterior à pandemia (Campbell, 2020; Custódio & Cabral, 2022; Mahlangu et al., 2022; Marques et al., 2020; Ribeiro et al., 2023; Santos et al., 2022; Silva & Oliveira, 2020)

Uma pesquisa realizada pelo PANEX-Youth que envolveu a África do Sul, o Brasil e o Reino Unido mostrou como as necessidades de longo prazo dos adolescentes foram negligenciadas em prol da priorização da saúde dos adultos para a recuperação das economias, desconsiderando a importância do acesso a alimentos nutritivos, oferecidos pela merenda escolar (Rabello et al., 2024; Sperandio & Castro, 2021), à educação, ao lazer, à brincadeira e interações sociais, o que contribuiu para a ampliação das desigualdades preexistentes e conseqüências prolongadas da pandemia para o desenvolvimento, saúde e bem estar dos adolescentes (Andres et al., 2023).

Em vista disso, observa-se, ainda, uma escassez de estudos publicados referentes aos impactos da pandemia para a saúde mental dos/as adolescentes vulnerados no Brasil. Desse modo, há uma preocupação em relação aos impactos da pandemia para a saúde mental dessa

população, considerando que já vivenciavam contextos de vulneração causadores de sofrimento psíquico (Garrido & Rodrigues, 2020). Verifica-se que diversos estudos encontrados na literatura que abordaram a relação entre os impactos da pandemia e o sofrimento psíquico dos adolescentes não levaram em consideração adolescentes que vivam em contextos de vulneração social.

Entretanto, algumas investigações, como o estudo de Andrade et al. (2023), que analisou como adolescentes vinculados ao ensino médio de uma escola pública da zona sul do Rio de Janeiro passaram pela pandemia, distanciamento da escola e isolamento social. Entre os principais resultados, identificou-se que o distanciamento da escola e o ensino remoto geraram um sentimento de estranhamento em relação à série/ano para os/as adolescentes e, ainda, a perda de expectativa e projeto de futuro.

Outro estudo realizado por Vazquez et al. (2022), com sujeitos com idades entre 13 e 20 anos de escolas públicas no estado de São Paulo, apontou sintomas elevados de ansiedade e depressão relacionados com o isolamento e a falta do ensino escolar presencial, apesar de os participantes terem afirmado que conseguiram se manter engajados nas atividades de estudo. No entanto, embora indiquem os impactos relacionado ao isolamento e fechamento das escolas, esses estudos não incluíram adolescentes que viviam sob outras condições de vulneração, restringindo a análise ao contexto de estudantes de escolas públicas.

De mesmo modo, a pandemia pode ter gerado impactos para a intensificação ou surgimento do uso e abuso de substâncias psicoativas e medicamentos psicotrópicos entre os adolescentes em decorrência sofrimento psíquico e como mecanismo de enfrentamento (Oliveira et al., 2021; Oliveira & Pucci, 2021). O estudo de Mattos (2024) apontou que o uso e abuso de substâncias psicoativa devem ser analisados considerando as determinações sociais que estão envolvidas, a saber: aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Ainda, de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas

e Crime (UNODC, 2022), o uso de substâncias psicoativas entre adolescentes e jovens tem aumentado, indicando uma maior prevalência do uso de cannabis entre adolescentes entre 15 e 16 anos, quando comparado ao de adultos em todo o mundo em 2022. Esses indicadores podem estar relacionados com os impactos da pandemia e o crescimento do mercado das drogas no mundo (UNODC, 2024).

Isto posto, embora as pesquisas tenham alertado sobre os impactos da pandemia na vida dos/as adolescentes desde o início desta calamidade, apontando os riscos para intensificação das violências e violações de direitos daqueles que vivenciavam processos de vulneração, os impactos para a saúde mental, bem como na educação e para os processos de ensino-aprendizagem, ainda há uma lacuna no que diz respeito aos impactos para o desenvolvimento psicossocial desses adolescentes (Garrido & Rodrigues, 2020; Oliveira et al., 2020; Rubio & Fuentes, 2022). Por esse motivo, o objetivo deste artigo foi investigar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes em políticas sociais que atendiam/acompanhavam adolescentes vulnerados, os impactos da pandemia na vida desta população.

Método

O presente estudo compõe uma pesquisa multicêntrica, de abrangência nacional, nomeada “Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”. A investigação teve como objetivo geral mapear o impacto da pandemia ao desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como implementar e avaliar uma formação continuada voltada aos profissionais das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. A pesquisa foi apoiada e financiada pela CAPES, conforme o Edital N° 12/2021 referente ao Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia (IMPACTOS1983986P) e CNPq (Edital Universal 18/2021; processo número 406975/2021-3).

A presente dissertação é parte de um dos estudos, cujo recorte foi de uma pesquisa-intervenção, com delineamento transversal e caráter exploratório-descritivo. O objetivo central foi implementar e avaliar uma formação continuada ofertada remotamente a profissionais vinculados a políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde que trabalhavam diretamente com adolescentes em contextos de vulnerabilidade social e econômica no período pós-pandêmico. Contudo, neste artigo serão apresentados, analisados e discutidos os dados qualitativos produzidos junto à amostra que versavam sobre quais os principais desafios os profissionais identificavam como decorrentes da pandemia na vida de adolescentes que viviam em situação de vulneração no Brasil, levando em consideração suas experiências em seus respectivos locais de trabalho.

Participantes

Participaram da pesquisa **329** profissionais de todo o território nacional, sendo a maioria mulheres (88,4%), que se autodeclararam como brancas (49,7%), do Sudeste brasileiro (43,5%), com idades entre 30 e 39 anos (37%) e que estavam casadas (39,2%). Em relação em quais políticas públicas atuavam, a maioria estava na Assistência Social (59,7%), seguido da Saúde (23,3%), Educação (16,7%), e com vínculo empregatício de servidor público (48,6%), conforme indica a Tabela 1.

TABELA 1. Dados sociodemográficos dos participantes

Categoria	Variáveis	N	%
Gênero	Mulheres	291	88,4
	Homens	36	10,9
	Não-binário	2	0,6
Raça/etnia	Branca	164	49,7
	Preta/parda	156	47,4
	Amarela/origem oriental	6	1,8
	Não souberam responder	2	0,6
	Não quiseram responder	1	0,3

	22–29 anos	41	12,4
	30–39 anos	122	37,0
Faixa etária	40–49 anos	120	36,5
	50–59 anos	37	11,2
	60–70 anos	9	2,8
	Casado(a)	129	39,2
	Solteiro(a)	127	38,5
Estado civil	Mora junto	36	10,9
	Separado(a)/divorciado(a)	35	10,6
	Viúvo(a)	2	0,6
	Sudeste	143	43,5
	Nordeste	56	16,9
Região brasileira	Sul	40	12,1
	Centro-Oeste	32	9,7
	Norte	20	6,1
	Assistência Social	197	59,7
	Saúde	77	23,3
	Educação	55	16,7
	Servidor público	160	48,6
	Celetista (carteira assinada)	82	24,9
Vínculo empregatício	Contrato temporário	55	16,7
	Terceirizado	19	5,8
	Comissionado	13	4,0

Fonte: Elaborada pelos autores.

Instrumentos

A coleta de dados do estudo ocorreu remotamente, com medidas de pré-teste e pós-teste, através dos seguintes instrumentos: 1. Questionário de caracterização sociodemográfica, laboral e de percepções sobre a pandemia; 2. Atividade de relato de caso; 3. Questões discursivas sobre a avaliação da capacitação; 4. Escala de Reação ao Curso [ERC] (Abbad et al., 2000); 5. Escala de Reação ao Desempenho do Instrutor [ERDI] (Abbad et al., 2000); e 6. Escala de Autoavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho [EAITT] (Abbad, 1999). **Contudo, neste artigo, foram utilizados somente os dados qualitativos oriundos do questionário de caracterização sociodemográfica e da atividade de relato de caso.**

O **questionário de caracterização sociodemográfica**, laboral e de percepções sobre a pandemia, especialmente elaborado para este estudo, continha 23 questões relacionadas a questões sociodemográficas (gênero, idade, renda, escolaridade), laborais (vínculo empregatício, local de trabalho, carga horária de trabalho), além de questões sobre as percepções dos/as profissionais acerca dos impactos da pandemia na vida dos adolescentes.

A **atividade de relato de caso**, proveniente da formação continuada, solicitava que o/a profissional relatasse um caso (uma história real) de um/a adolescente atendido/a e/ou acompanhado/a no contexto pós-pandemia que foi considerado difícil/desafiador. Foi solicitado que o caso contemplasse os seguintes aspectos em seu relato: breve contextualização do caso; motivo do atendimento; encaminhamentos realizados; dificuldades enfrentadas; resultados obtidos; motivos pelos quais escolheu relatar o caso.

Procedimentos

O estudo foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da instituição sede (UFSCar) e de todas as universidades envolvidas no estudo (CAEE 60330722.2.1001.5504). O seu desenvolvimento ocorreu em três etapas: 1. Recrutamento e preenchimento do formulário online de inscrição; 2. Implementação da formação continuada remota; e 3. Avaliação da formação.

O recrutamento dos (as) profissionais ocorreu por intermédio de contato via e-mail com instituições e equipamentos que realizam serviços de atendimento psicossocial aos adolescentes, como os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, Acolhimento Institucional e Escolas Públicas. Através da manifestação de interesse dos profissionais, foi enviado um ofício de apresentação, com os objetivos e contribuições do estudo, divulgação da formação continuada associada à pesquisa e uma solicitação de apoio na divulgação entre parceiros. Ainda, um documento de

apresentação da formação, com o link de inscrição e uma “Carta Convite”, foi anexado junto ao ofício, em que poderiam ser encontradas informações detalhadas a respeito do curso (i.e., formato, datas e horário, carga horária e certificação, além de um *Qrcode* que encaminhava a uma comunidade do WhatsApp). Complementarmente, houve ampla divulgação da formação nas mídias sociais por parte das/os pesquisadoras/es associados à pesquisa.

Após a realização da inscrição pelos/as participantes no curso, a carta convite (como comprovação), um código alfanumérico, o link para o formulário de pré-teste e as informações detalhadas sobre a pesquisa-intervenção foram enviados por e-mail a cada participante. Visando garantir o sigilo na pesquisa, foi solicitada a utilização do código alfanumérico para identificação nos formulários. O formulário do pré-teste deveria ser respondido antes do início das aulas. Na página de abertura do formulário estava o convite aos participantes, a descrição dos objetivos da pesquisa-intervenção, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo coordenador do projeto. O questionário de caracterização sociodemográfica, laboral e de percepções sobre a pandemia deveria ser respondido, necessariamente, após a concordância em participar da pesquisa.

Toda a comunicação realizada com os/as participantes ocorreu através de e-mail e de uma comunidade específica do curso de formação no Whatsapp, onde todos os comunicados e informações eram enviados. O principal meio de comunicação com os/as participantes foi o e-mail, com envios dos links das aulas e dos formulários, bem como comunicados e avisos, sendo a comunidade apenas uma forma secundária de comunicação pela organização do curso. Além disso, os/as participantes mantiveram contato com a comissão organizadora do curso, através do WhatsApp, para a retirada de dúvidas.

Os bancos de dados construídos utilizados neste artigo referem-se ao questionário de caracterização sociodemográfica e da Atividade de Relato de Caso. O questionário estava contido no *Google Forms* de inscrição do curso. Já a Atividade foi enviada por e-mail a todos

os/as participantes, também como link do *Google Forms*, na data estipulada da aula assíncrona conforme estabelecido no cronograma, tendo sido determinado um prazo de 5 dias para que fosse respondida.

Após a etapa de coleta de dados junto aos (as) profissionais na Etapa 1 (pré-teste), deu-se início à etapa de implementação do curso de formação (Etapa 2), intitulado como “Adolescência e Promoção de Resiliência: Formação continuada para profissionais da saúde, educação e assistência social no pós-pandemia”, realizada na modalidade online, através de videoconferências ao vivo pelo *Youtube*. O curso teve carga horária de 30 horas, sendo 15 horas de atividades síncronas e 15 de atividades assíncronas (leituras e atividades), com certificação de participação para quem cumprisse os pré-requisitos da pesquisa e de frequência. A intervenção foi organizada em 6 módulos: I. Adolescência e Vulnerabilidade Social; II. Processos de luto e ressignificação das experiências de perdas dos adolescentes na pandemia; III. Saúde mental e protagonismo dos adolescentes no pós-pandemia na Assistência Social, na Saúde e na Educação; IV. Módulo Assíncrono – Atividade Relato de Caso; V. Promoção de resiliência dos adolescentes no pós-pandemia; VI. Profissionais da rede de proteção e seu papel de tutores de resiliência.

Os módulos de aulas foram desenvolvidos a partir de diversas estratégias educacionais, como aulas expositivas-dialogadas, com um momento reservado ao final dos módulos para questões, contribuições e partilha dos(as) profissionais, atividades extra, indicação de leituras e estudos de caso, como forma de estimular a participação e contribuir com o processo de aprendizagem. O curso foi desenvolvido sob coordenação do orientador desta pesquisa de Mestrado e contou com a participação de professoras(es) externas(os).

Na Etapa 3, de avaliação da formação, os(as) participantes foram solicitados a avaliar o curso, de forma quantitativa e qualitativa, a partir do nível de reação ao curso, do desempenho

dos instrutores e da autoavaliação acerca do impacto do treinamento no trabalho ao final da intervenção.

Análise dos Dados

Os dados foram codificados com o auxílio do software *Atlas.ti* e analisados através da Análise Temática (AT), proposta por Braun e Clark (2006). A Análise Temática consiste em um método de pesquisa de profunda imersão nos dados, que permite identificar, codificar, interpretar e analisar padrões ou temas nos dados qualitativos (Braun & Clark, 2006). Através de uma abordagem indutiva, em que os temas identificados estão intrinsecamente ligados aos próprios dados, não a categorias pré-estabelecidas, pode ser feita uma codificação mais fluida e flexível.

A AT é um método que serve tanto para refletir quanto para desvelar a superfície da realidade. Como um método construcionista, busca examinar as maneiras pelas quais eventos, realidades, significados e experiências são os efeitos de uma gama de discursos operando dentro da sociedade (Braun & Clarke, 2006). Assim, os temas podem ser identificados a partir de uma análise latente/interpretativa (Boyatzis, 1998) ou reflexiva (Clarke, 2017), tipo de análise temática que não se restringe ao conteúdo semântico dos dados, mas busca interpretar ideias e conceitos subjacentes aos dados apresentados. Por isso, está mais alinhada a pesquisas sociais e comprometidas com a justiça social (Clarke, 2017).

A AT foi conduzida mediante seis etapas, tal como postulado por Braun e Clarke (2006): 1) Familiarização com os dados; 2) Códigos iniciais; 3) Busca de temas; 4) Revisão de temas; 5) Definição e nomeação de temas; 6) Produção de relatório final. A Tabela 2 sumariza as etapas que se sucederam para a AT:

TABELA 2. Descrição do processo de análise.

Etapa	Descrição
1. Familiarização com os dados	Leitura ativa e contínua dos casos à procura de significados e padrões, com anotações iniciais por parte dos pesquisadores
2. Códigos iniciais	A pesquisadora iniciou a codificação sistemática dos dados através do <i>software ATLAS.ti</i> , criando, atribuindo e agrupando os códigos aos trechos dos relatos dos profissionais (ex.: impactos da pandemia; precarização; evasão escolar; violação de direitos; demandas de saúde mental; demanda assistência social, etc).
3. Busca de temas	Com base na discussão entre os autores deste artigo, os códigos iniciais foram divididos em subcódigos (ex.: impactos da pandemia; vínculos fragilizados, insegurança alimentar, violência intrafamiliar, trabalho infantil, evasão escolar, etc) e outros códigos/subcódigos foram combinados (ex.: demanda educacional/escolar e evasão escolar; impactos da pandemia, violação de direitos e trabalho infantil) gerando temas como “precarização das condições de vida” e “aumento das violências no contexto intrafamiliar”.
4. Revisão dos temas	Análise conjunta dos autores para alinhar e aprimorar os temas em relação aos códigos construídos e verificar a consistência com os dados.
5. Definição e nomeação de temas	Momento da nomeação dos temas pelos pesquisadores de modo que representasse claramente o conjunto dos códigos, além da descrição minuciosa de como os temas expressavam as perspectivas dos/as profissionais sobre os impactos da pandemia na vida dos adolescentes.
6. Produção do relatório final	Seleção dos trechos dos relatos que fossem mais significativos e representativos dos temas para compor o artigo. Início da discussão, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, analisando os impactos da pandemia na vida dos adolescentes de acordo com a perspectiva dos/as profissionais.

Resultados e Discussão

Diante do processo de análise temática, emergiram quatro temáticas centrais: 1) precarização das condições de vida das famílias e dos próprios adolescentes; 2) aumento das violências no contexto intrafamiliar contra adolescentes; 3) evasão escolar e dificuldades de aprendizagem; 4) deterioração da saúde mental dos adolescentes no período da pandemia. Os temas revelaram as perspectivas dos/as profissionais acerca dos impactos da pandemia na vida dos adolescentes que atenderam/acompanharam durante e após a pandemia, apontando para a precarização das condições de vida dos adolescentes e de suas famílias, a potencialização da desigualdade social, o crescimento dos índices de violências e violações de direitos, evasão escolar e exclusão econômica e social. Além disso, apontaram a intensificação do sofrimento psíquico, do uso e abuso de substâncias psicoativas e de medicações psicotrópicas entre os adolescentes atendidos.

Precarização das Condições de Vida das Famílias e dos/as Adolescentes

De acordo com a perspectiva dos/as profissionais, o período da pandemia de COVID-19 potencializou a desigualdade social e os processos de vulneração social e econômica entre as famílias e adolescentes que já vivenciavam condições de exclusão e precarização. O fechamento dos equipamentos de proteção, o aumento do desemprego, a insegurança alimentar, a impossibilidade de distanciamento social e a luta por subsistência marcaram as vidas dessa população. Conforme a Tabela 3 indica, a pandemia afetou o acesso aos equipamentos de políticas públicas, como a escola, responsável pela alimentação e proteção social de crianças e adolescentes, além da perda de espaços de convivência e lazer.

Conforme os/as profissionais apontaram, a ocorrência de famílias sobrevivendo apenas com o bolsa família e sem condições de prover alimentação em casa aumentou devido a pandemia. Relataram, paradoxalmente, que os adolescentes passaram a estar mais tempo na

rua em razão do fechamento dos espaços protetivos. Ainda, impactou na fragilização ou rompimento dos vínculos afetivos, seja pela morte das pessoas que exerciam a responsabilidade parental ou pela inacessibilidade aos serviços das políticas sociais em razão do fechamento dos equipamentos.

Além disso, os/as profissionais perceberam o crescimento dos casos de trabalho infantil durante e após a pandemia, desde venda de balas no sinal (semáforo) à cooptação no tráfico de drogas, que são expressões de violação de direitos fundamentais. Com os espaços de proteção fechados, atrelado ao desemprego dos pais/responsáveis, relataram que os adolescentes se inseriram precocemente em atividades laborais com a finalidade de auxiliar com as despesas da casa e necessidades materiais da família e de si mesmos.

TABELA 3 – Precarização das condições de vida das famílias e dos/as adolescentes

Citações
<p>“F. era um garoto que tinha boa adesão aos estudos, mas que teria deixado de estudar no ano de 2020. O abandono escolar se deu pela falta de condições materiais (como celular e Wi-Fi) [...] F. passou a frequentar ainda mais a rua, afinal havia perdido espaços em que era vinculado, como a própria escola e a quadra da instituição. A pandemia intensificou as questões financeiras e de vulnerabilidade da família. F. e seu irmão mais novo almoçavam na escola, que no momento estava fechada”. (Assistência Social, Medidas Socioeducativas)</p>
<p>“O período pós-pandemia permitiu o retorno dos grupos e o trabalho mais junto aos jovens e comunidade, porém, permitiu que a pobreza se tornasse uma mazela cada vez ainda maior com o desemprego em massa das famílias e a procura elevada por cesta básica de alimentos nos CRAS, CREAS, IGREJAS, etc... Os adolescentes que atendíamos no Serviço de Convivência, muitos ali estavam porque sabiam que teriam um lanche para comer e que nada tinham em casa.” (Assistência Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)</p>
<p>“Atendendo uma família PAIF, que já é acompanhada pelo equipamento, em visita domiciliar de rotina, com observação e escuta especializada, foi identificado que a família estava em situação de vulnerabilidade e risco social, por motivo de insegurança alimentar, o que no contexto de pandemia foi um dos maiores fatores de risco para outras famílias que também atendíamos. Diante da situação da família identificamos que não existia outra renda além da bolsa família.” (Assistência Social, CRAS)</p>
<p>“As dificuldades relatadas estão relacionadas às mudanças contextuais na vida dos adolescentes, tais como a perda de pais e avós que eram arrimos de família, fato que os colocava em uma situação de vulnerabilidade financeira, outros tornaram-se responsáveis por ajudar no sustento da casa, tendo que largar os estudos, e alguns em função de trabalhar e estudar, tiveram uma piora significativa no desempenho escolar.” (Educação, Escola Pública)</p>

“Davi estava em **situação de rua, envolvido na venda de doces e substâncias entorpecentes em um ponto específico da área metropolitana da capital mineira. Durante a pandemia, a situação se deteriorou, com seus pais perdendo o emprego, aumento das discussões conjugais e agressões físicas.** Seu genitor passou a beber com amigos e retornava para casa de forma agressiva. **A falta de alimentos em casa o levou a se envolver no tráfico e na venda de produtos em sinais de trânsito para sustentar sua mãe e irmã mais nova.**” (Assistência Social, Acolhimento Institucional)

Adolescente encaminhado ao CREAS durante à fase mais crítica da pandemia por trabalho infantil. Houve diversas denúncias de que estaria trabalhando e em situação de mendicância. [...] o adolescente sempre teve a escola como um ambiente hostil e tem resistência em acompanhar as aulas, ocasionando evasão escolar [...] **relatou o desejo de trabalhar e ajudar a mãe nas despesas de casa.** (Assistência Social, CREAS)

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com os relatos dos/as profissionais, a pandemia COVID-19 configurou-se como um evento intensificador das vulnerações vivenciadas pelas famílias, crianças e adolescentes. Outras pesquisas confirmam estes achados, como o Estudo sobre a Pobreza Infantil Monetária no Brasil, denunciando que as crianças e adolescentes foram (e continuam sendo) os mais impactadas pela pobreza no país (UNICEF, 2022). Outra pesquisa conduzida pelo *Ibope Inteligência*, no início da crise sanitária, demonstrou que 69% das pessoas que tinham renda de até um salário-mínimo tiveram perdas financeiras expressivas e 15% relataram perda total de sua fonte de subsistência (UNICEF, 2020), sendo o Auxílio Emergencial um dos principais ou única renda das famílias (UNICEF, 2022).

Os/as profissionais apontaram para a relação entre o fechamento das escolas e diminuição dos serviços das políticas, a precarização das condições de vida das famílias e a insegurança alimentar entre os adolescentes. Nesse sentido, estudos apontaram para o aumento da insegurança alimentar entre as famílias e os adolescentes desde o início da pandemia (Carvalho et al., 2022; Fiocruz, 2020; Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022), com maiores índices entre adolescentes de cor preta e parda e estudantes de escola pública – população mais afetada pela pobreza e pobreza extrema no Brasil (IBGE, 2023).

Embora tenha havido, no Brasil, a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a fim de mitigar os efeitos da pandemia para a insegurança alimentar através da distribuição de alimentos ou transferência de recursos pelas escolas, adolescentes que se encontravam desvinculados da escola ou que não possuíam registro no Cadastro Único não poderiam ser beneficiados, além dos casos em que alimentos processados foram priorizados ou que o kit alimentar não foi suficiente para a família (Monelis et al., 2024). Nesse sentido, infere-se que os adolescentes que estavam em exclusão escolar devido a pandemia não tenham sido beneficiados, haja vista a intensificação das procuras por cestas básicas nos CRAS, CREAS e igrejas, conforme relatos de alguns profissionais.

Os/as profissionais também apontaram o crescimento dos casos de trabalho infantil entre os adolescentes atendidos. Apesar dos estudos indicarem uma dificuldade na identificação dos casos de TI no período da pandemia em razão do isolamento social, falta de fiscalização e subnotificação, outras pesquisas revelaram o aumento dos casos, principalmente entre adolescentes (IBGE, 2023; UNICEF, 2020; 2021). De acordo com a perspectiva dos profissionais, a ausência da escola e a intensificação da pobreza foram os fatores preponderantes para a inserção precoce dos adolescentes em atividades de trabalho para manter a subsistência de si ou da família. Nesse sentido, Pedroza e Maia (2021) apontaram que o distanciamento da escola pode implicar no aumento dos casos de trabalho infantil, ainda mais quando aliado ao crescimento da pobreza ocorrido no período pandêmico (Neri, 2022).

Diante disso, o processo de desenvolvimento psicossocial desses adolescentes também pode ter sido afetado. A impossibilidade de acesso às escolas e outros espaços protetivos, a insegurança alimentar e o empobrecimento de suas famílias configuraram processos de vulneração que circunstanciaram o desenvolvimento desses adolescentes, atravessados por processos de exclusão e inclusão precarizada (Sawaia, 2014).

Nesse contexto, as mediações sociais estabelecidas podem ter contribuído para o surgimento de motivações voltadas para a satisfação de necessidades mais imediatas, como a demandas econômicas da família, através da inserção precoce no trabalho (Alberto, 2002; Alberto & Santos, 2011; Leal & Mascagna, 2016; Martins & Eidt, 2010) ao invés de direcionarem seus interesses para a atividade de estudo. Além disso, a vivência desses processos de vulneração pode impactar no desenvolvimento da personalidade desses adolescentes, visto que ela se constitui nas circunstâncias objetivas de vida e nas atividades em que os adolescentes estão inseridos (Anjos & Duarte, 2016; Leontiev, 1978).

Aumento das violências no contexto intrafamiliar contra adolescentes

Esta temática revelou, conforme apontaram os/as profissionais, os impactos da pandemia e do isolamento social para a intensificação de inúmeras situações de violências intrafamiliares, como o aumento de violência psicológica, violência física, negligência e abuso sexual perpetrada pelos familiares contra os adolescentes.

De acordo com a Tabela 4, os/as profissionais relataram o ápice de situações de violências contra os adolescentes que experienciavam contextos violadores dos direitos fundamentais antes mesmo da pandemia. As situações de abuso sexual passaram a ocorrer com maior frequência e intensidade de acordo com os/as profissionais, principalmente pelos pais e padrastos, dificultando as possibilidades de denúncias ou escape, bem como agressões físicas e psicológicas, ou a observação de agressões às mães dos adolescentes.

Ainda, os/as profissionais apresentaram as tentativas de defesa por parte dos/as próprios/as adolescentes, como relatos espontâneos na escola, bem como mecanismos de enfrentamento para lidar com o sofrimento, apresentando comportamentos auto lesivos, ideação suicida, sentimento de desconfiança e até mesmo homicídio do abusador.

TABELA 4 – Aumento das violências no contexto intrafamiliar contra adolescentes

Citações
<p>“Situações de violência psicológica e física praticada pelos avós paternos [...] Julia (14 anos) fez os relatos no colégio, menciona que as situações se intensificaram durante a pandemia do COVID-19 e que ela e sua irmã Jessica (16 anos) durante o isolamento social sofriram situações de violências e violações de direitos na residência. Adolescentes residiam com os avós, o genitor estava recluso e sua genitora não mantém contato há muito tempo.” (Assistência Social, CREAS)</p>
<p>“O motivo do atendimento a Laura se deu pelas violações de direitos que ela havia sofrido por parte de seu genitor. Laura descreveu um ambiente doméstico onde episódios de abuso sexual, físico e emocional eram constantes, e sua mãe, embora ciente da situação, permanecia passiva e negligente, os genitores faziam uso excessivo de álcool. O período de isolamento social intensificou essas agressões, uma vez que todos estavam confinados em casa.” (Assistência Social, CREAS)</p>
<p>“Adolescente de 15 anos que sofre abuso sexual do padrasto desde os 8 anos de idade, foi acolhida após ter relatado a situação na escola. Ela relata que os abusos se intensificaram durante a pandemia, quando ela passou também a se automutilar e apresentar ideação suicida. [...] falou que preferia estar em casa com o abusador do que acolhida, ou preferia estar morta, porque acredita que sua vida nunca vai melhorar e não pode confiar em ninguém.” (Assistência Social, Acolhimento Institucional)</p>
<p>“Uma adolescente de 13 anos [revelou] espontaneamente na escola que sofria agressões físicas e psicológicas por parte do genitor [...] o que se intensificou no período da pandemia. Citou também ameaças de morte do pai para que não revelasse as ocorrências em casa. Informou que foram frequentes as violências físicas contra ela e que também ocorriam discussões barulhentas e ofensivas entre os pais. Alegou que tinha outros irmãos, mas que ela era o foco da agressão do pai, por ser do gênero feminino. O genitor a agredia com uma vara [...] estava assustada e com medo do que poderia acontecer” (Assistência Social, Escuta Especializada)</p>
<p>“A adolescente [13 anos] durante a pandemia perdeu a mãe adotiva em consequência da COVID. Passou a morar apenas ela e o pai adotivo. Um mês após a morte da mãe, o pai adotivo tentou abusar dela [...] durante o ato da tentativa do estupro de vulnerável, ela deferiu uma facada no mesmo vindo ele a óbito” (Assistência Social, MSE)</p>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Durante o período da pandemia, observou-se um agravamento substancial das situações de violência intrafamiliar contra adolescentes, abrangendo violências físicas, psicológicas, negligência e abusos sexuais (Oliveira et al., 2022; Temer, 2023). De acordo com os/as profissionais, o confinamento e o fechamento das escolas resultaram em um maior tempo de convivência dos adolescentes com seus responsáveis (pais, mães, avós, padrastos), aumentando a exposição a formas de violência já preexistentes, além de contribuir para a intensificação dessas práticas.

Conforme apontou o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Temer, 2023), já havia um padrão de queda nos registros das violências com as férias escolares, o que se manteve com

o fechamento das escolas na pandemia. Portanto, a queda das notificações não significa a redução dos casos, mas sim uma invisibilização das ocorrências, aumentando a desproteção e violação das crianças e adolescentes.

Em relação à violência sexual, por exemplo, estudos apontaram que a residência continuou sendo o local mais perigoso para as meninas e que a violência é cometida, majoritariamente, por algum familiar (Temer, 2023). Conforme os/as profissionais afirmaram, os/as adolescentes fizeram os relatos sobre as violências sofridas na escola, o que reafirma o protagonismo dessas instituições e de toda a equipe na percepção, proteção e denúncia dos casos de violência contra as crianças e adolescentes (Temer, 2023; Carvalho & Picornell-Lucas, 2022; Ferreira, 2023).

As vulnerações socioeconômicas e materiais, como o desemprego dos pais e insegurança alimentar durante a pandemia, podem gerar sofrimento psíquico nos responsáveis pelos/as adolescentes, o que pode estar relacionado com o aumento das violências cometidas no âmbito intrafamiliar (Carvalho & Picornell-Lucas, 2022; Coelho & Conceição, 2024). Além disso, os/as profissionais discorreram sobre o abuso de álcool e brigas entre os pais dos/as adolescentes, o que revela um contexto de desproteção e vulneração desses adolescentes. No entanto, nesse caso, tanto adolescentes quanto seus cuidadores podem ser considerados vulnerados, ao se levar em conta o contexto de desemprego, insegurança alimentar e a ausência de proteção social por parte do Estado durante a pandemia (Carvalho & Picornell-Lucas, 2022; Neri, 2022; Silva et al., 2024).

Diante desse contexto de violências, o desenvolvimento psicossocial, bem como a saúde mental desses adolescentes podem ter sido severamente afetados. Considerando que se desenvolvem a partir das condições objetivas de vida e das mediações estabelecidas social e culturalmente, a vivência dessas violências pode trazer impactos para a construção da personalidade desses adolescentes (Tuleski, 2008; Vygotsky, 1995), o que implicará em

impactos tanto individuais quanto sociais, visto que os sujeitos são constituídos pelo social e também o constituem. Portanto, poderá gerar diferentes sentidos sobre as relações e interações sociais, percepção da autoestima, perspectiva de futuro e autoconsciência nos adolescentes (Vygotsky, 1995).

Evasão Escolar e Dificuldades de Aprendizagem

Nesta temática, os/as profissionais relataram como a pandemia causou impactos severos na Educação, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência dos adolescentes. A evasão escolar foi apontada pela maioria dos profissionais, uma vez que muitos adolescentes enfrentaram a falta de recursos adequados para participar das aulas remotas, como acesso à internet ou dispositivos eletrônicos, como celulares ou computadores. Além disso, a inserção precoce no trabalho foi outro fator destacado, ocupando uma parcela considerável do tempo e da disposição dos adolescentes, comprometendo a sua dedicação aos estudos – que já não era plena antes da pandemia.

Nesse contexto, os/as profissionais trouxeram que as dificuldades de aprendizagem entre os adolescentes foram potencializadas na pandemia, seja porque parte dos adolescentes não conseguiram acessar às aulas online ou, quando conseguiam, havia ausência de apoio e suporte nas atividades pedagógicas. Por isso, foram observadas dificuldades acentuadas com a realização de tarefas escolares e, sobretudo, com o desenvolvimento da leitura e da escrita. Os profissionais apontaram para a relação entre as condições de exclusão social preexistentes e as dificuldades de aprendizagem e a evasão escolar.

Além disso, relataram que o tempo de isolamento social e o fechamento das escolas trouxeram resistências ao retorno às aulas presenciais para os adolescentes, bem como dificuldades da escola para recebê-los. Os/as profissionais relataram que os adolescentes estavam, após a pandemia, apresentando comportamentos de agitação em sala de aula (após a

retomada das atividades presenciais), dificuldades de atenção, concentração e de relacionamentos e socialização. Por outro lado, a equipe escolar, de acordo com os participantes do presente estudo, apresenta resistência e dificuldades em acolher e lidar com os estudantes evadidos e com suas novas demandas e necessidades.

TABELA 5 – Evasão escolar e dificuldades de aprendizagem

Citações
<p>“No período da pandemia não conseguia assistir às aulas devido à falta de internet, logo, perdeu o interesse e desistiu dos estudos. O adolescente ficou em evasão escolar até 2022 [...] ele voltou para a escola, mas, encontramos muitos desafios na reintegração [...] Desde o primeiro momento foi recebido como um “adolescente problema”. A equipe escolar apresentou resistência em acolher o aluno e chegou a negar a vaga, sugeriu outra escola [...] atualmente, está em evasão novamente, não acredita na educação, diz que não é pra ele...” (Assistência Social, CREAS)</p>
<p>“Adolescente em acolhimento institucional, que antes mesmo da pandemia já havia dificuldades de ler/escrever e relatava mais dificuldade ainda com relação ao período da pandemia, que não conseguiu aprender muitas coisas e não tinha assistência no acolhimento no que diz respeito à educação. De fato, a pandemia impactou a vida de muitas crianças e adolescentes, mas, com relação a estes que vivem em acolhimentos ou em situação de rua, as vulnerabilidades educacionais foram acentuadas de forma que nem todos conseguiam realizar as tarefas sozinhos e não tinha quem os ensinasse, complicando mais ainda o processo de aprendizagem.” (Saúde, Acolhimento Institucional)</p>
<p>“A. esteve durante dois anos em evasão escolar, precisava trabalhar para garantir o sustento da família e se sentia cansado para frequentar as aulas após a jornada de trabalho. Além do cansaço, tinha grande dificuldade com leitura e escrita e também não dispunha de celular para realizar atividades durante o período da pandemia, o que foi fator primordial para abandonar os estudos [...] tinha vergonha e sentia que não tinha a possibilidade de conversar com os professores para juntos pensarem em estratégias para que retornasse à escola [...] foi necessário sensibilização da família e escola para que retornasse e compreendesse que aquele era seu local de direito independente do ano em que estivesse.” (Assistência Social, MSE)</p>
<p>“Após o retorno das aulas presenciais, manteve-se a dificuldade com a escola [...] durante a pandemia pudemos observar a discrepância entre as oportunidades de acesso à tecnologia [...] ampliou-se o abismo entre crianças e adolescentes com mais ou menos oportunidades. Quem já encontrava dificuldade nas aulas presenciais, ficou ainda mais perdido e não conseguiu acompanhar os conteúdos ensinados.” (Assistência, CREAS)</p>
<p>“Em 2023 MP [Ministério Público] foi acionado devido a evasão escolar. Adolescente vem sendo acompanhado pela rede de garantias [...] recebeu laudo de Fobia Social (dirigida ao ambiente escolar). [...] Foi autorizado pela Diretoria Regional de Educação, mediante ao laudo, a autorização para que o adolescente realizasse as atividades em casa, porém não foi disponibilizado um professor itinerante para auxiliar o aluno no processo de apreensão do conteúdo e sem esse suporte pedagógico, o adolescente vem apresentando dificuldades na realização das tarefas. Familiares mais próximos também não possuem um grau de escolaridade compatível ao 6º ano na qual encontra-se matriculado e não consegue auxiliá-lo.” (Assistência Social, CRAS)</p>

“Uma adolescente de 13 anos em evasão escolar, com dificuldade de adaptação e retorno a frequência escolar. O principal motivo do atendimento foi a evasão escolar. Devido a evasão escolar a família foi encaminhada ao Conselho Tutelar e ao CRAS de referência. A maior dificuldade enfrentada foi a permanência da adolescente na escola [...] a adolescente vai a escola, mas não apresenta frequência diária, apresenta inúmeras faltas e muita dificuldade de adaptação” (Assistência Social, Secretaria de Educação)

“Atendi não só um, mas vários adolescentes com dificuldade de se relacionar, de retornar ao ambiente escolar, e conflitos familiares. Muitos adolescentes que tiveram aulas online, após a pandemia viram que poderiam estudar em casa e acreditavam que não necessitavam ir à escola e ter contatos com outras pessoas, tudo porque tem dificuldade de relacionamento e isto só agravou a situação [...] muitos acreditam que é preguiça. Temos muitas crianças e adolescentes pedindo socorro, se automutilando” (Assistência Social, Conselho Tutelar)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os/as profissionais apontaram como a pandemia acarretou enormes impactos para a Educação dos adolescentes atendidos/acompanhados em seus serviços, tanto em relação ao acesso quanto à permanência no ensino escolar. Durante a pandemia, as escolas permaneceram fechadas por mais de 40 semanas no Brasil (UNESCO, 2021), o que levou à implementação do ensino remoto como solução do problema. No entanto, tal medida evidenciou a desigualdade e a exclusão digital no Brasil, que significou a impossibilidade de acesso à educação pelos/as adolescentes vulnerados social e economicamente (Chaves et al., 2023; Ferraz et al., 2024; Fialho & Neves, 2022; Vieira et al., 2021).

Os relatos dos/as profissionais também revelaram a realidade de exclusão digital dos/as adolescentes, como a falta de recursos (celular, internet) para acessar as aulas, a falta de suporte e apoio pedagógico, tanto da escola quanto de seus responsáveis, e a necessidade de trabalhar para ajudar com a renda da família, o que culminou na exclusão escolar, como mostram os estudos de Andres et al. (2023), Cabral et al. (2023), Diogo e Assis (2021), Ribeiro et al. (2021) e UNICEF (2022). Deste modo, vê-se que a implementação do ensino remoto fortaleceu uma dialética de exclusão-inclusão (Sawaia, 2014) na vida dos/as adolescentes vulnerados, visto que o Estado tomou medidas descontextualizadas que excluiu grande parte dos/as adolescentes brasileiros que não têm sequer acesso à moradia e alimentação dignas, internet, celular e/ou computador (UNICEF, 2021; 2022).

Embora os/as profissionais tenham apontado condições materiais que impossibilitavam a permanência e o acesso dos/as adolescentes na escola, como falta de internet, celular e a necessidade de realizar atividades de trabalho, parecem descontextualizar esses temas ao individualizar os casos de ‘evasão escolar’. Ao falar como os/as adolescentes não queriam retornar ao ensino presencial ou das resistências das equipes escolares em recebê-los de volta, personificam questões sociais e estruturais e revelam o pensamento hegemônico das escolas brasileiras (Patto, 2022), justificando como “Fobia Social”, “dificuldades de adaptação”, “dificuldade de relacionamentos”, “dificuldade de aprendizagem” e “infrequência”.

Nesse sentido, reafirmam e reproduzem a lógica do fracasso escolar, descontextualizando as dificuldades vivenciadas por esses adolescentes no período pandêmico das questões sociais e políticas (Patto, 2022). As dificuldades de aprendizagem desses adolescentes se devem à falta de proteção do Estado e desenvolvimento de estratégias que priorizasse a proteção social e educacional dos/as adolescentes (Picornell-Lucas, 2020), visto que o ensino remoto não foi inclusivo e não substituiu a relação dialógica de ensino e aprendizagem (Diogo & Assis, 2021; Fialho & Neves, 2022), mas agravou a realidade de exclusão social desses adolescentes.

Frente à essa realidade de exclusão e violação de direitos, o desenvolvimento dos/as adolescentes, especialmente o que é oportunizado pelo ensino escolar, poderá sofrer impactos contundentes a médio e longo prazo. Em razão da exclusão digital/escolar, o pensamento por conceitos, marco desta fase do desenvolvimento, ao não ser desenvolvido através do ensino dos conceitos científicos pela escola, poderá limitar a ocorrência de novas qualidades do pensamento, como a abstração e generalização, fazendo com que esses adolescentes permaneçam apegados ao pensamento concreto e cotidiano, portanto, limitando as potencialidades de desenvolvimento do seu pensamento, consciência, visão de mundo e de si

mesmos (Alberto & Santos, 2011; Asbahr, 2016; Anjos & Duarte, 2016; Elkonin, 1987; Vigotski, 2001).

Deterioração da saúde mental dos adolescentes no período da pandemia

A Tabela 6 dispõe dos relatos que os profissionais concederam em relação aos prejuízos na saúde mental dos adolescentes como consequência do período pandêmico. De acordo com a perspectiva dos/as profissionais, houve a intensificação ou aparecimento de sofrimento psíquico, expressos em sintomas de depressão, ansiedade, dificuldades de socialização, irritabilidade, automutilação e tentativas de suicídio entre os adolescentes. Outra consequência expressiva da pandemia foram as queixas de sofrimento em decorrência do luto por perdas de familiares ou amigos relacionadas à Covid-19.

Além disso, os profissionais trouxeram sobre o aumento do uso e abuso de substâncias, lícitas e ilícitas, pelos adolescentes. Com as mortes e vivência do luto, o isolamento social, a privação de acesso a espaços protetivos, a perda de vínculos afetivos saudáveis, bem como o aumento da expressão das vulnerabilidades sociais e econômicas, os/as profissionais relataram a intensificação do uso de substâncias psicoativas ou medicações psicotrópicas pelos adolescentes, desde cigarros a outras drogas mais nocivas, como a K2 e K9 (substâncias sintéticas com alto poder destrutivo).

TABELA 6 – Deterioração da saúde mental dos adolescentes no período da pandemia

Citações

“Em 2022, o adolescente estava com 13 anos, com **dificuldade de socialização, não conseguia sair sem máscara, não queria mostrar seu rosto, pois se achava feio, tinha problema com sua auto imagem**. Atendi outros adolescentes na mesma idade que relataram dificuldades com auto imagem depois da pandemia” (Assistência Social, Centro de Acolhida Especial para Família)

“Adolescente, 17 anos, **iniciou uso de substância psicoativa (K2 e K9), pós-período pandêmico, com piora do quadro de humor (com oscilações entre irritabilidade excessiva e tristeza) e alteração de comportamento**. Trata-se de um acolhido, que iniciou seu envolvimento com o tráfico e, posteriormente, uso de entorpecentes no período pandêmico, a priori, com a justificativa de falta de recurso financeiro domiciliar” (Assistência Social, CREAS)

“Durante o contexto pós-pandemia, fui designado para auxiliar um adolescente, 16 anos [...] morava em uma área urbana afetada por altos índices de desemprego e violência. A pandemia havia piorado ainda mais essa situação [...] estava passando por **dificuldades emocionais, em isolamento social há meses e sentia-se sozinho e ansioso com o futuro incerto. Ele também havia perdido um amigo próximo para a COVID-19, o que agravou seus sentimentos de tristeza e perda**” (Educação, Escola Pública)

“Um adolescente de 14 anos **que perdeu sua genitora devido à covid** [...] passou a residir com a avó. O paciente em questão devido principalmente a **queixa do luto** e as mudanças advindas da situação estava apresentando **sintomas de depressão como não comer, desatenção e desinteresse escolar, não se relacionava com ninguém (isolamento social) e gostava de jogar no computador excessivamente** de acordo com relatos de sua família” (Saúde, Unidade Básica de Saúde)

“Adolescente de 16 anos comparece para atendimento na UBS em novembro/2021 após **abuso de medicação psicotrópica**. Tomou uma cartela e meia de um comprimido, relata que sabia que não ia dar em nada tomando esses remédios, pois já havia tomado outra vez e não morreu. **Adolescente relata ainda que não aguenta mais morar com a mãe, não tem outra opção, demonstra tristeza, choro fácil, sonolência, e sinais de ansiedade [...] tem histórico de comportamento de automutilação**” (Saúde, Unidade Básica de Saúde)

“**Mãe solo com dois adolescentes em casa, procura o serviço de proteção pela situação de extrema vulnerabilidade e seu filho desenvolver depressão na pandemia** [...] desespero de não poder ajudar o filho relatando que o filho mudou de comportamento drasticamente [...] **adolescente extremamente adoecido com toda situação de isolamento sem poder ajudar sua mãe na casa pois foi dispensado das suas atividades como jovem aprendiz e fora da escola**” (Assistência, CREAS)

“**Os casos de automutilação, crises de ansiedade e depressão aumentaram muito nos pós pandemia** [...] os adolescentes perderam seus vínculos saudáveis criados no convívio escolar [...] este adolescente tinha crises de ansiedade frequentes e frequentava a escola no turno das suas aulas e no turno inverso pois relatava não ter um ambiente acolhedor em sua casa, nem um vínculo afetivo com seus familiares” (Educação, 18ª Coordenadoria Regional da Educação)

“A PSB recebeu uma referência de **um adolescente de 15 anos usuário do SCFV [...] o mesmo estava fazendo uso de cigarros de forma descontrolada [...] vinha sofrendo um processo de luto pela perda de 3 familiares muito próximos para a COVID-19**. O isolamento social também foi fator relevante para que o quadro do adolescente piorasse, pois não foi possível atendimentos com profissionais e tampouco contato com outros adolescentes. **O quadro do adolescente consistia em fumar cerca de 8 cigarros por dia e alimentar-se muito pouco**” (Assistência Social, CRAS)

“Família referenciada após denúncia do Conselho Tutelar sobre situações de desproteção em relação à dois adolescentes e duas crianças. Estavam em situação de abandono da escola e sem acompanhamento na saúde [...] **os adolescentes passaram a fazer uso de substâncias psicoativas que se intensificou após o falecimento de um irmão durante o período da pandemia**” (Assistência Social, Programa de Atenção à Família)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme as perspectivas dos (as) profissionais, o aparecimento do sofrimento psíquico (ou a sua intensificação) entre os adolescentes se deve ao fato do aumento das vulnerabilidades socioeconômicas, das perdas de amigos ou familiares por COVID-19, do isolamento social e

fragilização dos vínculos afetivos, da perda dos espaços de desenvolvimento saudável e proteção, assim como a maior ocorrência de violências intrafamiliares e violações de direitos. O adoecimento desses adolescentes pode ser percebido pelo aumento de comportamentos autolesivos, uso e abuso de substâncias (lícitas e ilícitas), sintomas depressivos, ansiosos, dificuldade de socialização e problemas com autoestima após a pandemia.

Durante a pandemia, estudos apontaram para o aumento de sofrimento psíquico entre os adolescentes, com alterações nas perspectivas de futuro, comportamentos autolesivos, ideação suicida, sentimentos de tristeza, nervosismo, ansiedade e medo, associado a fatores como contexto social inseguro, conflitos familiares e fragilidade nas relações sociais (Barros et al., 2022; Cruz et al., 2021; Gaspar et al., 2022; Tognetta et al., 2023). A partir dos resultados, compreende-se como a privação das relações sociais impactou severamente a saúde mental dos adolescentes e, do mesmo modo, como a escola exerce um papel de proteção para os adolescentes em que podem expressar seus sentimentos, interagir com seus pares, encontrar apoio e construir sua identidade (Andrade et al., 2023).

Em virtude dessas múltiplas vulnerações, bem como da falta de proteção pelo Estado, os/as adolescentes foram negligenciados em suas necessidades, faltando cuidado, suporte às dores e acolhimento de seus medos. Sendo assim, esses/as adolescentes encontraram nas substâncias psicoativas e nas medicações psicotrópicas possibilidades de enfrentamento e resistência às suas dores e ao contexto em que estavam inseridas (Fernandes et al., 2022; Gomes et al., 2024; Mancilha & Covic, 2024; Mattos, 2021; Oliveira & Pucci, 2021). Para lidarem com os lutos, do afastamento da escola e impossibilidades de acesso remoto, pela distância dos pares, assim como o luto de verem a própria vida sendo mitigada aos poucos, pode-se afirmar que esses/as adolescentes buscaram formas de resistir e existir, ainda que por intermédio de iniciativas nocivas e prejudiciais em médio e longo prazo.

Em face aos múltiplos impactos gerados pela pandemia, evidencia-se que os adolescentes foram totalmente expostos às violências e violações de direitos, retirados o direito ao desenvolvimento pleno, atravessados em seus processos de subjetivação e enfraquecidos em suas potencialidades humanas. Inseridos em um sistema capitalista que cria e amplifica as desigualdades, em que adolescentes são excluídos da escola, do lazer, do cuidado e proteção, gerando um sentimento de discriminação e revolta particulares. Sawaia (2001;2014) nomeia essa condição como um sofrimento ético-político que emerge desses processos excludentes. Assim, esses/as adolescentes são afetados em sua totalidade, em corpo e alma, reproduzindo uma visão de si discriminadora, subalternizada e desvalorizada que é construída socialmente. Portanto, o sofrimento desses/as adolescentes não nasce de si mesmos, mas a partir de intersubjetividades interpostas socialmente, que se volta para eles(as) em forma de angústia, desamparo e padecimento.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes nas políticas sociais, os impactos da pandemia na vida de adolescentes vulnerados. A pandemia de COVID-19 no Brasil potencializou as violações de direitos na vida dos/as adolescentes que viviam sob condições precarizadas e de vulneração. As medidas de contenção da pandemia adotadas pelo governo não alcançaram de maneira equitativa aos adolescentes e suas famílias, sendo negligenciado o cuidado direcionado aos adolescentes que viviam sob vulneração em detrimento de um projeto de necropolítica do Estado que priorizou o reestabelecimento da economia.

Como resultados dos efeitos da pandemia, os/as profissionais apontaram a precarização das condições de vida em decorrência do desemprego dos responsáveis, crescimento da insegurança alimentar, fechamento das escolas e demais espaços protetivos como agravantes

dos processos de exclusão social e escolar dos/as adolescentes atendidos. Diante da intensificação dessas vulnerações, analisa-se que o desenvolvimento dos adolescentes poderá sofrer impactos, visto que estavam inseridos em contextos mediados pelas vivências de exclusão/inclusão e violação. Os/as profissionais relataram sobre a intensificação das situações de violência intrafamiliar, especificamente abusos sexuais, no período pandêmico, o que pode ser explicado pelo fechamento das escolas e maior tempo de convivência dos/as adolescentes em casa, com potenciais agressores. Desse modo, evidencia-se, mais uma vez, o protagonismo da escola em proteger, detectar e notificar os casos de violência.

Os/as trabalhadores/as assinalaram, ainda, a intensificação da evasão escolar e dificuldades de aprendizagem dos/as adolescentes. Nesse sentido, analisaram que a falta de condições materiais (celular, internet) impossibilitou a permanência no ensino remoto, levando à “perda de interesse” e “desistência” dos estudos pelos/as adolescentes. Somado a isso, associaram o trabalho infantil durante a pandemia com a “evasão escolar”, atrelando percepções de “infrequência”, “dificuldade de adaptação” e “resistência”. Tornou-se evidente, portanto, a visão descontextualizada das desigualdades vivenciadas pelos/as adolescentes e suas famílias, bem como do cenário político e social brasileiro ao individualizar problemas que são produzidos e mantidos pelo Estado, culpabilizando as famílias e os/as próprios/as adolescentes pelas vulnerações a que são submetidos, atribuindo a eles as causas do “fracasso”. Por outro lado, pensando nos impactos da exclusão escolar para os/as adolescentes, compreende-se que o desenvolvimento de qualidades mais complexas do pensamento poderá ser afetado, visto que o processo de ensino-aprendizagem promovido pela escola é imprescindível para a emergência da formação de conceitos científicos na adolescência.

Os/as trabalhadores/as relataram como os impactos da pandemia significaram a intensificação do sofrimento psíquico entre os/as adolescentes que, embora estivesse ligado às múltiplas determinações e vulnerações, não deve ser dissociado das violências a que foram

submetidos/as. Como formas de resistir a essas sucessivas vulnerações, adolescentes encontraram nas substâncias psicoativas e medicamentos psicotrópicos formas de lidar com o sofrimento, ainda que prejudiciais à sua saúde. Seus adoecimentos decorrem de um sofrimento ético-político, fruto do atravessamento pelos medos e incertezas da pandemia, das violações de direitos, da exclusão escolar, da fragilização dos vínculos saudáveis, da falta de proteção e da vivência dos lutos. Por consequência, o desenvolvimento da personalidade dos/as adolescentes pode ter sofrido impactos, influenciando o surgimento de motivações e necessidades alinhadas aos afetos decorrentes das vulnerações, bem como afetando a consciência de si e do mundo que os cerca.

Como limitações do estudo, considera-se que, pela coleta dos dados ter ocorrido remotamente – ainda que em razão da formação continuada e do grande quantitativo de participantes, algumas questões/respostas dos/as trabalhadores ficaram pouco exploradas, incompreensíveis ou pouco detalhadas. Por isso, uma entrevista aberta ou semiaberta poderia viabilizar compreensões mais assertivas e acuradas sobre os impactos da pandemia na vida dos adolescentes de acordo com as percepções dos profissionais. Outra limitação é o fato da perspectiva de os próprios adolescentes não terem sido captadas, o que pode significar que suas experiências não se associam a relato trazido pelas/os profissionais.

Por fim, este estudo buscou contribuir com análises críticas, social e historicamente contextualizadas, acerca das necessidades e demandas dos/as adolescentes que vivem sob vulneração. Reafirma a importância das instituições e serviços para as crianças e adolescentes no sentido da proteção social, que se dá através da prevenção das vulnerações, denúncias das violações de que são vítimas e garantia de seus direitos. Embora a realidade das políticas sociais brasileiras seja atravessada por questões sociopolíticas, com desvalorização dos/as profissionais e falta de investimentos, é imprescindível esforços que garantam aos adolescentes

a proteção integral, a fim de que possam não apenas ter seus direitos garantidos, mas oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades humanas.

Referências

- Alberto, M. D. F. P. (2002). *A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa—PB* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Recuperado de <http://bdae.org.br/jspui/handle/123456789/1045>
- Alberto, M. de F. P., & Santos, D. P. dos. (2011). Trabalho infantil e desenvolvimento: Reflexões à luz de Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 209–218.
- Alberto, M. de F. P., Pessoa, M. C. B., Malaquias, T. A. P., & Costa, C. S. da S. (2020). Trabalho infantil e ato infracional: Análise histórico-cultural do desenvolvimento infantojuvenil. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 127–142.
- Andrade, C. B. de, Coutinho, L., Martello, A., Lewenkopf, A. A., & Bitencourt, D. (2023). Adolescência, escola e o tempo na pandemia. *APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, 30, Artigo 30. <https://doi.org/10.22481/aprender.i30.13744>.
- Andres, L., Moawad, P., Kraftl, P., Denoon-Stevens, S., Marais, L., Matamanda, A., Bizzotto, L., Giatti, L., Musumeci, L., Benini, L., Ramaglia, F., & Santos, S. (2023). *Impactos da COVID-19 em crianças e jovens e adaptações relacionadas na educação, na alimentação e no lazer: Panoramas nacionais e internacional. PANEX-Youth WP2 – Versão resumida, Brasil*. Recuperado em 3 de dezembro de 2024, de https://panexyouth.com/wp-content/uploads/2023/10/panex_youthreport_portuguese_short.pdf.
- Anjos, R. E., & Duarte, N. (2016). A adolescência inicial: Comunicação íntima pessoal, atividade de estudos e formação de conceitos. In L. M. Martins, A. A. Abrantes, & M.

- G. D. Facci. (Orgs.), *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico* (pp. 195-219). Campinas: Autores Associados.
- Aquino, E. M. L., Silveira, I. H., Pescarini, J. M., Aquino, R., Souza-Filho, J. A. de, Rocha, A. dos S., Ferreira, A., Victor, A., Teixeira, C., Machado, D. B., Paixão, E., Alves, F. J. O., Pilecco, F., Menezes, G., Gabrielli, L., Leite, L., Almeida, M. da C. C. de, Ortelan, N., Fernandes, Q. H. R. F., & Ortiz, R. J. F. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(1), 2423–2446. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>
- Asbahr, F. S. F. (2016). Idade escolar e atividade de estudo: Educação, ensino e apropriação dos sistemas conceituais. In L. M. Martins, A. A. Abrantes, & M. G. D. Facci. (Orgs.), *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico* (pp. 171-192). Campinas: Autores Associados.
- Banati, P., Jones, N., & Youssef, S. (2020). Intersecting Vulnerabilities: The Impacts of COVID-19 on the Psycho-emotional Lives of Young People in Low- and Middle-Income Countries. *The European Journal of Development Research*, 32(5), 1613–1638. <https://doi.org/10.1057/s41287-020-00325-5>.
- Barcellos, R. de A., & Baiense, A. S. R. (2023). O uso de antidepressivos na adolescência decorrentes da pandemia do COVID-19. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(4), 1846–1863. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i4.9557>.
- Barros, M. B. de A., Lima, M. G., Malta, D. C., Azevedo, R. C. S. de, Fehlberg, B. K., Souza Júnior, P. R. B. de, Azevedo, L. O., Machado, Í. E., Gomes, C. S., Romero, D. E., Damacena, G. N., Werneck, A. O., Silva, D. R. P. da, Almeida, W. da S. de, & Szwarcwald, C. L. (2022). Mental health of Brazilian adolescents during the COVID-

- 19 pandemic. *Psychiatry Research Communications*, 2(1), 100015.
<https://doi.org/10.1016/j.psycom.2021.100015>.
- Bavaresco, M. R. C., Souza, M. P. R. D., & Amaral, T. P. D. (2021). Cenas da escola em casa e cenas da casa na pandemia covid-19: contribuições da psicologia histórico-cultural. *Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?* (pp 1-106). Pimenta Cultural. [10.31560/pimentacultural/2021.441.654-682](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.441.654-682).
- Bega, M. T. S., & Sousa, M. N. de. (2021). Pandemia e efeito-território: A desigualdade social como catalisadora da Covid-19 / Pandemic and neighborhood effects: social inequality as a catalyst for Covid-19. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, 9(21), Artigo 21.
<https://doi.org/10.20336/rbs.775>.
- Behring, E. R. (2019). Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil de redemocratização. In E. Salvador, E. R. Behring, & R. L. Lima (Orgs.), *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social* (pp. 65–86). Cortez.
- Behring, E. R., & Souza, G. (2020). *Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia*. In A. Sousa et al. (Orgs.), *Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo* (pp. 131–150). Navegando Publicações.
- Bógus, L. M. M., & Magalhães, L. F. A.. (2022). Desigualdades Sociais e Espacialidades da Covid-19 em Regiões Metropolitanas. *Caderno CRH*, 35, e022033.
<https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.50271>
- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development*. Sage Publications, Inc.

- Brasil, Ministério da Saúde. (2023). Covid-19—Casos e Óbitos. Recuperado em 2 de dezembro de 2024, de https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html.
- Braun, V. and Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887 Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735> <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cabral, C. da S., Guimarães, J. S., Teixeira, A., Generoso, N. K., Junior, I. F., & Borges, A. L. V. (2023). “A gente quer abraçar o amigo”: A pandemia de covid-19 entre adolescentes de baixa renda. *Revista de Saúde Pública*, 57(Supl.1), Artigo Supl.1. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004778>.
- Campbell, A. M. (2020). An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. *Forensic Science International: Reports*, 2, 100089. <https://doi.org/10.1016/j.fsir.2020.100089>.
- Carmo, M. E. D., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00101417>.
- Carvalho, R. N., & Picornell Lucas, A. (2022). Mental health and social protection of children during times of crisis: The case of the COVID-19 pandemic. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social: RPICS*, 8(2). <https://doi.org/10.31211/RPICS.2022.8.2.264>.
- Chaves, C. M., Purificação, M. M., & Catarino, E. M. (2023). Inclusão social e digital de alunos de ensino médio de uma escola pública em Anápolis, Goiás, no contexto pandêmico (2020-2021). *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, 7(1), v5i1-492. <https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v5i1.492>.

- Clarke, V. (2017). Thematic analysis: What is it, when is it useful, & what does “best practice” look like? [Vídeo]. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVydc>.
- Cruz, M. A., Gomes, N. P., da Silva, K. K. A., Whitaker, M. C. O., de Magalhães, J. R. F., Santos, J. D. A. F. L., & Gomes, N. R. (2021). Crianças e adolescentes no contexto da pandemia: a interface com a violência intrafamiliar. *Saúde Coletiva* (Barueri), 11(65), 6270-6279. <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i65p6270-6279>.
- Custódio, A. V., & Cabral, J. (2022). O impacto das medidas de isolamento social em tempos de pandemias: uma análise dos indicadores de abuso sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Jurídica (FURB)*, 25(57), e9945. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/9945>.
- Dimenstein, M., & Cirilo Neto, M. (2020). Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1–17.
- Diogo, M. F., & Assis, N. de. (2021). Atividades pedagógicas não presenciais em tempo de pandemia: Contribuições a partir da psicologia histórico-cultural. *Revista Psicologia Política*, 21(51), 491–508.
- Elkonin, D. B. (1987). Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS*, 125-142. Moscou: Editorial Progreso.
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). (2022). *Relatório Mundial sobre Drogas 2022 do UNODC destaca as tendências da pós-legalização da cannabis, os impactos ambientais das drogas ilícitas e o uso de drogas por mulheres e jovens*. Recuperado em 22 de novembro de 2024, de <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2022/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2022-do-unodc-destaca>

[as-tendencias-da-pos-legalizacao-da-cannabis-os-impactos-ambientais-das-drogas-ilicitas-e-o-uso-de-drogas-por-mulheres-e-jovens.html](https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2024/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2024-do-unodc-alerta-para-o-crescimento-do-problema-das-drogas-no-mundo-em-meio--expanso-do-uso-e-dos-mercados-de-drogas.html).

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). (2024). *Relatório Mundial sobre Drogas 2024 do UNODC alerta para o crescimento do problema das drogas no mundo em meio à expansão do uso e dos mercados de drogas*. Recuperado em 22 de novembro de 2024, de <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2024/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2024-do-unodc-alerta-para-o-crescimento-do-problema-das-drogas-no-mundo-em-meio--expanso-do-uso-e-dos-mercados-de-drogas.html>.

Farias, M. N., & Leite Junior, J. D. (2021). Social vulnerability and Covid-19: considerations based on social occupational therapy. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2099. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN2099>.

Fernandes, B. F., Russo, L. X., & Bondezan, K. de L. (2022). Relação entre saúde mental e uso de substâncias psicoativas em escolares. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39, e0228. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0228>.

Ferraz, A. F., Chaves, M. B. de A., & Santos, M. P. M. dos. (2024). Uma análise dos benefícios e das dificuldades enfrentadas na prática do ensino remoto. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(10), 1700–1709. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.15910>.

Ferreira, A. L. (2023). A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. Em S. G. D. Assis, P. Constantino, J. Q. Avanci, & K. Njaine (Orgs.), *Impactos da violência na escola: Um diálogo com professores* (2º ed, p. 237–262). Editora FIOCRUZ. <https://doi.org/10.7476/9786557082126.0011>.

- Fialho, L. M. F., & Neves, V. N. S.. (2022). Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal . *Educação E Pesquisa*, 48, e260256. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248260256por>
- Fiocruz. (2020). *ConVid Pesquisa de Comportamentos*. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=principaladolescentes>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2020). *UNICEF alerta para aumento de incidência do trabalho infantil durante a pandemia em São Paulo*. Recuperado em 3 de dezembro de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-aumento-de-incidencia-do-trabalho-infantil-durante-pandemia-em-sao-paulo>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2020). *Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes*. Ibope Inteligência. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021). *Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação*. CENPEC. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021). *Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo*. Recuperado em 3 de dezembro de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta->

[pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo.](#)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2022). *Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes*. Recuperado em 28 de novembro de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes>.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2022). *Pobreza Infantil Monetária no Brasil*. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-infantil-monitaria-no-brasil>.

Garrido, R. G., & Rodrigues, R. C. (2020). Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. *Journal of health & biological sciences*, 8(1), 1-9. <https://doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3325.p1-9.2020>.

Gaspar, T., Gaspar, S., Guedes, F. B., Cerqueira, A., Branquinho, C., Tomé, G., Reis, M., de Freitas, J. C. & de Matos, M. G. (2022). Estudo dos fatores sociais e pessoais relacionados com os sintomas depressivos na adolescência na Pandemia COVID-19. *Análisis y modificación de conducta*, 48(177), 113-129. <https://doi.org/10.33776/amc.v48i177.7115>.

Gomes, C. S., Silva, A. G. D., Barros, M. B. D. A., Szwarcwald, C. L., & Malta, D. C. (2024). Insegurança alimentar e nutricional e os comportamentos de risco e proteção para saúde em adolescentes durante a pandemia de covid-19. *Saúde em Debate*, 48, e8373. <https://doi.org/10.1590/2358-289820241418373P>.

Guzzo, R. S. L., Silva, S. S. G. T., Martins, L. G., Castro, L., & Lorenzetti, L. (2021). Psicologia na escola e a pandemia: Buscando um caminho. In F. Negreiros & B. O. Ferreira

- (Orgs.). *Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?* (pp. 654-682). Pimenta Cultural. [10.31560/pimentacultural/2021.441.654-682](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.441.654-682)
- Iamamoto, M. V. (2018). Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In R. Raichelis et al. (Orgs.), *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023 - Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102059>
- Leal, Z. F. R. G., & Mascagna, G. C. (2016). Adolescência: trabalho, educação e a formação omnilateral. In *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*, 2. Autores Associados.
- Leontiev, A. N. (1978). *Atividade, consciência e personalidade*. Ciencias del Hombre.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Livros Horizonte.
- Leontiev, A. S. (2010). Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In L. S. Vigotskii, A. R. Luria, & A. N. Leontiev (Eds.), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (11th ed.). Editora Ltda.
- Lima, L. (2022). Adolescentes em tempos de pandemia: Sentidos atribuídos à escola por estudantes da rede de ensino privada e pública de Uberlândia-MG [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.536>.
- Mahlangu, P., Gibbs, A., Shai, N., Machisa, M., Nunze, N., & Sikweyiya, Y. (2022). Impact of COVID-19 lockdown and link to women and children’s experiences of violence in

- the home in South Africa. *BMC Public Health*, 22(1), 1029. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13422-3>.
- Mancilha, G. B., & Covic, A. N. (2024). Cuidado em saúde ao adolescente em vulnerabilidade ao uso de drogas. *Saúde em Debate*, 48, e8516. <https://doi.org/10.1590/2358-289820241408516P>.
- Marques, E. S., Moraes, C. L. de, Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: Panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), e00074420. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00074420>.
- Martins, J. de S. (1997). Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus.
- Mattos, L. R. (2024). *Determinantes sociais do consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares do município do Rio de Janeiro* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital da UFRJ. <http://objdig.ufrj.br/51/teses/949975.pdf>
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Boitempo.
- Monelis, M. B., Sousa, L. P. de, & Silva, A. P. da. (2024). O reflexo da pandemia da covid-19 na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Serviço Social & Sociedade*, 147, e. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.362>
- Moreira, T. A. S. (2020). Covid-19 e a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. *COVID-19, infância e adolescência: o novo mundo é um jardim ou uma cela?*, 2020, ISBN 9786599095887, páginas 5-10, 5–10. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8619582>
- Neri, M. C. (2020). *Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020*. Centro de Políticas Sociais. Recuperado em 02 de janeiro de 2025, de <https://cps.fgv.br/pesquisas/covid-classes-economicas-e-o-caminho-do-meio>.

- Neri, M. C. (2022). *Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais*. FGV Social. Centro de Políticas Sociais. Recuperado em 28 de novembro de 2024, de <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>.
- Neri, M. C. (2022). *Mapa da Nova Pobreza*. FGV Social. Centro de Políticas Sociais. Recuperado em 28 de novembro de 2024, de <https://cps.fgv.br/pesquisas/mapa-da-nova-pobreza>.
- Oliveira, A. P. F. de, Souza, M. S. de, Sabino, F. H. de O., Vicente, A. R., & Carlos, D. M. (2021). Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. *Escola Anna Nery*, 26, e20210250. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0250>
- Oliveira, F. P. D., Santos, F. M. P., & Dallaqua, B. (2021). Consumo de psicotrópicos em meio a pandemia do Sars-CoV-2. *Revista PubSaude*, 7(1), 1-7.
- Oliveira, K. C. de, & Pucci, S. H. M. (2021). Os fatores associados à experimentação, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas na adolescência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(7), 1331–1351. Recuperado de <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1789>
- Oliveira, W. A. de, Silva, J. L. da, Andrade, A. L. M., Micheli, D. D., Carlos, D. M., & Silva, M. A. I. (2020). A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: Scoping review. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00150020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150020>.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2021). *Dois terços do ano acadêmico foram perdidos com o fechamento das escolas devido à COVID-19*. As Nações Unidas no Brasil. Recuperado em 28 de novembro de 2024, de <https://brasil.un.org/pt-br/109412-unesco%C2%A0dois-ter%C3%A7os-do-ano->

[acad%C3%AAmico-foram-perdidos-com-o-fechamento-das-escolas-devido-%C3%A0.](#)

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2020). OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2022). Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021—OPAS/OMS | Recuperado de <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>.

Patto, M. H. S. (2022). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596334>

Paula, N. M. D., Pereira, W., & Giordani, R. C. F. (2023). A COVID-19 em meio a uma “tempestade perfeita” no capitalismo neoliberal: Reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(03), 761-770. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.10262022>.

Pedroza, R. L. S., & Maia, C. M. F. (2021). Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: Análise de práticas profissionais. In F. Negreiros & B. O. Ferreira (Orgs.), *Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia* (pp. 91-117). [10.31560/pimentacultural/2021.441.654-682](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.441.654-682).

Picornell-Lucas, A. (2020). As crianças e os adolescentes confinados e invisíveis. *COVID-19, infância e adolescência: o novo mundo é um jardim ou uma cela?*, 2020, ISBN 9786599095887, páginas 11-18, 11–18. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8619581>.

- Picornell-Lucas, A. P. (2020). ODS, COVID-19 e a proteção social de crianças e adolescentes: a experiência europeia. In *Desenvolvimento Sustentável: Territórios e Políticas Públicas* (pp. 201-219). Editora UFPB.
- Pinto, M. B., & Cerqueira, A. S. (2020). Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo. *Revista Libertas*, 20(1), 38-52. <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.30485>.
- Rabello, M. C. M. (s.d.). A pandemia de COVID-19 e a insegurança alimentar e nutricional na Região Sudeste do Brasil: Perspectivas sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Recuperado em 2 de dezembro de 2024, de <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-pandemia-de-covid19-e-a-inseguranca-alimentar-e-nutricional-na-regiao-sudeste-do-brasil-perspectivas-sobre-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae/19251?id=19251&id=19251>.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN). (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil* [Livro eletrônico]: II VIGISAN. Fundação Friedrich Ebert. Recuperado em 20 de novembro de 2024, de <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.
- Ribeiro, A. C., Ianzer, F. R. M., Siqueira, F. D., Neves, E. T., Souza, N. S. D., Barreto, C. N., Senhem, G. D., & Bugs, C. V. M. (2023). Vulnerability in adolescents' daily life during the COVID-19 pandemic. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 57, e20230100. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0100en>.
- Rocha, E. & Rezende, V. (2022). Notas de política social - A pandemia da COVID-19 na vida de crianças e adolescentes no Brasil: Efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas. *Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, 29, 1–20. <https://doi.org/10.38116/bps29/nps1>.

- Rubio, F. D., & Fuentes, A. D. (2022). Infancia y COVID-19: Los efectos indirectos de la pandemia COVID-19 en el bienestar de niños, niñas y adolescentes. *Andes Pediatrica*, 93(1). <https://doi.org/10.32641/andespediatr.v93i1.4250>.
- Santana, J. P., & Vezedek, L. (2020). Sistematizando tecnologias de cuidado: O acolhimento e acompanhamento da população em situação de rua. *Caderno de formação e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos*, 54-67. Centro Projeto Axé.
- Santos, I. N. dos, Aguiar, P. V., Ferraz, I. S., Lírio, L. K. S., Silva, A. S. da, Sotero, G. de S., & Ruela, G. de A. (2022). Child abuse and parental burnout in COVID-19 pandemic: A review. *Research, Society and Development*, 11(7), e26711729857. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29857>.
- Santos, K. O. B., Fernandes, R. de C. P., Almeida, M. M. C. de, Miranda, S. S., Mise, Y. F., & Lima, M. A. G. de. (2020). Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00178320. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>.
- Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 96-118). Vozes.
- Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: Um objeto pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26, 4-17. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002>.
- Schramm, F. (2006). A saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública. *Revista Brasileira de Bioética*, 2(2), 187-200.
- Silva, E. R. A. da, & Oliveira, V. R. de. (2020). Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da Covid-19: Consequências e medidas necessárias para o enfrentamento.

Em *Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da Covid-19: Consequências e medidas necessárias para o enfrentamento* (p. 15–15).

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10041/1/NT_70_Disoc_Protecao%20de%20Crianças%20e%20Adolescentes%20no%20Contexto%20da%20Pandemia%20da%20Covid_19.pdf.

- Silva, L. L. S. da, Lima, A. F. R., Polli, D. A., Razia, P. F. S., Pavão, L. F. A., Cavalcanti, M. A. F. de H., & Toscano, C. M. (2020). Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: Caracterização e análise epidemiológica por estado. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(9), e00185020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00185020>.
- Silva, R. R. (2021). Assistência social no neoliberalismo: Uma análise no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista de Políticas Públicas*, 25(1). <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p26-45>.
- Silva, A. V. da, Azevedo, P. R., & dos Santos, A. (2024). Entre máscaras, tubos, tabelas e fluxogramas: A fabricação das mortes na pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 39, e39030. <https://doi.org/10.1590/39030/2024>
- Siqueira, C. A. dos S., de Freitas, Y. N. L., Cancela, M. de C., Carvalho, M., da Silva, L. P., Dantas, N. C. D., & de Souza, D. L. B. (2023). COVID-19 no Brasil: Tendências, desafios e perspectivas após 18 meses de pandemia. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 46, e74. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.74>
- Sperandio, N., & de Castro Morais, D. (2021). Alimentação escolar no contexto de pandemia: A resignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28, e021006-e021006. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661396>.

- Temer, L. (2023). Violência sexual infantil: Aumentaram os casos ou as denúncias? In *Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (pp. 204-213). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado em 28 de novembro de 2024, de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.
- Tognetta, L. R. P., Cuadra-Martínez, D. J., de Souza, R. A., & Neto, M. F. (2022). O sofrimento emocional em adolescentes em tempos de pandemia do Covid-19. *Revista Online de Política e Gestão Educacional*, e022095-e022095. <https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.3.16955>.
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: A construção de uma psicologia marxista* (2ª ed.). Eduem.
- Vazquez, D. A., Caetano, S. C., Schlegel, R., Lourenço, E., Nemi, A., Slemian, A., & Sanchez, Z. M. (2022). Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. *Saúde Em Debate*, 46(133), 304–317. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213304>.
- Vieira, A. G. da S., Melgar Junior, E. G., & Caetano, M. (2021). “O que me dói é ver as crianças nas caçambas”: Criações docentes e desigualdades em tempos de Covid-19. *Momento - Diálogos em Educação*, 30(2), 133–153. <https://doi.org/10.14295/momento.v30i02.13168>.
- Vigotski, L. S. (1984/2014). *Obras escogidas (Tomo IV)*. A. Machado Libros S.A.
- Vigotski, L. S. (1996/2001). *Construção do pensamento e da linguagem* (1ª ed.). Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (J. Cipola Neto, L. S. M. Barreto, & C. S. Afeche, Trans.). (7ª ed.). Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2018). *Sete aulas de L.S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia*. E-Papers.

Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III: Problemas del desarrollo de la psique*. Visor.

Artigo 2 – Desafios Enfrentados por Profissionais das Políticas Sociais Junto a Adolescentes em Vulneração Durante e Após a Pandemia de COVID-19

Resumo

A pandemia de COVID-19 escancarou e agudizou cenários de crises no Brasil. Seus impactos estenderam-se às políticas sociais, afetando os processos de precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora, em razão do projeto ultraliberal vigente. Este artigo objetivou compreender os desafios enfrentados pelos/as profissionais atuantes nas políticas sociais nos atendimentos e/ou acompanhamentos de adolescentes em situação de vulneração durante e após a pandemia. Trata-se de um recorte de uma pesquisa-intervenção que intentou implementar e avaliar uma formação continuada voltada aos profissionais das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, que trabalhavam diretamente com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento transversal e caráter exploratório-descritivo. A coleta de dados aconteceu mediante um questionário de caracterização sociodemográfica e laboral e uma atividade de relato no decurso da Formação Continuada remota. Utilizou-se a Análise Temática (AT) para analisar os códigos e temas criados a partir das respostas dos/as participantes, no software *Atlas.ti*. Participaram da pesquisa-intervenção 329 profissionais. A maioria eram mulheres (88,4%), brancas (49,7%), da região Sudeste (43,5%), entre 30 e 39 anos de idade (37%) e casadas (39,2%). Com relação a formação, a maioria era do Serviço Social (38,3%), com Pós-graduação *lato sensu* completa (41,9%) e tempo de formação acima de 10 anos (44,1%). Trabalhavam com vínculo de servidora pública (48,6%) na política de Assistência Social (59,7%), com jornadas de trabalho semanal de 40h (47,4%), renda individual de 1 a 3 salários-mínimos (41,3%). Os resultados evidenciaram que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos/as profissionais foi a fragilização dos vínculos dos adolescentes e de suas famílias com os serviços e instituições, em especial as escolas. Destacaram, ainda, a baixa adesão aos encaminhamentos e a fragmentação do trabalho em rede, intensificada tanto pelas condições impostas pela pandemia quanto pela já existente desarticulação dos serviços. No pós-pandemia, os/as profissionais ressaltaram a necessidade de formação continuada para lidar com os novos desafios decorrentes dos impactos da crise sanitária na vida dos/as adolescentes e em sua própria prática profissional. Diante do recrudescimento das desigualdades sociais, perdas de direitos trabalhistas e desmontes das políticas sociais, os/as trabalhadores foram responsabilizados pela proteção dos/as adolescentes enquanto o Estado arraigava racionalidades de individualização das questões sociais. Com a ausência de formações comprometidas socialmente e em sintonia com os acontecimentos históricos, os/as trabalhadores das políticas reinventaram suas ações para suportar as demandas que a pandemia impôs, frustrando-os/as pelas impossibilidades de articulações intersetoriais e carecidos de valorização e cuidado. Portanto, a proteção social dos/as adolescentes vulnerados foi afetada tanto pela crise pandêmica quanto pelos processos e condições de trabalho extenuantes dos/as profissionais.

Palavras-chave: políticas sociais, pandemia, adolescentes, precarização, trabalho.

Abstract

The COVID-19 pandemic laid bare and intensified crisis scenarios in Brazil. Its impacts extended to social policies, contributing to the precarization of working conditions for the laboring classes, in line with the prevailing ultraliberal project. This article aimed to understand the challenges faced by professionals working in social policies in the care and/or support of adolescents in situations of vulnerability during and after the pandemic. This study is an excerpt from an intervention-research project that sought to implement and evaluate a continuing education program for professionals in the fields of Social Assistance, Education, and Health who work directly with socially vulnerable adolescents. A qualitative approach was adopted, with a cross-sectional and exploratory-descriptive design. Data collection was carried out through a sociodemographic and work-related questionnaire, as well as a written narrative activity conducted during the remote training sessions. Thematic Analysis (TA) was used to examine the codes and themes generated from participants' responses, with support from Atlas.ti software. A total of 329 professionals participated in the intervention-research. Most were women (88.4%), white (49.7%), from the Southeast region (43.5%), aged between 30 and 39 years (37%), and married (39.2%). In terms of education, most held degrees in Social Work (38.3%), had completed a *lato sensu* postgraduate course (41.9%), and had been trained for over ten years (44.1%). They were predominantly public servants (48.6%) working in the field of Social Assistance (59.7%), with a 40-hour weekly workload (47.4%) and an individual income ranging from one to three minimum wages (41.3%). The results revealed that one of the main challenges faced by professionals was the weakening of adolescents' and their families' ties with services and institutions, especially schools. Participants also emphasized the low adherence to referrals and the fragmentation of intersectoral work, exacerbated both by the conditions imposed by the pandemic and by the preexisting lack of coordination among services. In the post-pandemic context, professionals highlighted the need for continuing education to address new challenges arising from the impacts of the health crisis on adolescents' lives and on their own professional practices. In the face of worsening social inequalities, the erosion of labor rights, and the dismantling of social policies, professionals were made responsible for the protection of adolescents, while the State deepened rationalities that individualized social issues. In the absence of socially committed training programs aligned with current historical events, social policy workers reinvented their practices to respond to the demands imposed by the pandemic, often experiencing frustration due to the lack of intersectoral coordination and the absence of recognition and care. Thus, the social protection of vulnerable adolescents was affected both by the pandemic crisis and by the exhausting working conditions experienced by professionals.

Keywords: social policies, pandemic, adolescents, precarization, labor.

Introdução

A pandemia de COVID-19 emergiu em meio à crise estrutural do capitalismo, ampliando o desemprego e a informalidade para a classe trabalhadora em todo o mundo (Antunes, 2021). No Brasil, observou-se os impactos nos processos de precarização das condições de vida e de trabalho em razão do aumento das desigualdades sociais e econômicas, expressões da questão social brasileira, evidenciando se tratar de uma pandemia de classe, gênero e raça (Harvey, 2020). Estes impactos também se refletiram nas políticas sociais, que já sofriam um processo de desmonte devido ao projeto ultraneoliberal vigente (Behring & Souza, 2020).

No primeiro ano da pandemia, em 2020, o governo decretou a Assistência Social (AS) enquanto serviço público essencial no atendimento às necessidades inadiáveis da população, devendo assegurar a continuidade dos serviços socioassistenciais à população considerada mais vulnerável e em situação de risco (Brasil, 2020). No entanto, o que se observou foram práticas assistencialistas, viabilizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltadas para o pauperismo absoluto, o que se opõem às formulações constitucionais, protegendo não a classe trabalhadora, mas o capital (Boschetti & Behring, 2021).

Embora considerada a essencialidade da Política de Assistência Social (PAS), não houve investimento financeiro por parte do Estado que garantisse tal posto (Silva, 2021). Em vista disso, os/as profissionais da PAS tiveram que reinventar, autonomamente, suas práticas, a fim de dar conta do aumento das demandas por benefícios sociais, como Auxílio Brasil³, e a distribuição de cestas de alimentação. Além disso, vivenciaram a intensificação dos atendimentos devido à redução da equipe de trabalho e abrupta inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), como substituta dos atendimentos presenciais

³ Programa de transferência de renda do governo federal brasileiro. Foi instituída, no governo Bolsonaro, como uma substituição do Programa Bolsa Família (2003–2021) – principal política de transferência de renda direta para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (Brasil, 2021).

e, ainda, a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs). Adicionalmente, as categorias profissionais atuantes na PAS tiveram que lidar com o medo da infecção pelo coronavírus (Carneiro et al., 2021; de Camargo et al., 2022; Leite Júnior et al., 2024; Lima-Silva, 2020).

Tal realidade não apenas implicou em desafios para manutenção dos vínculos entre os/as trabalhadores/as e os usuários dos serviços – e entre os/as próprios trabalhadores/as, como dificultou a identificação das expressões da questão social que estavam encobertas pela imediatividade das demandas de sobrevivência dos sujeitos (Camargo et al., 2022). Diante desse contexto caótico, nas palavras de Yamamoto (2009) estiveram limitados em seus espaços sócio-ocupacionais a serem meros executores das políticas sociais emergenciais.

A classe trabalhadora esteve sob intenso fogo cruzado, como apontou Antunes (2021), entre a fome e a contaminação pelo vírus, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade. Em relação à proteção social pela política de saúde, observou-se a sobrecarga do Sistema Único de Saúde (SUS) nos diferentes estados brasileiros, especialmente naqueles com maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica (Bigoni et al., 2022). Neste cenário, os/as trabalhadores da saúde sofreram com jornadas de trabalho extenuantes, baixa remuneração, perda de direitos trabalhistas, desemprego e sobrecarga física e mental (Giovanella et al., 2022; Machado et al., 2023).

Conforme apontou o estudo realizado pela Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), as atividades realizadas pelos/as profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) estavam reduzidas ou suspensas no segundo semestre de 2021, principalmente nas regiões Sul e Sudeste (Giovanella et al., 2022), demarcando uma lacuna na proteção social ofertada aos usuários que necessitavam dos serviços.

Apesar disso, os/as trabalhadores/as da Atenção Primária à Saúde (APS), em meio à precarização dos serviços com iniciativas privatizantes, financiamento inadequado e

impossibilidades na realização de acompanhamentos de qualidade aos usuários dos serviços, precisaram reinventar suas práticas com foco em ações socioeducativas sobre acesso aos serviços, programas e benefícios sociais que pudessem garantir, minimamente, a sobrevivência das famílias e indivíduos (Campos et al., 2023; Dal Pra et al., 2021).

Seguindo a mesma racionalidade e intencionalidade neoliberal, as políticas educacionais foram impactadas por decisões baseadas em interesses privados e de mercado, reduzindo o sentido da escola ao mero cumprimento de normativas e controle do trabalho docente aos moldes do capital (Galzerano, 2021). Sob justificativa da pandemia, observou-se a abrupta implantação do modelo de ensino remoto como única alternativa ao isolamento social, agravando as desigualdades relacionadas ao acesso, permanência e oferecimento de ensino de qualidade pelas escolas públicas (Souza, 2022).

A descaracterização das atividades de ensino e a desvalorização do trabalho docente foram agudizadas nesse contexto sociopolítico. Os impactos na práxis dos/as professores/as das escolas públicas abrangeram desde o aumento das demandas, com a adaptação forçada ao uso de tecnologias sem a devida formação e a transformação das residências em salas de aula, até o agravamento dos processos de ensino-aprendizagem e o distanciamento dos/as alunos/as em decorrência da exclusão digital (Barros et al., 2021; Bôas et al., 2023; Fialho & Neves, 2022)

O estudo de Cipriani et al. (2021) demonstrou como o ensino remoto implicou em ausências de interações entre alunos/as e professores/as, elemento fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Saviani e Galvão (2021), o “ensino” remoto não pôde garantir um aprofundamento dos conteúdos científicos, tampouco foi capaz de substituir a relação dialógica e afetiva que se estabelece entre o professor-aluno no trabalho educativo e, portanto, no desenvolvimento do psiquismo dos/as alunos/as.

A pandemia evidenciou as fragilidades das políticas setoriais e reforçou o desmonte neoliberal das políticas sociais, acentuando a fragmentação dos serviços e a necessidade de intersetorialidade e transdisciplinaridade na proteção social. Para Carmo e Guizardi (2017), a intersetorialidade corresponde à articulação entre saberes e experiências para compreender as necessidades sociais. Já a transdisciplinaridade, segundo Almeida Filho (2000), constitui processo e estratégia de ação, viabilizada, conforme Minayo (2010), pela superação das fronteiras das disciplinas [ou das categorias profissionais].

O trabalho em rede, nesses moldes, constitui-se enquanto mecanismo essencial para a superação do isolamento entre as políticas, possibilitando intervenções mais colaborativas e abrangentes. Além disso, configura-se como uma condição indispensável para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando a proteção integral de crianças e adolescentes, com a devida articulação entre Estado, famílias e comunidade na garantia de seus direitos (Gonçalves & Guará, 2010).

Embora ressaltada a sua importância, no Brasil, a efetiva implementação da intersetorialidade encontra limitações e entraves que envolvem aspectos como divergências em relação aos conceitos norteadores das práticas, ações puramente normativas, incompreensão e mudanças da gestão, além de vontades e decisões políticas desarticuladas das necessidades da população (Bichir et al., 2016).

No contexto pandêmico, observou-se tentativas dos/as trabalhadores/as dos serviços em fortalecer as ações intersetoriais e o trabalho em rede, ainda que em níveis micro, com articulações entre os equipamentos, encaminhamentos e reuniões remotas para tratar de casos específicos (Costa, 2022; Costa et al., 2023; Scherer et al., 2022). Mas é importante salientar que essas louváveis iniciativas foram decorrentes dos esforços das/os profissionais, que não tiveram subsídios ou orientações técnicas adequadas para os realizarem.

Diante desse contexto, importa destacar que os/as profissionais atuantes nas políticas sociais precisaram reinventar suas práticas sem que houvesse uma preparação ou formação adequadas, como plano do Estado, para o enfrentamento dos novos desafios que emergiram no contexto de crise (Sarreta et al., 2022). A abrupta inclusão das TDICs como substitutas das atividades que eram realizadas presencialmente, as perdas de direitos, as sobrecargas dos trabalhos e o agravamento das desigualdades e exclusões sociais representaram o cenário em que os/as profissionais atuaram, sob uma gestão de desmonte, fragmentação e privatização das políticas sociais (Behring & Souza, 2020; Fialho & Neves, 2022; Santos et al., 2021; Sarreta et al., 2022).

Nesse sentido, o pós-pandemia implica em enormes desafios para a classe trabalhadora, tanto no sentido de seu fortalecimento, formação continuada e valorização quanto na urgência de efetivas respostas às necessidades no enfrentamento das desigualdades sociais, intensificadas pela pandemia. Por isso, o **objetivo** deste artigo é compreender os desafios enfrentados pelos/as profissionais atuantes nas políticas sociais nos atendimentos e/ou acompanhamentos de adolescentes em situação de vulneração no Brasil, durante e após a pandemia.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com delineamento transversal e caráter exploratório-descritivo. Este estudo é oriundo de uma pesquisa multicêntrica, de abrangência nacional, nomeada “Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”, tendo como um de seus objetivos implementar e avaliar uma formação continuada voltada aos profissionais das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde.

A pesquisa foi apoiada e financiada pela CAPES, conforme o Edital N° 12/2021 referente ao Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia (IMPACTOS1983986P) e CNPq (Edital Universal 18/2021; processo número 406975/2021-3). O estudo foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da instituição sede (UFSCar) e de todas as universidades envolvidas no estudo (CAEE 60330722.2.1001.5504).

Os dados descritos e analisados neste artigo originaram-se desta pesquisa-intervenção, que foi realizada através de uma formação continuada remota no ano de 2023. Participaram da formação continuada 329 trabalhadores das políticas sociais que atuavam com adolescentes em situação de vulneração nos seguintes contextos: escolas públicas, medidas socioeducativas, acolhimento institucional, unidades básicas de saúde, centro de atenção psicossocial infanto-juvenil (CAPSi) e hospitais. O recrutamento dos/as profissionais ocorreu por intermédio de solicitações, via e-mails, a instituições e equipamentos que atendem adolescentes (CREAS, CAPS Infantojuvenil, acolhimento institucional, escolas públicas, em situação de rua). Foi enviado um ofício com os objetivos da pesquisa, informações sobre a formação continuada e um pedido de apoio na divulgação.

Ao se inscreverem no curso, os participantes recebiam uma carta-convite, um código alfanumérico, o link para o formulário de pré-teste e informações detalhadas sobre a pesquisa-intervenção. O pré-teste, a ser respondido antes do início das aulas, incluía a concordância ou não em participar da pesquisa, além da caracterização sociodemográfica, laboral e das percepções sobre a pandemia. Também apresentava os objetivos da pesquisa-intervenção e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo coordenador do projeto.

O questionário, elaborado especificamente para este estudo, continha 23 questões sobre características sociodemográficas (gênero, idade, renda, escolaridade), condições laborais (vínculo empregatício, local e carga horária de trabalho) e percepções dos/as profissionais sobre os impactos da pandemia na vida dos/as adolescentes. Toda a comunicação com os

participantes ocorreu por e-mail e por uma comunidade específica do curso no WhatsApp, onde eram enviados comunicados e informações. O e-mail foi o principal meio de contato, utilizado para o envio dos links das aulas, formulários e avisos, enquanto a comunidade no WhatsApp serviu como canal secundário de comunicação.

Após a coleta de dados com os/as profissionais na Etapa 1 (inscrição + pré-teste), iniciou-se a implementação do curso de formação (Etapa 2), intitulado "Adolescência e Promoção de Resiliência: Formação Continuada para Profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social no Pós-Pandemia". Realizado de forma online, o curso ocorreu por meio de videoconferências ao vivo no YouTube, com carga horária de 30 horas, sendo 15 horas de atividades síncronas e 15 horas de atividades assíncronas (leituras e exercícios). A certificação foi concedida aos participantes que cumpriram os pré-requisitos da pesquisa e a frequência mínima exigida.

A intervenção foi estruturada em seis módulos: Adolescência e Vulnerabilidade Social; Processos de Luto e Ressignificação das Experiências de Perdas dos Adolescentes na Pandemia; Saúde Mental e Protagonismo dos Adolescentes no Pós-Pandemia na Assistência Social, Saúde e Educação; Módulo Assíncrono – Atividade Relato de Caso; Promoção de Resiliência dos Adolescentes no Pós-Pandemia; Profissionais da Rede de Proteção e seu Papel como Tutores de Resiliência.

A atividade foi enviada por e-mail a todos/as os/as participantes, junto ao link do Google Forms, na data prevista para a aula assíncrona, conforme o cronograma. O prazo para resposta foi de cinco dias. Os/as profissionais deveriam relatar um caso real de um/a adolescente atendido/a ou acompanhado/a no contexto pós-pandemia, considerado desafiador. O relato deveria incluir: breve contextualização do caso, motivo do atendimento, encaminhamentos realizados, dificuldades enfrentadas, resultados obtidos e justificativa para a escolha do caso.

Os dados foram codificados no software *Atlas.ti* e analisados por meio da Análise Temática (AT), conforme proposta de Braun e Clarke (2006). Esse método de análise permite imersão nos dados para identificar, codificar, interpretar e analisar padrões ou temas em dados qualitativos. Os temas podem ser identificados por uma análise latente/interpretativa (Boyatzis, 1998) ou reflexiva (Clarke, 2017), que vai além do conteúdo semântico e busca interpretar ideias e conceitos subjacentes aos dados.

A AT foi conduzida mediante seis etapas, tal como postulado por Braun e Clarke (2006): 1) Familiarização com os dados: Leitura ativa e contínua dos casos à procura de significados e padrões, com anotações iniciais por parte dos pesquisadores;

2) Códigos iniciais: A pesquisadora iniciou a codificação sistemática dos dados através do software *ATLAS.ti*, criando, atribuindo e agrupando os códigos aos trechos dos relatos dos profissionais (não adesão; encaminhamentos; vínculos; desarticulação da rede; formação);

3) Busca de temas: Com base na discussão entre os autores deste artigo, os códigos iniciais foram divididos em subcódigos (ex.: vínculos afetivos; fragilização; preconceitos; auto responsabilização; sentimentos dos/as profissionais) e outros códigos/subcódigos foram combinados (ex.: não adesão e encaminhamentos; vínculos e fragilização; formação e sentimentos dos/as profissionais) gerando temas como “Fragilização e Enfraquecimento dos Vínculos e “Dificuldade de Adesão aos Encaminhamentos”;

4) Revisão de temas: Análise conjunta dos autores para alinhar e aprimorar os temas em relação aos códigos construídos e verificar a consistência com os dados;

5) Definição e nomeação de temas: Momento da nomeação dos temas pelos pesquisadores de modo que representasse claramente o conjunto dos códigos, além da descrição minuciosa de como os temas expressavam os desafios enfrentados pelos/as profissionais nos atendimentos/acompanhamentos dos/as adolescentes;

6) Produção de relatório final: Seleção dos trechos dos relatos que fossem mais significativos e representativos dos temas para compor o artigo.

Resultados e Discussão

Caracterização dos/as participantes

A maioria das participantes da pesquisa foram mulheres (88,4%), autodeclaradas brancas (49,7%), da região Sudeste (43,5%), entre 30 e 39 anos de idade (37%). Em relação à caracterização laboral dos/as participantes (total=329), conforme a Tabela 1 indica, a maioria estava atuando na política de Assistência Social (59,7%), como servidoras públicas (48,6%), trabalhavam 40h semanais (47,4%) e a renda individual variava de 1 a 3 salários mínimos (SM) (41,3%). Em relação ao grau de escolaridade, a maioria formou-se em Serviço Social (38,3%), com Pós-graduação *lato sensu* completa (41,9%) e tempo de formação acima de 10 anos (44,1%).

Tabela 1. Caracterização laboral dos participantes.

Categoria	Variáveis	F	%
Política pública	Assistência Social	197	59,7
	Saúde	77	23,3
	Educação	55	16,7
Escolaridade	Ensino médio completo	10	3
	Ensino superior completo	79	24
	Ensino superior incompleto	21	6,4
	Pós-graduação <i>lato sensu</i> completa	138	41,9
	Pós-graduação <i>lato sensu</i> incompleta	31	9,4
	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> completa	35	10,6
Formação acadêmica	Serviço Social	126	38,3
	Psicologia	105	31,9
	Pedagogia	27	8,2
	Enfermagem	9	3
	Direito	8	2,4
	Outros cursos	40	9,7

Vínculo empregatício	Servidor público	160	48,6
	Celetista (carteira assinada)	82	24,9
	Contrato temporário	55	16,7
	Terceirizado	19	5,8
	Comissionado	13	4,0
Carga horária semanal	40h	156	47,4
	30h-36h	110	33,4
	20h-28h	29	8,8
	Menos de 20h	14	4,2
	44h-60h	8	2,4
Renda individual	Até 1 SM	32	9,7
	1 a 3 SM	136	41,3
	3 a 5 SM	105	31,9
	5 a 10 SM	52	15,8
	Mais de 10 SM	4	1,2
Tempo de Formação	Até 1 ano	40	12,1
	1 a 3 anos	30	9,1
	3 a 5 anos	41	12,4
	5 a 10 anos	73	22,2
	Acima de 10 anos	145	44,1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Constatou-se, nesta pesquisa, uma predominância de profissionais mulheres (88,4%), brancas (49,7%) e assistentes sociais (38,3%), demonstrando concordância com o perfil de assistentes sociais do Brasil (CFESS, 2022). Em seguida, prevaleceu a atuação de psicólogas (31,9%) brancas (49,7%), o que está em consonância com os dados do CensoPsi (Censo da Psicologia Brasileira) que contou com a participação de 20.207 profissionais dispersos nas cinco regiões geográficas do país (CFP, 2022), apontando que a Psicologia brasileira continua sendo, majoritariamente, uma profissão exercida por mulheres.

Evidenciou-se que maioria dos/as profissionais trabalhava 40h semanais e que 51% ganhavam entre 1 e 3 SM, renda inferior aos dados apresentados pelo CensoPsi (2022) e pela CFESS (2022), em que a maioria das psicólogas ganhavam menos de 6 SM e as assistentes sociais ganhavam menos de 3 SM. Estes dados expressam a precarização da força de trabalho do/as profissionais e o empobrecimento das categorias profissionais que, certamente, podem

estar ligadas com as crises – sanitária, políticas, sociais e econômicas, que o país tem enfrentado, levando os profissionais a buscarem por especializações (pós-graduação *lato sensu*), seja como forma de garantir melhorias em seus salários ou devido a defasagens em suas formações acadêmicas (CFP, 2022).

Há de se considerar a expressiva vinculação desses profissionais ao serviço público (48,6%) como trabalhadores assalariados, especialmente considerando a presença de profissionais da Psicologia (31,9%), pois representa a inserção em processos/campos de trabalho diferentes do que se tem estabelecido hegemônica e historicamente na Psicologia brasileira. No entanto, conforme Yamamoto (2007), isso não necessariamente significa um compromisso social e oposição ao elitismo no exercício profissional, visto que se encontra demarcada socialmente e institucionalmente enquanto profissão, havendo limitações e normativas ao seu fazer a depender da agenda política.

Ainda, é importante ressaltar que 26,5% dos profissionais possuíam relações de trabalho por cargos comissionados, terceirizados e contrato temporário. Este cenário aponta para o projeto ultraneoliberal do Estado de flexibilização das relações e vínculos de trabalho, redução de direitos e desvalorização da força de trabalho. Isso reafirma a análise de Dardot e Laval (2008) sobre o Estado não ter interesse em assumir a sua função, mas sim inserir a lógica privatista para a ação pública, movido por uma racionalidade instrumental ao invés da razão pública. Assim, a precarização das condições de trabalho que leva à sobrecarga, adoecimento dos/as trabalhadores/as e sucateamento dos serviços seria um projeto, não uma casualidade.

A análise temática realizada gerou quatro temas centrais: 1) Fragilização e Enfraquecimento dos Vínculos; 2) Dificuldade de Adesão aos Encaminhamentos; 3) Fragmentação do Trabalho em Rede; e 4) Necessidade de Formação Continuada para os Profissionais.

Fragilização e Enfraquecimento dos Vínculos

Esta temática revelou como a pandemia impactou na fragilização dos vínculos dos adolescentes com a escola e familiares, dificultando a atuação dos profissionais em seus trabalhos em dois momentos: durante e após a pandemia. Durante a pandemia, a fragilização dos vínculos com os familiares se deu, de acordo com suas perspectivas, por falta de suporte da rede e dos serviços das políticas sociais para o atendimento das famílias, bem como das necessidades dos adolescentes, ou pela falta de materiais que possibilitasse o vínculo dos/as adolescentes com a escola, no ensino remoto. Depois, no pós-pandemia, ao retomarem as atividades presenciais, encontraram adolescentes com dificuldades de adaptação à rotina escolar e ao ensino presencial, de relacionamentos e socialização, o que gerou dificuldades na execução dos seus ofícios, especialmente nas escolas e salas de aula.

TABELA 2 – Fragilização e Enfraquecimento dos Vínculos

Citações
<p>“Durante a pandemia, pude observar a fragilidade das relações afetivas, o recuo do Estado e das políticas públicas e uma Grande crise da Capital. O fechamento das escolas, APAEs, SCFV favoreceu o desgaste das relações familiares. Acompanhei uma situação de acolhimento institucional na pandemia, a criança possuía questões de saúde mental, estava sob guarda de tia materna. Foi "devolvido", pois a família não conseguiu manejar as crises, não tinha apoio da saúde para reavaliação medicamentosa, não tinha o apoio da rede municipal comunitária.” (Assistência Social, CRAS)</p>
<p>“Entre as dificuldades enfrentadas estava a de reinserção da adolescente na escola. Foram feitas várias tentativas, sem êxito. Atualmente, frequenta a escola para jovens e adultos, mas não cursou todas as disciplinas. Após o período de pandemia e do estudo remoto, a dificuldade de retorno à rotina escolar tem sido uma queixa recorrente, tanto entre os adolescentes, como entre as crianças, das mais diversas faixas etárias. Muitos dos usuários se recusam ou tem muita dificuldade de retornar aos estudos após este período de estudo remoto, seja de forma presencial ou domiciliar.” (Saúde, CAPSi)</p>
<p>“Apesar de ter 16 anos, o adolescente estava no 6º do ensino fundamental, os instrumentos disponibilizados pelas escolas estaduais não eram tão efetivos, visto as dificuldades que esse adolescente apresentava, somado a isso, a família não possuía ferramentas tecnológicas que propiciasse um vínculo, ainda que distante com o corpo docente. Vínculo fragilizado com a escolarização, sensação de não pertencimento ao ambiente escolar, a prática da não valorização da educação pela família, a privação de liberdade” (Assistência Social, Sistema Socioeducativo)</p>
<p>“Pós-pandemia, alunos de maneira geral têm demonstrado comportamentos mais violentos em sala. Desrespeitando professores com palavrões e saídas não autorizadas das aulas. Professores encaminham para direção e mesmo chamando os pais nada vem resolvendo. Tenho encontrado dificuldade de forma geral com alunos, pois qualquer tipo de intervenção é visto como ameaçadora e eles levam para o lado do deboche, ou simplesmente se recusam. Contato com os</p>

pais tem sido zero pós-pandemia. **Professores cada dia mais cansados e sem condições de modificar demandas. Antes da pandemia, tinha mais acolhimento com alunos e às vezes oficinas ajudava. Projetos de vida ou discutir sobre cursos e fonte de renda... agora quase não vejo abertura**” (Educação, Escola Pública)

“Ao retornamos [ao ambiente escolar fisicamente] me deparei com crianças e principalmente adolescentes muito distantes, sem empatia pelo próximo, desamorosos, irritados e alguns até mesmo agressivos. Eu tinha a ideia de que voltariam carentes por afeto, por atenção, com mais empatia e sedentos pelo convívio social. Por isso me chocou e me perturbou um pouco, quando me deparei com alunos mais individualistas do que antes, mais imersos, distantes socialmente do que nunca, parecendo estar sem visão do futuro, sem esperança no amanhã, muito imediatistas, muito focados somente nas tecnologias e imersos na sua individualidade” (Educação, Escola Pública)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os/as profissionais relataram que o fechamento dos equipamentos e instituições durante a pandemia significou o enfraquecimento dos vínculos no acompanhamento às famílias e adolescentes. As medidas de contingenciamento da pandemia adotadas no Brasil resultaram na redução/interrupção da oferta dos serviços socioassistenciais à população que deles necessitavam, o que também foi identificado em outros estudos (Dal Pra, 2021; Carvalho et al., 2022; Lima-Silva, 2020; Marinho et al., 2024). Como alternativa, adotou-se a implementação de atendimentos do CRAS e CREAS em modalidade remota (Ministério da Cidadania, 2020). No entanto, essa iniciativa não foi suficiente para a manutenção/construção dos vínculos e acompanhamentos das famílias e adolescentes vulnerabilizados (Bortoli, 2023; Coelho & Conceição, 2024; Leite Júnior & Rabelo, 2024).

Embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Continua) tenha demonstrado que 99,5% dos lares brasileiros tinham acesso à celular com internet em 2021 (Ministério das Comunicações, 2022), isso não significou uma inclusão digital dessas famílias e adolescente em relação à continuidade do trabalho realizado pelos/as trabalhadores das políticas sociais, tampouco a inclusão dos/as adolescentes no ensino remoto, tendo em vista as condições de vulneração em que viviam (Fialho & Neves, 2022; Guzzo et al., 2021; Vieira et al., 2021).

Com o retorno às aulas presenciais, os/as professores/as apontaram que se depararam com uma realidade “perturbadora” (i.e., “alunos mais violentos”, “agressivos”, “sem empatia pelo próximo”, “individualistas”). Tais visões podem ser originárias de uma reprodução de concepções de fracasso escolar presente nas escolas, que centram no indivíduo e em seus comportamentos [ou nas famílias pobres] a responsabilização pelo fracasso (Patto, 2022). Podem ter sido retroalimentadas com o distanciamento que o ensino remoto gerou entre alunos/as e professores/as, impossibilitando o acompanhamento dos processos de desenvolvimento dos adolescentes e fragilizando os vínculos afetivos que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (Guzzo et al., 2021).

Ainda, tais concepções parecem apontar para o desconhecimento do papel da escola na formação humana (Saviani & Galvão, 2021), bem como de suas próprias atuações enquanto profissionais da educação, que significa muito além do repositório de conteúdo e conceitos aos adolescentes, deixando de considerar a importância das interações, mediações, negociações e afetos que envolvem o cotidiano da escola para o desenvolvimento do psiquismo desses adolescentes (Jesus & Souza, 2017). Por outro lado, leva a refletir sobre o tipo de formação base que esses/s profissionais tiveram, se ao ponto de serem aptos a pensarem e refletirem criticamente sobre a prática de ensino, situada socialmente, ou somente uma formação tecnicista (Libâneo, 2004).

Diante das rupturas e fragilização dos vínculos apontadas pelos/as profissionais, torna-se essencial a reinvenção de práticas e a adoção de novas formas de cuidado para restaurar os vínculos enfraquecidos ou rompidas entre adolescentes e os serviços/instituições de proteção social durante a pandemia. O trabalho nas políticas sociais precisa ser (re)construído em rede, ancorado nos territórios e orientado pelas necessidades dos sujeitos a quem se destinam a proteção e a garantia de direitos, como demonstrou o estudo de Souza et al. (2021) em relação aos atendimentos durante o contexto pandêmico.

Neste momento pós pandemia, a lógica do cuidado precisa ser novamente reinventada, considerando o território enquanto espaço de produção de vida dos/as adolescentes, onde acontecem as relações e as resistências (Yasui et al., 2018). Nesse sentido, Pott et al. (2022) sugere que a arte poderia ser utilizada como materialidade mediadora para trabalhar as relações com os/as adolescentes e refazer os vínculos perdidos, além de possibilitar a expressão das vivências e sentimentos ao desenvolver intervenções pautada nos afetos e na estética (como demonstrado por Sawaia e Fernandes (2023) com a intervenção psicossocial “Teatro Social dos Afetos”).

Dificuldade de adesão aos encaminhamentos

Nesta temática os profissionais apontaram, de forma enfática, a não adesão dos familiares e dos adolescentes aos encaminhamentos realizados como uma das maiores dificuldades encontradas no trabalho desses/as trabalhadores/as durante e após a pandemia. De acordo com os profissionais, embora os atendimentos tenham sido ofertados, na maioria das vezes não havia adesão, gerando frustração e sentimento de impotência, conforme apontam os relatos. A falta de rede de apoio para os adolescentes, a dificuldade de vinculação aos serviços, a inserção no tráfico de drogas e o uso de substâncias foram apontados como principais desafios para a adesão aos encaminhamentos e para o estabelecimento de um trabalho contínuo dos/as profissionais com os/as adolescentes e seus familiares.

TABELA 3 – Dificuldade de adesão aos encaminhamentos

Citações
<p>“Uma adolescente de 13 anos que já esteve em três escolas onde foi convidada a se retirar, devido, segundo os responsáveis da escola, ela ter mau comportamento. Após a adolescente ser atendida no Conselho Tutelar, foi encaminhada devido aos vínculos afetivos com a genitora estarem fragilizados. Foi realizado atendimento com a genitora, adolescente e encaminhadas para grupos com o intuito de trabalhar os vínculos que estariam fragilizados. Porém a genitora não aderiu aos encaminhamentos oferecidos na rede sócio assistencial. Infelizmente não houve. É uma família que grita por socorro, e não aceitam intervenções” (Assistência Social, CRAS)</p>

“Território em que a família mora fica longe do CREAS, dificultando seu acesso. Dificuldade de vinculação da mãe com os profissionais de todos os serviços para os quais J. e/ou família foi encaminhada, de forma que se apresentava insatisfeita quando era chamada para comparecer aos atendimentos. Desta forma, o vínculo com os profissionais da rede de proteção também era fragilizado. Ausência de rede de apoio que fosse efetivamente capaz de oferecer apoio à adolescente. Apesar de se tratar de família numerosa, com vários familiares morando próximo à residência materna, nenhum deles de fato aderiu aos serviços ou colocou-se à disposição para auxiliar no cuidado de J.” (Assistência Social, CREAS)

“Foram realizados os encaminhamentos para escola e saúde (CAPS), no entanto, o adolescente não aderiu e aos encaminhamentos e a genitora relatou que o filho havia se mudado para o bairro que o pai residia, que também é região de tráfico. A medida não foi cumprida e não foi possível localizar o adolescente. Apesar de ter o suporte materno e acompanhamento do CREAS, não foi possível desvincular o adolescente do tráfico. E que infelizmente, não foi o único caso, em que jovens preferem os "ganhos fáceis" advindos de atividades ilícitas, além da questão que muitos são dependentes químicos e não aceitam fazer o tratamento. Gera muita frustração na equipe técnica que atende também.” (Assistência Social, CREAS)

“Para além do cumprimento da MSE imposta, realizamos a inserção de C. no aluguel social e diversos encaminhamentos à família ao CAPS e demais serviços de saúde do município. A família não aderiu ao acompanhamento em nenhum serviço encaminhado, assim como C. Na conclusão da medida socioeducativa imposta, o adolescente pouco participava dos grupos e atendimentos. A dificuldade de acessar o adolescente devido ao uso abusivo de substâncias e a pouca comunicação com a genitora devido às limitações de fala, foram os maiores desafios impostos neste acompanhamento.” (Assistência Social, CREAS)

“O maior desafio continua sendo a resistência da adolescente em aderir a todas as propostas apresentadas pela equipe de saúde até o momento. Fazer este curso é também uma tentativa de encontrar novas alternativas para criação de vínculo da equipe de atenção básica e os adolescentes do território. É o ciclo de vida mais complexo para adesão aos cuidados de saúde.” (Saúde, UBS)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os/as profissionais apontaram dificuldades relacionadas à impossibilidade de realizar intervenções com as famílias e adolescentes, especificamente através das políticas de Assistência Social e Saúde. A partir disso, notou-se que centraram a razão da “dificuldade de adesão” nos indivíduos, afirmando que são as famílias e os/as adolescentes que não aderem aos encaminhamentos, seja pelo uso de substâncias e pela “preferência dos ganhos fáceis” advindos do tráfico de drogas pelos adolescentes, ou por falta de interesse/disponibilidade da família.

Observa-se, por um lado, a frustração dos/as trabalhadores/as pela não efetivação dos encaminhamentos propostos e, por outro, uma concepção descontextualizada e apartada das questões sociais que atravessam a realidade desses sujeitos a quem devem garantir direitos

sociais por meio de suas atuações. Essa visão fragmentária encontra suas raízes no processo histórico e social da construção das políticas sociais no Brasil, pautada em ideologias neoliberais de individualismo, práticas emergenciais e assistencialistas de combate à pobreza que distanciam os trabalhadores do compromisso social de suas atuações (Yamamoto & Oliveira, 2010), levando à culpabilização e responsabilização das famílias e dos adolescentes em detrimento dos determinantes estruturais da sociedade do capital (Miotto, 2004).

Na pandemia, o trabalho dos/as profissionais da política de assistência social foi atravessado por imposições, limitações e precarizações. Embora tenham continuado os atendimentos essenciais, estes aconteceram de modo mais pontual e focalizado com vistas a suprir as demandas emergentes daquele contexto (Dal Pra, 2021; Costa et al., 2022; Vieira et al., 2023), prejudicando a construção de vínculos com os adolescentes/famílias. A *práxis* desses/as profissionais esteve atrelada a uma racionalidade burocrática na relação com esses sujeitos, servindo como canal de ação do Estado na resolução das demandas (Iamamoto, 2009), por meio de ações fragmentadas, técnicas e meramente assistencialistas (Boschetti & Behring, 2021).

Por outro lado, os/as trabalhadores/as viram-se, nesse contexto, desprotegidos e responsabilizados/as pelo enfrentamento das vulnerações através de atendimentos e ações assistencialistas, que mais visaram proteger a ordem do capital do que as populações e a classe trabalhadora de fato (Boschetti & Behring, 2021; Leite Junior et al., 2024). Não coincidentemente, o Estado, através de seu projeto neoliberal, tenta dissociar esses trabalhadores dos dilemas vividos e de sua própria classe para que permaneçam contribuindo com o processo de produção e reprodução do sistema do capital. Nesse sentido, Iamamoto (2009) aponta:

“Reitera-se o viés liberal de pensar a prática como atividade do indivíduo isolado, forjando o “encaixe” dos elementos constitutivos desse trabalho concreto em um “modelo universal” para análise de todo e qualquer processo de trabalho – como se ele

fosse suspenso da história e das relações sociais que o constituem. [...] Pensada no seu circuito interno: o “seu” processo de trabalho, em que o projeto profissional é deslocado das bases sociais de sua realização, tratado ao nível da intencionalidade do profissional” (p. 35).

Portanto, não é possível deslocar o processo de trabalho desses trabalhadores do contexto em que se inserem. Durante a pandemia estiveram “sob fogo cruzado”, no meio da fome da população e da contaminação pelo vírus, na tentativa de oferecer atendimentos e garantir direitos mínimos aos adolescentes e suas famílias. Todo esse contexto multifacetado contribuiu para os desgastes e adoecimento da classe trabalhadora (Souza & Moraes, 2023), fazendo com que, na tentativa de resistir e não sucumbir, deslocassem a culpa da fragilização dos vínculos e não adesão aos encaminhamentos para adolescentes e suas famílias, desconsiderando o projeto liberal de individualização do trabalho.

Fragmentação do trabalho em rede

Neste tema, os/as profissionais relataram sobre os desafios relacionados ao trabalho em rede. Apontaram a dificuldade em articular ações e intervenções com os profissionais da rede de proteção e com os equipamentos das políticas sociais, indicando a presença de falhas na comunicação entre os equipamentos, concepções estigmatizantes dos adolescentes por parte dos/as profissionais e ausência de contrarreferências. Diante disso, havia a realização de encaminhamentos dos casos sem uma efetiva atuação aliada a ações desarticuladas com os serviços e rede de proteção, culminando em impedimentos na obtenção de êxito na resolução das demandas, seja na garantia do acesso à educação, através da inserção na escola, ou em desenvolver projetos que visavam garantir a participação social e cidadania dos/as adolescentes.

TABELA 4 – Fragmentação do trabalho em rede

Citações

“Em atendimento a uma adolescente de 13 anos em **evasão escolar**, com dificuldade de adaptação e retorno a frequência escolar. **Devido a evasão escolar a família foi encaminhada ao Conselho Tutelar e ao CRAS de referência.** A maior dificuldade enfrentada foi a permanência da adolescente na escola. Ainda não temos resultados positivos, uma vez que, a adolescente vai à escola, mas não apresenta frequência diária, apresenta inúmeras faltas e muita dificuldade de adaptação. Escolhi relatar esse caso por ser **um dos mais desafiadores dos últimos tempos e infelizmente não ter a efetiva e devida atuação dos demais órgãos e profissionais da rede envolvidos, infelizmente.**” (Assistência Social, Secretaria de Educação)

“**O despreparo da escola no acolhimento e compreensão do aluno que retorna à escola após período de evasão. C., desde o primeiro momento, foi recebido como um “adolescente problema”.** A equipe escolar apresentou resistência em acolher o aluno e chegou a negar a vaga, sugeriu outra escola. **A incompreensão acerca do público atendido no CREAS é um fator a ser ponderado na educação pois, em muitos casos acarreta em estigma e má vontade em receber o aluno,** com isso, passam a nos direcionar as “situações problemas”, como descumprimento de regras, falta de interesse etc. **A escola, neste caso, deixou evidente que compreendia o C. como um assunto da Assistência, uma visão completamente desconectada com o trabalho em rede.**” (Assistência Social, CREAS)

“**Falta de comunicação entre Conselho Tutelar, CRAS e demais equipamentos que realizam acompanhamento do adolescente; falha no repasse de informações; nenhuma atualização do caso; desinteresse da família em relação à situação vivenciada pelo adolescente. Em razão da falta de comunicação com equipamentos e desinteresse familiar no que diz respeito ao próprio adolescente, tornou-se impossível o cumprimento dos objetivos do Programa Agente de Cidadania,** que seria o de oportunizar a participação social e cidadã dos adolescentes e jovens, além de sua inclusão sociocultural, priorizando os que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como o acompanhamento deste adolescente” (Assistência Social, Centro da Juventude)

“**Em meio a pandemia nos deparamos com órgãos públicos totalmente despreparados e com muito medo,** todos estávamos receosos, mas, para nós, não havia a opção de “fechar as portas”, porém, **os órgãos de saúde mental pararam os atendimentos e alegaram que o modelo remoto não tinha condição de funcionar, uma vez que a prefeitura não dispunha de equipamentos necessários e por vezes sequer internet para isso. Depois de muitas dificuldades, por fim, conseguimos uma parceria com outra Entidade, a APAE,** que realizou os atendimentos necessários ao adolescente, de modo remoto inicialmente.” (Assistência Social, Acolhimento Institucional)

“**Dificuldades nas articulações com a rede de proteção, em que algumas vezes alguns serviços deixavam de fazer os encaminhamentos necessários para o momento ou dar ciência aos outros serviços (comunicar-se). O resultado foram algumas intervenções fragmentadas, que poderiam ter desfecho diferente se houvesse melhor articulação de rede.** Percebo que no município em que trabalho, **o CREAS é praticamente o único equipamento das Políticas que de fato busca fazer articulações,** pois a maioria dos serviços costuma atender de forma fragmentada e não se reporta à rede de proteção para fazer contrarreferências.” (Assistência Social, CREAS)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nesta temática, ao contrário do que antes relataram acerca da dificuldade relacionada a adesão dos usuários aos encaminhamentos, localizaram o desafio de suas atuações na desarticulação do trabalho entre os serviços e equipamentos da rede de proteção. Essa

problemática não se trata de um tema novo, pois encontra suas raízes na construção social e histórica das políticas sociais setoriais e de caráter compensatório às populações em vulnerabilidade social (Yamamoto & Oliveira, 2010). Em razão disso, esperava-se que as atuações dos trabalhadores fossem também fragmentadas, pautadas pelo assistencialismo e autonomia prática, com vistas a “consertar” as necessidades dos sujeitos através da oferta de “mercadorias” ao invés de direitos (Gonçalves, 2013).

Nesse sentido, a fragmentação da rede significou um desafio para os trabalhadores, certamente, pela crescente precarização das condições de vida e das vulnerações impostas pela pandemia aos adolescentes que requereram, mais do que nunca, intervenções contextualizadas e intersetorialidades que atendessem às demandas de insegurança alimentar, violências, saúde mental, educação e moradia, mas que apenas puderam acontecer de modo focalizado e assistencial (Camargo et al., 2022; Costa et al., 2022; Leite Júnior, 2024). Para dar conta de toda a complexidade das necessidades, esses profissionais precisariam atuar de forma intersetorial, reconhecendo as particularidades, formas de sobrevivência e implicações da questão social no contexto pandêmico para, assim, articular seus conhecimentos próprios das políticas para uma atuação colaborativa, não fragmentária (Carmo & Guizardi, 2017; Lima, 2022).

Ao contrário disso, o cotidiano de trabalho dos/as profissionais tem sido desarticulado e com intervenções fragmentadas, o que pode estar associado ao estigma/preconceito atribuído aos adolescentes (Machado et al., 2018; Teixeira, 2022), como também à defasagem na formação acadêmico-profissional no que tange ao significado do trabalho intersetorial (Carmo & Guizardi, 2017). Os relatos dos/as profissionais apontaram para entendimentos equivocados sobre o trabalho em rede, sendo reduzido a “encaminhamentos” ao dividir as demandas/responsabilidades individuais entre os serviços e fazer os encaminhamentos julgados necessários, mesmo na ausência de contrarreferências ou efetivação das intervenções

junto as famílias e adolescentes, movimento que dificulta a proteção integral dos/as adolescentes, conforme apontaram também Silva e Boarini (2022).

Tal incompreensão sobre o real significado da intersectorialidade no trabalho, bem como a falta de formação dos/as trabalhadores das políticas de proteção social para uma atuação integral, acarretam na reprodução de violências contra esses adolescentes no lugar de efetivar os seus direitos (Silva & Alberto, 2019). Além disso, gera a descontinuidade dos atendimentos, alta demanda para os/as profissionais e demora nos atendimentos demandados (Ribeiro et al., 2022). Observa-se, portanto, como a fragmentação dos serviços – que já era uma realidade no cotidiano desses trabalhadores – continua a impossibilitar atuações condizentes com as reais necessidades dos/as adolescentes vulnerados, caminhando para uma solidificação ainda maior da desarticulação nos atendimentos oferecidos no contexto pós pandemia.

Necessidade de formação continuada para os/as profissionais

Este tema revelou a necessidade de formação continuada para os/as profissionais diante das consequências advindas da pandemia para os/as adolescentes. Relataram fatores como: visões estigmatizantes e preconceituosas por parte dos/as profissionais em relação aos adolescentes, o cansaço e as sobrecargas do trabalho, bem como as impossibilidades e dificuldades em realizar intervenções em rede. Ainda, apontaram uma defasagem na formação no que se refere ao ensino do trabalho transdisciplinar, escassez de formações continuadas e ausência do Estado no que se refere a investimentos em políticas públicas.

TABELA 4 – Necessidade de formação continuada para os profissionais

Citações
<p>“Atendi recentemente um adolescente que havia sido acolhido em serviço de acolhimento institucional por estar na rua usando drogas e portando uma faca. Ele é visto, pela rede de serviços, como um adolescente "problemático" e difícil de lidar. A situação dele mexeu comigo pois me fez refletir o quanto ele ainda era capaz de ter sonhos e objetivos mesmo com uma trajetória tão violenta, bem como a injustiça de as pessoas que o deixaram nesse estado estarem vivendo normalmente enquanto ele luta pra sobreviver. E como a rede, que deveria ofertar proteção, o culpabilizava pelo seu comportamento. Por isso, formações como essa são fundamentais para que saibamos</p>

conduzir atendimentos éticos e técnicos a adolescentes em contextos desafiadores.” (Assistência Social, CREAS)”

“Por considerar **a importância de uma articulação de rede efetiva, que realize as intervenções de forma coordenada e conjunta, o que se mostra trabalho árduo e estratégico e que nem sempre é possível**, sendo uma das dificuldades o grande montante de famílias que chegam para atendimento com demandas complexas, o que impossibilita, muitas vezes, a abordagem singularizada, por mais que se tente (um serviço pode tentar, mas sozinho não alcança efetividade plena). **Temos também pouca ou nenhuma ação de educação continuada que efetivamente nos ensine a trabalhar de forma transdisciplinar.”** (Assistência Social, CREAS)

“**A principal dificuldade enfrentada foi saber qual o melhor encaminhamento a dar. Como professor, percebo que houve um aumento de problemas de saúde mental pós pandemia.** Muitos alunos trazem questões de esgotamento, sintomas depressivos e ansiosos... Vez por outra surge alguma "brincadeira" em relação a possível suicídio... É assustador e, **tentamos manejar da melhor forma, mas acredito que nem todo professor está preparado para acolher esses casos e reagir de uma forma adequada.** E isso pode ser perigoso. Em paralelo, **não consigo ver os professores e demais profissionais da educação preparados para lidar com essas demandas. Talvez também porque muitos estejam adoecidos [...]** São desafios gigantes que precisam ser enfrentados com políticas públicas e investimentos maciços. **Mas não me parece que esteja sendo visualizado como prioridade pelos entes governamentais. Infelizmente”** (Educação, Escola Pública)

“Outro desafio, refere-se ao fato da diferença na faixa etária e a etapa de ensino, o adolescente não se sente pertencente e não houve nenhuma estratégia para aproxima-lo do processo de aprendizagem ou percebido seu potencial. **Ressalto que, embora tenhamos a compreensão acerca das inúmeras dificuldades da Educação que vão desde a estrutura física, falta de investimento, atravessadores políticos e ainda a defasagem na formação dos profissionais, sobretudo referente a realidade social como elemento fundamental no processo aprendizagem. Nos deparamos com a resistência na escuta e no trabalho conjunto.** Continuo investindo no C. enquanto muitos já desistiram, enquanto muitos fecham as portas e diante de tanta escassez e vontade política com os adolescentes.” (Assistência Social, CREAS)

“**J. V. era considerado aluno problemático da escola. Estava sendo considerado inclusive pela direção a expulsão do aluno porque nem a equipe de coordenação, nem professores estavam querendo lidar com ele.** No desenvolvimento do caso, falei com a equipe de coordenação, direção e professores, tentando mostrar a gravidade do caso e a necessidade de debater na escola sobre saúde mental e ansiedade. **Muitos professores se mostraram resistentes, porque disseram que no fundo estava querendo “passar a mão na cabeça” do J.V., que ele era problemático mesmo porque queria”** (Educação, Escola Pública)

“**Foi muito desafiador trabalhar com a promoção da saúde mental das pessoas que se encontravam em vulnerabilidade no contexto pós-pandemia sem nenhuma capacitação profissional era tudo novo e desafio também.”** (Saúde, Hospital)

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com os/as profissionais, a defasagem em suas formações em relação ao trabalho em rede e transdisciplinar, bem como os estigmas e preconceitos que são atribuídos aos adolescentes pelos/as trabalhadores da rede de proteção, têm dificultado a realização de um trabalho conjunto entre os serviços. Por essa razão, apontaram para a necessidade de formações

continuadas que os capacitem a trabalhar de modo integrado com as políticas setoriais, pois o contexto pós-pandêmico tem apresentado novas demandas que precisam ser enfrentadas de modo articulado.

A pandemia não apenas expôs uma realidade pré-existente de dificuldades no trabalho intersetorial, como escancarou a fragilidade na formação dos profissionais das políticas sociais no que concerne o cuidado e proteção dos/as adolescentes vulnerados. Conforme apontaram os estudos de Fernandes e Santos (2020) e Guedes et al. (2024), a formação em saúde é tradicionalmente centrada na racionalidade biomédica, curativa e com atuação verticalizada, o que distancia os/as profissionais das necessidades reais e dificulta a construção de vínculos com os/as adolescentes. Na Assistência Social, persiste a racionalidade burocrática com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços (Raichelis et al., 2024) e um desvio do objeto do trabalho das expressões da questão social para o indivíduo/família (Horst, 2023). Enquanto na Educação há uma racionalidade de mercado com interesses econômicos privados e fruto de vontade política que levou à escolha pelo ensino remoto, precarizando mais ainda a atividade docente (Saviani & Galvão, 2021).

Os/as profissionais apontaram a ausência de iniciativas governamentais em relação aos investimentos nas políticas e capacitações para uma atuação em rede frente aos desafios advindos da pandemia, conforme apontaram também os estudos de Nasser e Tilio (2024) e Vieira et al. (2023), levando ao distanciamento da prática profissional do projeto ético-político e os aproximando do projeto ultraliberal do Estado. Há de se pensar, inquestionavelmente, em programas de formação continuada ou educação permanente que levem em consideração as transformações sociais e o compromisso ético-político com a sociedade, não apenas questões técnicas ou formais, mas que possibilite aos trabalhadores/as refletir criticamente sobre a atividade de trabalho que desenvolvem, em que momento histórico, em qual território (Ceccim

& Feuerwerker, 2004) e as possibilidades dentro dos espaços sócio-ocupacionais onde se inserem (Iamamoto, 2009).

Formações continuadas fazem-se necessárias, mais do que nunca, visto que servem não somente para o desenvolvimento de novas *práxis* de intersectorialidade e transdisciplinaridade, mas contribuem para o fortalecimento da classe trabalhadora ao oportunizar a partilha dos sentimentos, vivências e desafios enfrentados no cotidiano no trabalho, como demonstraram os estudos de Mendes e Pessoa (2022) e Silva e Jurdi (2022), evidenciando as condições precárias de trabalho e a necessidade de cuidado dos/as trabalhadores/as. Significa, portanto, um movimento contrário à racionalidade e projeto neoliberal de individualização dos processos de trabalho, pois pode unir e fortalecer os/as trabalhadores que se veem despreparados para atuar diante das consequências do contexto pandêmico.

O desenvolvimento do ensino articulado à realidade de trabalho e serviços desses/as profissionais tem o potencial de promover o *saber fazer* de cada trabalhador/a e, ainda, capacitá-los/as para agir em favor das necessidades dos/as adolescentes e suas famílias. O interesse do ensino/formação deve voltar-se ao compromisso ético e político com a sociedade, visando contribuir para que ocorra a efetivação do trabalho em rede, de modo dialogado e participativo. Formações que tenham por objetivo levar à reflexão dos/as profissionais sobre suas práticas, seja nos processos de gestão, formulação ou execução das políticas, realizadas por iniciativas governamentais, conforme demonstrado pelos estudos de Alves e Bispo (2022), Franz et al. (2024) e Lemos et al. (2024) ou por parcerias entre universidades e esferas governamentais, conforme indicam Queiroz et al. (2022), Fernandes et al. (2024), Mendes e Pessoa (2021) e Feliciano et al. (2020).

Considerações Finais

O presente artigo objetivou compreender os desafios enfrentados pelos/as profissionais das políticas sociais junto a adolescentes vulnerados na pandemia de COVID-19. A crise sanitária intensificou o desmonte e a precarização das condições de trabalho dos profissionais das políticas sociais no Brasil. Com isso, o trabalho da proteção social aos adolescentes em situação de vulneração tornou-se ainda mais custoso. Conforme os resultados deste estudo apontaram, os desafios enfrentados durante e após a pandemia do coronavírus pelos/as profissionais no atendimento/acompanhamento dos/as adolescentes foram: a redução ou interrupção das atividades escolares e dos serviços oferecidos pelo CRAS e CREAS; enfraquecimento dos vínculos com os/as adolescentes; dificuldades no reestabelecimento das relações no pós pandemia; pouca ou nenhuma adesão da família e adolescentes aos encaminhamentos; rede fragmentada, com serviços e ações desarticuladas; falta e necessidade de formação continuada/capacitação diante dos desafios advindos e potencializados pela pandemia.

Diante disso, constatou-se como os/as profissionais foram responsabilizados pelo Estado em solucionar as demandas emergentes dos usuários e garantir a proteção social aos adolescentes, sem preparação ou formação adequadas ao contexto pandêmico, com desinvestimentos nas políticas, redução dos salários e direitos. A individualização dos processos de trabalho e os impedimentos à práxis dos/as trabalhadores acabaram por gerar frustrações e sobrecargas: ora auto responsabilizando a própria classe, ora culpabilizando as famílias e adolescentes diante da não efetivação da proteção e cuidado. A fragmentação da rede, embora não seja novidade nas políticas sociais, foi sentida pelos/s trabalhadores/as como impeditivo para a efetivação das ações e intervenções, ainda mais no cenário de reestabelecimento de práticas assistencialistas e focalizadas.

O recrudescimento das desigualdades sociais e vulnerações pela pandemia parece ter modificado a racionalidade acerca do trabalho intersetorial desses profissionais. Reafirmaram

a importância de se pensar em um trabalho tecido em rede, ainda que, de certa forma, a noção sobre intersectorialidade se restrinja a encaminhamentos e não, de fato, ao trabalho integrado e transdisciplinar. Nesse sentido, apontaram a necessidade de formações continuadas que os auxiliem a trabalhar de modo conjunto e transdisciplinar entre as políticas e serviços, além de formações que tratem da ética no atendimento, com vistas a desconstruir estigmas e preconceitos com os/as adolescentes.

A articulação do ensino com a realidade de trabalho e os serviços desses/as profissionais é fundamental para fortalecer a atuação da classe trabalhadora. Advoca-se que estas formações continuadas ou educação permanente tenham como cerne o compromisso ético e político com as populações mais vulneradas, contrapondo-se ao que foi estabelecido hegemonicamente no trabalho das políticas sociais e alinhando-se ao ensino como formação humana, não apenas de trabalhadores que servem à manutenção do capital. Nesse sentido, formações que busquem garantir não apenas a qualificação técnica, mas o desenvolvimento da capacidade crítica, a efetivação do trabalho em rede e o fortalecimento da classe trabalhadora para que possam mobilizar-se e refletir sobre o seu trabalho e sobre a quem ele se destina, levando em consideração as necessidades dos/as adolescentes e suas famílias localizadas na dinâmica social, política e histórica.

Diante disso, este estudo evidenciou como a proteção social aos adolescentes foi impactada pelo contexto de crise estrutural no qual a pandemia emergiu. Ao analisar as condições de trabalho dos profissionais das políticas sociais, procurando abarcar a totalidade dos impactos pandêmicos, o estudo oferece subsídios para proposições e transformações concretas. Destaca-se, ainda, a importância de não individualizar as questões sociais que afetam a classe trabalhadora, especialmente em um contexto de racionalidades ultraneoliberais.

Apontam-se como limitações deste estudo a coleta de dados realizada de forma remota, o que pode ter restringido a profundidade das respostas e a interpretação de nuances na

comunicação não verbal. A utilização de entrevistas abertas ou semiabertas poderia proporcionar compreensões mais acuradas sobre os impactos da pandemia no trabalho dos profissionais das políticas sociais. Além disso, os achados refletem as experiências de um grupo específico de profissionais, o que limita a generalização dos resultados para todos os contextos das políticas sociais no Brasil. Investigações futuras poderiam contemplar uma amostra mais diversificada. Por fim, o estudo abrange um período específico durante e após a pandemia, o que pode não capturar a totalidade dos impactos a longo prazo. Pesquisas longitudinais seriam recomendadas para compreender as consequências contínuas dessa catástrofe que atingiu a humanidade.

Referências

- Almeida Filho, N. (2000). Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. *Revista de Administração Pública*, 34(6), 11-a. Recuperado em 01 de fevereiro de 2025, de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6345>.
- Alves, T. L. de L., & Bispo, M. de S. (2022). Formação de gestores públicos escolares à luz da reflexividade prática. *Revista de Administração Pública*, 56(2), 226–247. <https://doi.org/10.1590/0034-761220210227>
- Barros, C. C. A., da Silva Souza, A., Dutra, F. D. E., Gusmão, R. S. C., & Cardoso, B. L. C. (2021). Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. *Ensino em Perspectivas*, 2(2), 1-23. Recuperado em 01 de fevereiro de 2025, de <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>
- Behring, E. R., & Souza, G. (2020). Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. Sousa, A. A., Oliveira, A. C. O., Silva, L.B., Soares, M. (organizadoras). In: *Trabalho e os limites do*

capitalismo: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 131-50. <https://doi.org/10.29388/978-65-86678-37-6-0>

Bichir, R., Oliveira, M. C., & Canato, P. (2016). Para além da transferência de renda? Limites e possibilidades na articulação intersetorial de políticas sociais. *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate*, 26, 81-102. Recuperado em 01 de fevereiro de 2025, de <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2026.pdf>.

Bigoni, A., Malik, A. M., Tasca, R., Carrera, M. B. M., Schiesari, L. M. C., Gambardella, D. D., & Massuda, A. (2022). Brazil's health system functionality amidst of the COVID-19 pandemic: An analysis of resilience. *The Lancet Regional Health – Americas*, 10. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100222>

Bôas, L. V., Novaes, A., Junior, V. S., & Pucinelli, R. H. (2023). Reconhecimento profissional do trabalho docente na visão de professores da Educação Básica em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, 18, 1–15. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.20959.008>

Bortoli, D. M. (2023). *Efeitos da pandemia da covid-19 na proteção socioassistencial a crianças e adolescentes no município de Foz do Iguaçu—PR* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7296>

Boschetti, I., & Behring, E. R. (2021). Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? *Serviço Social & Sociedade*, (140), 66–83. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>.

Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development*. Sage Publications, Inc.

- Brasil (2020). *Ministério da Cidadania estabelece medidas de funcionamento para serviços socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Recuperado 20 de janeiro de 2025, de <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-estabelece-medidas-de-funcionamento-para-servicos-socioassistenciais>.
- Brasil. (2021). *Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021*. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Diário Oficial da União.
- Brasil (2022). *Celular segue como aparelho mais utilizado para acesso à internet no Brasil*. Ministério das Comunicações. Recuperado 20 de janeiro de 2025, de <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/setembro/celular-segue-como-aparelho-mais-utilizado-para-acesso-a-internet-no-brasil>
- Braun, V. and Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887 Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735> <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Camargo, J. A., de Azevedo, C. A., & Magalhães, C. D. (2022). Política de assistência social e pandemia: desafios à atuação profissional do/da assistente social no CRAS. *O Social em Questão*, 1(54), 351-372.
- Campos, A. R., Campos, G. W. de S., Gutiérrez, A. C., Costa, P. dos S. da., Anéas, T. de V., Rosa-Cómitre, A. C. D., & Nahoum, J. A. (2023). Investigação sobre Atenção Primária durante a pandemia em territórios vulneráveis de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28, 3461–3470. <https://doi.org/10.1590/1413-812320232812.07772023>
- Carmo, M. E. do., & Guizardi, F. L. (2017). Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista*

De Saúde Coletiva, 27(4), 1265–1286. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400021>

Carneiro, A. M. F., de Carvalho, A. M. P., & de Araújo, M. D. S. S. (2021). Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em serviço social. *Temporalis*, 21(41), 173-189.

Carvalho, M. S. de, Mantoni, L., & Camargo, G. M. (2022). Impactos da COVID-19 Sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Paulo na Perspectiva de Profissionais que Atuam Com Essa População. *International Journal on Homelessness*, 2(2). <https://doi.org/10.5206/ijoh.2022.1.13692>

Ceccim, R. B., & Feuerwerker, L. C. M. (2004). O quadrilátero da formação para a área da saúde: Ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 14(1), 41–65. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312004000100004>

Cipriani, F. M., Moreira, A. F. B., & Carius, A. C.. (2021). Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. *Educação & Realidade*, 46(2), e105199. <https://doi.org/10.1590/2175-6236105199>

Coelho, A. C. F., & Conceição, M. I. G. (2024). Processos de Desproteção e de Proteção de Crianças, Adolescentes e Suas Famílias - Uma Análise De Múltiplas Evidências Dos Reflexos Da Pandemia. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, 28(1). <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v28i1.2024-10858>

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). (2022). *Para construir o futuro: Formação e inserção no mundo do trabalho: Volume I: Formação e inserção no mundo do trabalho* [Recurso eletrônico]. 1. ed. Brasília: CFP. Recuperado em 02 de fevereiro de 2025, de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). (2022). *Para construir o futuro formação e inserção no mundo do trabalho: volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e*

engajamento social [recurso eletrônico] 1. ed. Brasília: CFP. Recuperado em 02 de fevereiro de 2025, de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2_WEB.pdf

Conselho Federal de Serviço Social. (2022). *Perfil das/dos assistentes sociais no Brasil: Formação e exercício profissional*. Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

Costa, B. L. S. (2022). O serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) em Niterói-RJ: um estudo avaliativo no contexto da Pandemia de Covid-19.

Costa, P. H. A. da, Meneses, A. F. F., Júnior, A. J. da S., Pinto, D. F. C., Oliveira, J. G. C. A. M. de, Carvalho, M. B., Corrêa, O. L., Andrade, S. S. de, Mendes, K. T., & Ronzani, T. M. (2023). Implicações da Pandemia para a Psicologia nas Políticas Públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(1). <https://doi.org/10.12957/epp.2023.75304>

Clarke, V. (2017). Thematic analysis: What is it, when is it useful, & what does “best practice” look like? [Vídeo]. Recuperado em 22 de outubro de 2024, de <https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVyc>.

Dal Pra, K. R., Gavião, B. G., Rocca, K. da S., Lima, L. S. G., & Santos, S. P. da C. A. (2021). As ações profissionais da/o assistente social na atenção primária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19. *Revista Katálisis*, 24, 595–606. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77753>

Dardot, P. e Laval, C. (2008). *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Facci, M. G. D., Urt, S. D. C., & Barros, A. T. F. (2018). Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22, 281-290.

- Feliciano, A. B., Fortuna, C. M., da Silva, M. V., da Silva Santos, K., de Araujo, P. N., & da Costa Franceschini, A. B. (2020). A pandemia de COVID-19 e a Educação Permanente em Saúde. *Cadernos da Pedagogia*, 14(29).
- Fernandes, A. V. S., Soares, J. J. da S., Silva, M. T. R. da, Assis, A. C. F. L., Santos, D. P. dos, & Alberto, M. de F. P. (2025). Experiência de formação de trabalhadores da educação para o enfrentamento ao trabalho infantil. In M. de F. P. Alberto, D. P. dos Santos, F. M. Leite, & T. R. de S. Amorim (Orgs.), *O enfrentamento ao trabalho infantil pela política de educação* (pp. 103–109). Editora CRV.
- Fernandes, E. S. F., & Santos, A. M. (2020). Desencontros entre formação profissional e necessidades de cuidado aos adolescentes na Atenção Básica à Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 24, e190049. <https://doi.org/10.1590/Interface.190049>
- Fernandes, V. dos S., Leonidas, C., & Tilio, R. de. (2024). (Des)compassos do Trabalho Psicológico no Acompanhamento Familiar no CRAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e264104. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264104>
- Fialho, L. M. F., & Neves, V. N. S.. (2022). Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal . *Educação E Pesquisa*, 48, e260256. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248260256por>
- Franz, G. B., Vale, W. C., Andrade, M. B. de, & Teixeira, M. V. (2024). Formação Continuada de Professores(as) dos Centros de Ensino em Período Integral de Goiás - Reflexões e Práticas. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 10(1). <https://doi.org/10.61164/rmnm.v10i1.2648>
- Galzerano, L. S. (2021). Políticas educacionais em tempos de pandemia. *Argumentum*, 13(1), 123-138.

- Giovanella, L., Aquino, R., Bousquat, A., Medina, M. G., Mendonça, M. H. M., Facchini, L. A., Tasca, R., Nedel, F. B., Lima, J. G., & Mota, P. H. S. (2022). Desafios da atenção básica no enfrentamento da pandemia de COVID-19 no SUS. Em *COVID-19: Desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde* (pp. 201–216). Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9786557081587.0013>
- Gonçalves, A. S., & Guará, I. M. F. R. (2010). Redes de proteção social na comunidade. In I. M. F. R. Guará (Org.), *Redes de proteção social* (1ª ed., pp. 11–29). Associação Fazendo História; NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>
- Gonçalves, M. G. M. (2013). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez. ISBN 978-85-249-2095-0.
- Guedes, E. de M., Fernandes, D. E. R., Parmejiani, E. P., Cunha, A. J. G., Moreira, K. F. A., & Freitas, J. L. G. (2024). Dificuldades e possibilidades na atenção à saúde dos adolescentes: Percepções de profissionais da atenção primária à saúde. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 17(7), e8633–e8633. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.7-325>
- Harvey, D. (2020). *Política anticapitalista em tempos de coronavírus*. Blog Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-decoronavirus/> (Acessado em 14 de janeiro de 2025).
- Horst, C. (2023). O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético-Político. *Serviço Social & Sociedade*, 146, e6628324. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.324>
- Iamamoto, M. V. (2009). Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *Serviço social*, 341-375.

- Jesus, J. S., & de Souza, V. L. T. (2017). Os sentidos da dificuldade de aprendizagem para professores: reflexões da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia Argumento*, 35(88).
- Leite Júnior, N. de J. O., Rabelo, G. L. N., Serafim, J. S., & Brandão, V. B. G. (2024). CREAS e Covid-19: Desafios e Perspectivas da Psicologia no Norte de Minas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e257815. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003257815>
- Lemos, A. S. P., Dutra, E. de B., Köptcke, L. S., Cavaca, A. G., Silveira, M., Gasque, K. C. da S., & Petersen, R. de S. (2024). Construção pedagógica de um curso de especialização para gestores da APS sob a perspectiva da Educação Permanente em Saúde. *Saúde em Debate*, 48, e8909. <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E28909P>
- Libâneo, J. C. (2004). A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. *Educar em Revista*, 113–147. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.352>
- Lima, N. T. (2022). Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. *Saúde em Debate*, 46(spe6), 9-24. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E601>
- Lima-Silva, F., Sandim, T. L., Magri, G. M., & Lotta, G. (2020). O nível de rua na pandemia: A percepção de profissionais da linha de frente da assistência social sobre a implementação de políticas. *Revista de Administração Pública*, 54, 1458–1471. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200529>
- Machado, M. H., Coelho, M. C. de R., Pereira, E. J., Telles, A. O., Soares Neto, J. J., Ximenes Neto, F. R. G., Guimarães-Teixeira, E., Bembele, J. N., Silva, L. G. da ., & Vargas, F. L. (2023). Condições de trabalho e biossegurança dos profissionais de saúde e trabalhadores invisíveis da saúde no contexto da COVID-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(10), 2809–2822. <https://doi.org/10.1590/1413-812320232810.10072023>

- Machado, M. S., Scott, J. B., & Siqueira, A. C. (2018). Imagens sociais de adolescentes institucionalizados: Uma reflexão teórica sobre concepções e estigmas. *Psicologia Argumento*, 36(92), Artigo 92. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.36.92.AO07>
- Marinho, R. A., Martins, A. L. J., Souza, A. A. de, Fernandes, L. da M. M., Dantas, A. C. de M. T. V., Oliveira, A. M. C., & Paes-Sousa, R. (2024). ‘De repente, tudo fechou’: Rede de cuidado à População em Situação de Rua na pandemia de covid-19. *Saúde em Debate*, 48, e8554. <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18554P>
- Mendes, J. T. N., & Pessoa, F. da S. (2021). Infâncias, juventudes e políticas públicas: Desenvolvendo ações dialógicas. *Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense*, 5, 125–136. <https://doi.org/10.19180/2447-8180.v5n2021p125-136>
- Minayo, M. C. S. (2010). Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. *Emancipação*, 10(2), 435–442. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.10i2.435-442>
- Mioto, R. C. T., & Nogueira, V. M. R. (2013). Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Revista Katálysis*, 16, 61-71.
- Mota, A. E. (2021). Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao serviço social brasileiro. *Diálogos do Cotidiano: Assistente social Reflexões sobre o cotidiano profissional*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-65. <https://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>
- Nasser, M. L. P., & Tílio, R. D. (2024). Rede intersetorial: O trabalho realizado durante a Pandemia de covid-19 e as limitações das Políticas Públicas. *Serviço Social em Revista*, 27(1). <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2024v27n1p154>
- Pott, E. T. B., Neves, M. A. P., & Souza, V. L. T. de. (2022). A psicologia escolar no trabalho com adolescentes: A arte como intervenção. *Revista Psicopedagogia*, 39(120), 368–376. <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20220034>

- Queiroz, R. C., da Silva, N. V., Bento, M. J. C., & de Almeida, M. L. (2022). A mediação teoria e práxis e a formação continuada: possibilidades em tempos de pandemia. *Logeion: Filosofia da Informação*, 9, 98-119.
- Raichelis, R., Paula, R. F. dos S., & Bravo, M. I. de S. (2024). Serviço Social, políticas públicas, democratização: Resistências e insurgências: *Serviço Social & Sociedade*, 147, e. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.355>
- Ribeiro, A. C., Pedroso, F. I., Arboit, J., Honnef, F., Paula, C. C. D., Leal, T. C., & Brum, M. H. C. (2022). Enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes na perspectiva de Conselheiros Tutelares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 56, e20220322. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0322pt>
- Santos, A. R. dos, Vieira, W. A., da Cruz, Q. M., & Souza, M. S. (2021). Docência e pandemia: Os desafios do ensino remoto segundo professores da educação básica baiana. *Plurais - Revista Multidisciplinar*, 6(2), 218–239. <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n1.9665ResearchGate+2>
- Sarreta, F. de O., Liporoni, A. A. R. de C., Bisco, G. C. B., Santos, E. T. A. dos, Lima, E. D., & Silveira, D. H. da. (2022). Educação Permanente de Trabalhadores da Saúde em Tempos de Pandemia. *Cadernos ESP*, 16(3), Artigo 3. <https://doi.org/10.54620/cadesp.v16i3.855>
- Saviani, D., & Galvão, A. C. (2021). Educação na pandemia: A falácia do remoto. *Universidade e sociedade: projeto da Andes-Sindicato Nacional*. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1345850>
- Sawaia, B. B., & Fernandes, K. C. (2023). Teatro social dos afetos: Sobre a potência da arte cênica na superação de relações opressivas na escola. *Pro-Posições*, 34, e20210091. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0091>

- Scherer, M. D. dos A., Sacco, R. da C. C. e S., Santana, S. de O., Xavier, M. F., Bastos, H. A. D., Prado, N. M. de B. L., & Lima, A. de A. de .. (2022). O Programa Saúde na Escola no Distrito Federal antes e durante a pandemia da Covid-19. *Saúde Em Debate*, 46(spe3),
- Silva, A. C. S. da ., & Alberto, M. de F. P.. (2019). Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39, e185358. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358>
- Silva, C. D. da, & Jurdi, A. P. S. (2023). Saúde mental infantojuvenil e a escola: Diálogos entre profissionais da educação e da saúde. *Saúde em Debate*, 46, 97–108. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E609>
- Silva, L. M. da, & Boarini, M. L. (2022). Intersetorialidade e políticas sociais no contexto brasileiro: Desafios para a proteção integral infantojuvenil. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 12(1). <https://doi.org/10.26864/PCS.v12.n1.3>
- Silva, R. R. (2021). Assistência Social no Neoliberalismo: Uma Análise no Contexto da Pandemia da Covid-19. *Revista De Políticas Públicas*, 25(1), 26–45. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p26-45>
- Souza, M. P. R. D. (2022). Psicologia Escolar, políticas educacionais e os impactos da pandemia de Covid-19: reflexões a partir do enfoque histórico-cultural. *Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, [S. l.], 6(1), 40-53.
- Souza, T. T., de Moraes, E. M., de Sá Lúcio, G., de Fátima Coelho, P., Fernandes, A. D. S. A., & Cid, M. F. B. (2021). Saúde mental de crianças e adolescentes na atenção primária durante pandemia de COVID 19: um relato de experiência. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 2, 832-842.
- Teixeira, M. D. F. B. (2022). *A escola, o adolescente em medida socioeducativa e as violências simbólica, institucional e estrutural: Reflexões sobre a conservação das desigualdades*

sociais (Dissertação de mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/55402/mariana_fonseca_baroni_teixeira_ensp_mest_2022.pdf?sequence=2&isAllowed=y

Vieira, A. C. de S., Melo, D. C. S. de, & Soares, R. C. (2023). Crise sanitária e atenção primária:

A atuação de assistentes sociais nos territórios. *Revista Katálisis*, 26, 128–138.

<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89976>

Yamamoto, O. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 1(19), 30-37.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. de. (2010). Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9–24. [https://doi.org/10.1590/S0102-](https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002)

[37722010000500002](https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002)

Yasui, S., Luzio, C. A., & Amarante, P. (2018). Atenção psicossocial e atenção básica: a vida como ela é no território / Psychosocial care and primary care: life as territory in the

field. *Revista Polis E Psique*, 8(1), 173–190. [https://doi.org/10.22456/2238-](https://doi.org/10.22456/2238-152X.80426)

[152X.80426](https://doi.org/10.22456/2238-152X.80426)

Considerações Finais da Dissertação

Esta pesquisa objetivou investigar os impactos da pandemia de COVID-19 na vida de adolescentes em contextos de vulneração, a partir da perspectiva de profissionais das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, bem como buscou compreender os impactos desse contexto pandêmico no trabalho realizado pelos/as profissionais nas referidas políticas sociais. Ancorada na Psicologia Histórico-Cultural e nos fundamentos do Materialismo Histórico e Dialético, a pesquisa buscou analisar como a pandemia não apenas escancarou, mas como potencializou um cenário de desigualdades e ultraneoliberalismo no Brasil, que modificou as relações sociais, intensificou os processos de vulneração e afetou o trabalho realizado nas políticas sociais.

Os resultados desta dissertação evidenciaram que a pandemia serviu como terreno fértil para a expansão da racionalidade ultraneoliberal, expressando-se na realização do trabalho das políticas sociais, na qualidade dos serviços oferecidos pelos/as trabalhadores/as e na proteção social dos adolescentes que viviam sob vulneração. Diante de um governo negacionista quanto à gravidade da pandemia e do descaso quanto aos seus efeitos às populações mais vulneradas, observou-se ações de enfrentamento que pouco priorizavam a saúde e a vida, buscando, acima de tudo, proteger a economia.

De acordo com os sentidos atribuídos pelos/as profissionais, os/as adolescentes e seus familiares sofreram com a diminuição da renda e o crescimento da insegurança alimentar em razão do crescimento do desemprego. Como resposta governamental, foram implementadas ações assistencialistas e focalizadas que visavam apenas responder às demandas mais imediatas, ainda que de modo insuficiente.

O fechamento das escolas e dos serviços das políticas que atendiam os/as adolescentes e seus familiares impulsionou a adoção das tecnologias digitais como alternativa ao contexto de isolamento social. Com isso, notou-se a intensificação dos processos de exclusão escolar

dos/as adolescentes, tendo em vista a falta de condições materiais que os possibilitasse permanecer estudando remotamente. A alteração do funcionamento dos equipamentos das políticas públicas agravou a precarização das condições de vida desses/as adolescentes, pois os privou do cuidado e proteção oferecidos nesses espaços, desde a garantia da alimentação até a identificação de violências e violações de direitos, acarretando na fragilização/rompimento dos vínculos dos/as profissionais e adolescentes.

Os efeitos desse contexto puderam ser observados na vida dos/as adolescentes que viviam sob vulneração, conforme os/as profissionais apontaram: aumento dos casos de trabalho infantil, violências intrafamiliares (sexual, física, psicológica), evasão escolar, dificuldade de aprendizagem, sofrimento psíquico (uso e abuso de substâncias psicoativas e psicotrópicas). A intensificação da precarização das condições de vida advindas da “inclusão” do ensino remoto na pandemia, que excluiu grande parcela dos adolescentes, bem como o fechamento dos espaços protetivos (equipamentos e serviços de políticas), contribuiu para a desproteção desses/as adolescentes, fazendo com que estivessem mais expostos às vulnerações.

Os/as trabalhadores apresentaram concepções, na maioria das vezes, culpabilizantes e descontextualizadas acerca das expressões dos impactos da pandemia na vida dos/as adolescentes/s. Atribuíram sentidos como “perda de interesse”, “desistência”, “dificuldade de adaptação” e “resistência” em relação aos adolescentes que não tiveram a possibilidade de manter-se estudando durante a pandemia ou que, em virtude da inserção precoce no trabalho, não tiveram condições de permanecer estudando.

Tais concepções apontam para uma racionalidade neoliberal de individualização das questões sociais que faz com que os/as profissionais, sobrecarregados e frustrados, busquem culpados pela precariedade vivenciada em seus processos de trabalho na própria classe ou nos usuários atendidos. Como consequências, agravam a fragmentação da rede e geram

impedimentos para o desenvolvimento de um trabalho intersetorial e comprometido com as reais necessidades dos/as adolescentes.

No contexto pandêmico, os/as trabalhadores/as não receberam formações e capacitações que os preparassem para o enfrentamento dos impactos da pandemia, reproduzindo práticas fragmentadas. As formações podem significar mais do que somente a construção de conhecimentos técnicos, especialmente ao oportunizarem espaços de acolhimento e fortalecimento da classe trabalhadora, a partir da expressão das necessidades, sentimentos e desafios vivenciados no cotidiano por cada trabalhador/a. É imprescindível que sejam promovidas formações continuadas que capacitem os profissionais para uma atuação integrada e transdisciplinar entre as diferentes políticas e serviços, bem como abordagens formativas que contemplem a ética no atendimento, visando desconstruir estigmas e preconceitos direcionados aos/às adolescentes vulnerados.

Deste modo, ao integrar os achados dos dois artigos, esta dissertação amplia a compreensão sobre as repercussões da pandemia na vida dos/as adolescentes vulnerados e nas práticas dos/as trabalhadores/as das políticas sociais. Conclui-se que o projeto ultraneoliberal de governo, juntamente com a Pandemia de COVID-19, impactaram processos de transformações sociais e culturais, bem como a formação da subjetividade dos sujeitos. A promoção de uma visão individualista da vida, em que o sujeito se torna “empreendedor de si mesmo” promove uma desvinculação do sujeito do contexto histórico e social, o que foi observado nos relatos dos/as profissionais ao se responsabilizarem pela proteção social e respostas às demandas pandêmicas sem subsídios governamentais. Dessa maneira, afeta também o desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos e as relações sociais, resultando na construção de sentidos descontextualizados da situação social e histórica em que se encontram.

Por fim, dentre as limitações deste estudo, destaca-se a coleta de dados remota, que pode ter restringido a profundidade das respostas e uma análise de um período específico

durante e após a pandemia, o que pode não capturar a totalidade dos impactos a longo prazo. Estudos futuros poderiam adotar uma abordagem longitudinal e incluir amostras mais diversificadas. Também seria frutífero explorar o trabalho na política de saúde, especialmente de saúde mental voltada para adolescentes vulnerados, bem como investigar se houve ações governamentais para mitigar os impactos pandêmicos pós pandemia.

Além disso, constata-se a ausência de relatos dos/as profissionais no que se refere à raça dos/as adolescentes atendidos, o que impossibilitou análises mais aprofundadas acerca das interseccionalidades entre gênero, raça e classe nos processos de vulneração. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise a respeito da raça e processos de vulneração e sobre os impactos de longo prazo da pandemia no desenvolvimento psicossocial de adolescentes em contextos de vulneração.

Estudos comparativos entre diferentes regiões e contextos institucionais poderiam fornecer uma visão mais abrangente sobre as dinâmicas sociais e institucionais pós-pandemia, como também diferenças entre as formações de base dos/as profissionais. Além disso, investigações sobre o papel das políticas de saúde mental e a efetividade das ações governamentais são essenciais para compreender as estratégias de enfrentamento e os desafios persistentes. Isto posto, não pretende encerrar as reflexões ou análises, mas, pelo contrário, incitar novas ideias e caminhos para a proteção social brasileira a partir dos achados, antagonizando com o individualismo das racionalidades liberais e fazendo aliança com a justiça social.

ANEXO A - Atividade Assíncrona da Formação Continuada

Atividade Assíncrona (25/10) do Curso de Formação Continuada "Adolescência e promoção de resiliência para profissionais da saúde, educação e assistência social no pós-pandemia"

Prezado (a) participante,

Gostaríamos de contar com a sua colaboração neste estudo que tem como objetivo avaliar o impacto da formação "Adolescência e promoção de resiliência: formação continuada para profissionais da saúde, educação e assistência social no pós-pandemia"

Esta atividade faz parte da pesquisa-intervenção do Curso de Formação Continuada e conta como frequência para a certificação.

Suas respostas são confidenciais e anônimas. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para esta investigação.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Fortaleza, CE (número do parecer: 5.156.366), respeitando a Resolução nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Se desejar nos contatar, envie uma mensagem com o assunto "Pesquisa Formação Continuada" para o e-mail: especializacao.laprev@ufscar.br

Desde já agradecemos sua participação!

Alex Sandro Gomes Pessoa

Pesquisador Responsável Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de São Carlos

Código Alfanumérico *

IMPORTANTE: Use o Código enviado por e-mail para você.

Sua resposta _____

CPF (Esse dado será utilizado apenas para simples conferência da inscrição) *

Sua resposta _____

Política *

Assistência Social

Educação

Saúde

Outro: _____

Atual local de trabalho *

CRAS

CREAS

CAPSi

Acolhimento institucional

Unidade básica de saúde

Hospital

Escola pública

Unidade Socioeducativa

Outro: _____

Por favor, relate um caso (uma história real) de um/a adolescente atendido/a no * contexto pós-pandemia que você atendeu/acompanhou e que foi difícil/desafiador para você.

Pedimos que contemple os seguintes aspectos no seu relato:

- breve contextualização do caso
- motivo do atendimento
- encaminhamentos realizados
- dificuldades enfrentadas
- resultados obtidos
- motivos pelos quais você escolheu relatar esse caso

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

ANEXO B – Relato de Caso na Íntegra

“Caso [nome do adolescente omitido]

O [omitido] é um adolescente de 16 anos, sua genitora [faleceu] em decorrência de uso abusivo de substâncias psicoativas, quando ele estava com 12 anos, o genitor é recluso. Após o falecimento da sua mãe, a avó materna, Sra. [omitido] assumiu a guarda dos netos.

A família vivencia contexto de vulnerabilidade social, a única renda é referente ao benefício bolsa família. O adolescente no período da pandemia não conseguia assistir as aulas devido à falta de internet, logo, perdeu o interesse e desistiu dos estudos. O adolescente ficou em evasão escolar até 2022. É um adolescente sensível, mas, carrega as marcas emocionais do seu contexto de vida, e por vezes, demonstra resistência com iniciativa de acolhimento, se retrai e visivelmente, esconde as emoções. Após a sensibilização com o adolescente, ele voltou para a escola, mas, encontramos muitos desafios na reintegração.

Motivo do atendimento: A Família foi encaminhada para atendimento devido as vivências de negligencia no âmbito família.

Encaminhamentos realizados: Atendimento famílias, com a avó materna e demais membros, auxílio com benefício eventual, encaminhamento para educação para solicitação de vaga escolar. Inscrição no Programa de Jovem Aprendiz, Inserção da família no PAFI com a Ficar de Bem. Encaminhamento para cursos e atividades esportivas.

Dificuldades enfrentadas: O despreparo da escola no acolhimento e compreensão do aluno que retorna à escola após período de Evasão. O adolescente desde do primeiro momento foi recebido como um “adolescente problema”. A equipe escolar apresentou resistência em acolher o aluno e chegou a negar a vaga, sugeriu outra escola.

A incompreensão acerca do público atendido no CREAS é um fator a ser ponderado na educação pois, em muitos casos acarreta em estigma e má vontade em receber o aluno, com isso, passam a nos direcionar as situações problemas, como descumprimento de regras, falta de interesse etc. Vale dizer que, a escola neste caso, deixou evidente que compreendia o adolescente como um assunto da Assistência, uma visão completamente desconectada com o trabalho em rede. Dessa forma, é recorrente em nosso trabalho refletir com a equipe escolar sobre a função social da escolar.

Outro desafio, refere-se ao fato da diferença na faixa etária e a etapa de ensino, o adolescente não se sente pertencente e não houve nenhuma estratégia para aproxima-lo do processo de aprendizagem ou percebido seu potencial. Ressalto que, embora tenhamos a compreensão

acerca das inúmeras dificuldades da Educação que vão desde a estrutura física, falta de investimento, atravessadores políticos e ainda a defasagem na formação dos profissionais, sobretudo referente a realidade social como elemento fundamental no processo aprendizagem. Nos deparamos com a resistência na escuta e no trabalho conjunto. Outro desafio ainda maior, é incentivar ou ajudar o [adolescente] a “Sonhar” a entender que ele é importante, que merece conquistas e acessar os lugares que ele quiser.... Gostaria de vê-lo com “Perspectivas” e fazendo escolhas sadias e prosperas na sua vida. Atualmente, está em evasão novamente, não acredita na educação, diz que não é pra ele... Continuo investindo no [omitido] enquanto muitos já desistiram, enquanto muitos fecham as portas e diante de tanta escassez e vontade política com os adolescentes.

Resultados obtidos: Entre os resultados, o mais relevante foi o interesse em fazer curso de Mecânica.

Motivos pelos quais você escolheu relatar esse caso: A incompreensão da rede com o público inserido na Proteção Social Especial;

A falta de políticas públicas para esse público;

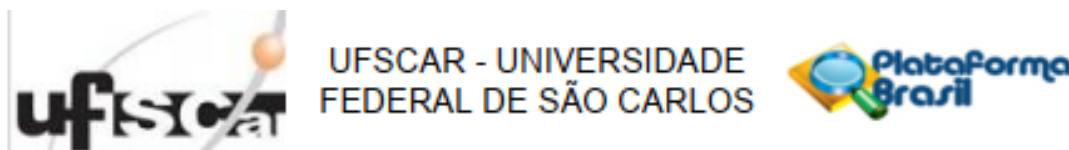
A falta de estratégia com os alunos que retomam os estudos;

A falta de engajamento para a superação da Evasão;

A descrença com o adolescente em contexto de violação de direitos;

A incompreensão com a fase da Adolescência. (Assistência Social – CREAS)”

ANEXO C – Aprovação do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social"

Pesquisador: Alex Sandro Gomes Pessoa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60330722.2.1001.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP
CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.589.805

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1972754, de 24/08/2022) e/ou do ProjetoPesquisa.pdf (de 24/08/2022):

Resumo:

A pandemia do COVID-19 tem acentuado a preocupação sobre as condições de adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil e no mundo. As medidas de contenção e as consequências sanitárias, econômicas e sociais podem tornar-se um agravante e aumentar os riscos já vivenciados por essa população. Com base nessas prerrogativas a presente proposta foi delineada e composta por dois estudos complementares, cujo objetivo central será mapear o impacto da pandemia ao desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como implementar e avaliar uma capacitação voltada a profissionais da rede de educação e de equipamentos da assistência social que trabalham com esses adolescentes. O Estudo 1 buscará analisar os impactos das experiências da pandemia para o desenvolvimento de adolescentes brasileiros que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo misto simultâneo, exploratório-descritivo, com delineamento transversal e desenvolvido a partir de um

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP **Município:** SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.569.605

estudo de casos múltiplos. Para a coleta de dados, serão utilizados quatro instrumentos: i) Questionário de caracterização dos participantes; ii) Questionário sobre o conhecimento, atitude e prática em relação à pandemia Covid-19; iii) entrevista semiestruturada; e iv) Questionário de Projeto de Vida. Para a análise dos dados coletados nos questionários serão realizadas análises inferenciais para a comparação entre os participantes dos cinco grupos recrutados. Já os dados da entrevista semiestruturada serão analisados por meio da Técnica de Análise Temática (AT). O Estudo 2, por sua vez, objetiva implementar e avaliar uma capacitação de profissionais da educação e assistência social, que trabalham diretamente com os adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Estima-se a participação de, ao menos, 450 profissionais atuantes nas cidades cujos pesquisadores vinculados a esta proposta residem ou trabalham. Este Estudo envolverá três etapas: 1) preenchimento de um formulário online pelos participantes recrutados para a mesma, com questões sobre caracterização sociodemográfica, laboral, percepções sobre os impactos da pandemia na vida dos adolescentes, dificuldades no trabalho com esse grupo, dentre outras; 2) implementação da capacitação online; e 3) ao final da capacitação, aplicação de um formulário online de pesquisa sobre a avaliação que fazem da intervenção. Espera-se que essa proposta de pesquisa produza evidências sólidas acerca dos impactos da pandemia na vida de adolescentes que já vivenciavam adversidades no período pré-pandêmico, bem como auxilie na compreensão dos desafios que estão postos para o futuro desta população. Complementarmente, almeja-se contribuir, concretamente, por meio da capacitação ofertada aos profissionais, para a qualificação do atendimento ofertado aos adolescentes dos cinco grupos foco desse projeto.

Metodologia Proposta:

Estudo 1: Trata-se de um estudo misto simultâneo, exploratório-descritivo, com delineamento transversal e desenvolvido a partir de um estudo de casos múltiplos. Participarão da investigação, aproximadamente, 225 adolescentes das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), com idade entre 12 e 18 anos, de ambos os gêneros e em situação de vulnerabilidade social. Para compor essa amostra serão selecionados de 3 a 5 adolescentes de cada um dos cinco grupos: 1) em situação de rua; 2) em acolhimento institucional; 3) em conflito com a lei e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; 4) em conflito com a lei e que estão cumprindo medida socioeducativa de internação e 5) estudantes de escolas públicas, localizadas em contextos de alta vulnerabilidade econômica e social. Para a coleta de dados, serão utilizados quatro instrumentos: i) Questionário de caracterização dos participantes; ii) Questionário sobre o conhecimento, atitude e prática em relação à pandemia Covid-19; iii)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 5.569.605

entrevista semiestruturada; e iv) Questionário de Projeto de Vida. Estudo 2: Serão convidados a participar desta capacitação, aproximadamente, 450 profissionais atuantes nas cidades cujos pesquisadores vinculados a esta proposta residem ou trabalham, maiores de 18 anos, que trabalham com adolescentes em contexto de vulnerabilidade, nos seguintes contextos: Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), nos serviços de Acolhimento Institucional e em escolas públicas. Este Estudo envolverá três etapas: 1) preenchimento de um formulário online (Questionário de caracterização sociodemográfica e laboral e de percepções sobre a pandemia) pelos participantes recrutados, com questões sobre caracterização sociodemográfica, laboral, percepções sobre os impactos da pandemia na vida dos adolescentes, dificuldades no trabalho com esse grupo, dentre outras; 2) implementação da capacitação online. O curso terá carga horária de 24 horas, sendo 21

horas de atividades síncronas e 3h de atividades assíncronas (vídeos, textos). Além disso, está organizado em sete módulos de 3h cada, sendo estes: I- Aula Inaugural; II- Adolescências e vulnerabilidades psicossociais na pandemia; III - Processo de luto e resignificação das experiências de perdas dos adolescentes durante a pandemia; IV- Rede de apoio social (familiar, comunitária e institucional) dos adolescentes durante e no pós-pandemia; V - Processos de autonomia e protagonismos dos adolescentes no pós-pandemia; VI – Práticas promotoras de autocuidado, saúde mental e resiliência de adolescentes em vulnerabilidade social; VII – Aula de Encerramento. ; e 3) aplicação de um formulário online de pesquisa sobre a avaliação que fazem da intervenção por meio de Questões discursivas sobre a avaliação da capacitação, Escala de Reação ao Curso (ERC), Escala de Reação ao Desempenho do Instrutor (ERDI) e Escala de Autoavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho (EAITT).

Amostra no Brasil:

Estudo 1: Participarão da investigação, aproximadamente, 225 adolescentes das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), com idade entre 12 e 18 anos, de ambos os gêneros e em situação de vulnerabilidade social. Para compor essa amostra serão selecionados de 3 a 5 adolescentes de cada um dos cinco grupos: 1) em situação de rua; 2) em acolhimento institucional; 3) em conflito com a lei e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; 4) em conflito com a lei e que estão cumprindo medida socioeducativa de internação e 5) estudantes de escolas públicas, localizadas em contextos de alta vulnerabilidade econômica e social.

Estudo 2: 450 profissionais da educação e assistência social, que trabalham diretamente com os

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

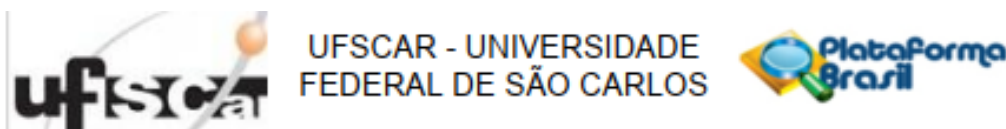
Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.569.605

adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Mapear o impacto da pandemia ao desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como implementar e avaliar uma capacitação voltada a profissionais da rede de educação e de equipamentos da assistência social que trabalham com esses adolescentes. Para alcançar o objetivo geral, o projeto é composto de dois estudos: O Estudo 1, de delineamento misto simultâneo, consiste em analisar os impactos das experiências da pandemia para o desenvolvimento de adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O Estudo 2, de natureza interventiva e também de delineamento misto, tem como objetivo implementar e avaliar uma capacitação de professores e profissionais da assistência social (acolhimentos institucionais, CREAS) e da educação (escolas públicas), que trabalham diretamente com os adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Trata-se de um estudo que apresenta riscos mínimos aos participantes, mas reconhece-se que a participação pode gerar desconforto, sentimento de angústia, ansiedade ou estresse. Nesses casos, a pesquisa será imediatamente interrompida. Por qualquer desagrado ou motivo, o adolescente e os seus responsáveis legais (recrutados no Estudo 1) ou os profissionais (recrutados no Estudo 2) poderão retirar o consentimento / assentimento e interromper a coleta de dados a qualquer momento, mesmo depois de iniciada a investigação. Deixa-se esclarecido que, neste caso, não ocorrerá nenhum tipo de prejuízo pessoal para o adolescente, seus responsáveis ou para a instituição em que a pesquisa será feita. Se algum dos aspectos citados anteriormente acontecer, o adolescente ou o profissional será encaminhado para um atendimento profissional especializado e será feita a suspensão imediata da coleta até que ele se sinta à vontade para retomar, se assim quiser.

Benefícios:

A participação na pesquisa contribuirá, direta ou indiretamente, com o campo do conhecimento do tema estudado, proporcionando materiais que poderão auxiliar na reflexão sobre os impactos que a pandemia do Covid-19 pode ter sobre a vida de adolescentes que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.569.605

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

É apresentada carta de anuência de diversas instituições envolvidas na pesquisa, bem como a declaração do patrocinador da pesquisa. Adicionalmente, são apresentados todos os instrumentos que serão utilizados para a coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta todos os termos necessários, que vem incluídos nas últimas páginas do projeto de pesquisa.

O pesquisador também justifica a solicitação de dispensa de assinatura do TCLE dos adolescentes que não possuem vínculo com familiares.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

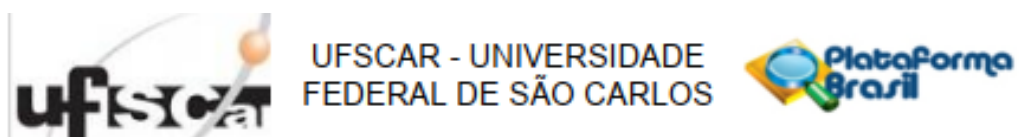
Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NAO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço:	WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP:	13.565-905
Bairro:	JARDIM GUANABARA		
UF:	SP	Município:	SÃO CARLOS
Telefone:	(16)3351-9685	E-mail:	cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.569.605

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1972754.pdf	24/08/2022 19:15:21		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.pdf	24/08/2022 19:14:54	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPatrocinador.pdf	24/08/2022 18:18:31	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Declaração de concordância	AnuencialInstitucional.pdf	24/08/2022 18:13:17	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Outros	CartaJustificativa.pdf	24/08/2022 18:07:39	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Outros	Instrumento_SociodemograficoLaboral.pdf	24/08/2022 18:08:38	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Outros	Instrumento_AvaliacaoCapacitacao.pdf	24/08/2022 18:08:17	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Outros	Instrumento_QuestionarioCaracterizacao.pdf	24/08/2022 18:05:15	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Outros	Instrumento_ProjetoVida.pdf	24/08/2022 18:04:42	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Outros	Instrumento_ConhecimentoAtitudePratica.pdf	24/08/2022 18:04:21	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudo2.pdf	24/08/2022 18:02:10	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudo1.pdf	24/08/2022 18:01:50	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Estudo1.pdf	24/08/2022 18:01:33	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JustificativaAusenciaTCLE.pdf	24/08/2022 18:01:15	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	24/08/2022 17:57:47	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	24/08/2022 17:57:33	Alex Sandro Gomes Pessoa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

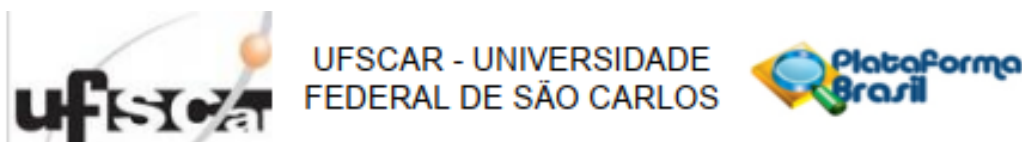
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.569.605

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 08 de Agosto de 2022

Assinado por:

Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP **Município:** SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br